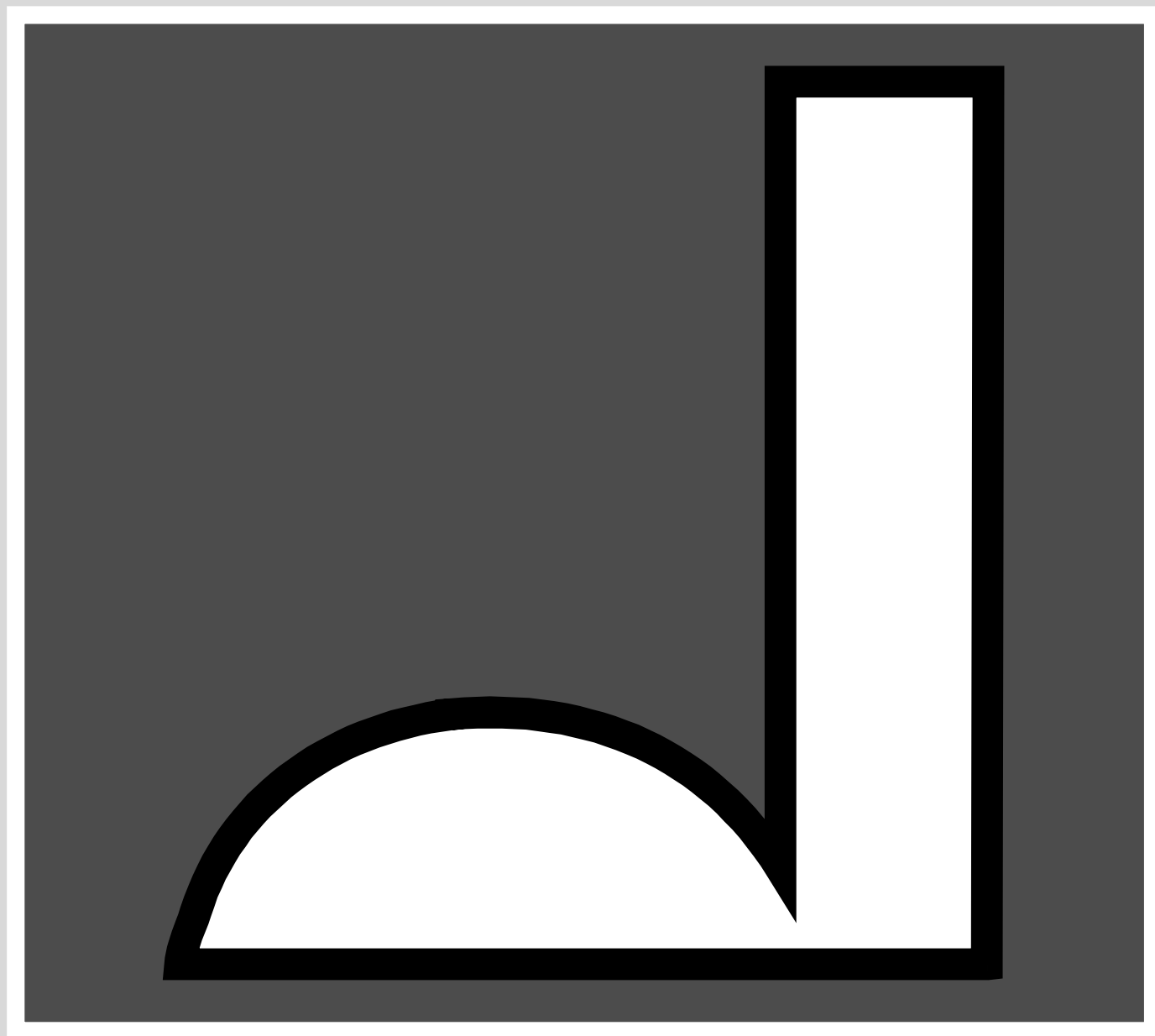




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 203 – SÁBADO, 6 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)</p> <p>LÍDER Tião Viana - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT</p> <p>LÍDER - PL Magno Malta</p> <p>VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>LÍDER Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Morais - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL</p> <p>LÍDER – PFL José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LIDER – PSDB Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>LÍDER Jefferson Péres</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloísio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 177ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE DEZEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Considerações sobre a chamada “PEC paralela” à reforma previdenciária. Transcurso do Dia Mundial de Luta contra a Aids. Atuação do crime organizado no Brasil. Registro das agraciadas com o Prêmio Cláudia de Mulher do Ano. 40109

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Audiência Pública realizada pelas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais a respeito da biossegurança e dos transgênicos. 40131

SENADOR *RODOLPHO TOURINHO* – A questão energética no Nordeste. 40134

SENADOR *ROMEU TUMA* – A reforma da Previdência. 40135

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Repactuação das dívidas dos pequenos agricultores do Nordeste. 40136

SENADOR *RENAN CALHEIROS*, como Líder – Importância da recuperação da malha ferroviária do Nordeste. Repactuação das dívidas dos pequenos agricultores do Nordeste. 40136

1.3 – Ordem do Dia

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. **Usa da palavra** na primeira sessão de discussão, em se-

gundo turno, o Sr. José Jorge, sendo lida a Emenda nº 1, de Plenário. 40141

Item 2

Projeto de Resolução nº 75, de 2000, de autoria do Senador Roberto Freire, que altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União (tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 78, de 2000). **Declarado prejudicado**. 40143

Item 3

Projeto de Resolução nº 78, de 2000, de iniciativa da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 426, de 2000, que altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União (tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 75, de 2000). **Declarado prejudicado**. 40144

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior proposto pelo Ministério da Educação para avaliação do ensino superior. 40145

SENADOR *EFRAIM MORAIS* – Promessas de campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Descrença com o andamento na Câmara dos Deputados da chamada “PEC Paralela” à reforma previdenciária. 40146

1.3.2 – Convocação de sessões do Senado Federal a serem realizadas nos dias 6 e 7 do corrente, sábado e domingo, respectivamente, às 10 horas, destinadas à contagem do prazo de interstício para a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (Continuação)

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Importância do Projeto Rio Madeira. 40153

SENADOR <i>DEMÓSTENES TORRES</i> – Quadro dramático da educação brasileira. Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição que cria a escola em tempo integral no Brasil.....	40157	SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Racismo no Brasil e no mundo.....	40181
SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Considerações acerca das viagens do Presidente Lula ao exterior. Cobrança do cumprimento de metas anunciadas pelo Governo. Necessidade de se baixar os juros a nível internacional.	40161	SENADOR <i>REGINALDO DUARTE</i> – Considerações ao artigo “Lula e o PT em 2004”, publicado no jornal Folha de S. Paulo , edição de 17 de novembro último.	40183
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> , como Líder – Pressão exercida pela direção do PT para manter o Governador Flamarion Portela, do Estado de Roraima, na legenda.	40164	SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Comentários à nota “Eremildo, o idiota”, de autoria do jornalista Elio Gaspari, publicada no jornal O Globo , edição de 30 de novembro último.	40184
SENADOR <i>EURÍPEDES CAMARGO</i> – Análise da trajetória do PT. Comentários a respeito da pretensa gafe do Presidente Lula em jantar com o Presidente da Síria.	40177	1.4 – Encerramento	
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Importância do Turismo para o Estado do Piauí.	40177	2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
SENADOR <i>JOÃO CAPIBERIBE</i> – Análise da atual crise em Roraima.....	40178	Aviso referente à realização da 12ª Reunião do Conselho, dia 9 de dezembro de 2003, às 17 horas.	40185
SENADOR <i>JOÃO RIBEIRO</i> – Registro do ordenamento amanhã, em Brasília, do Padre Rosivaldo Almeida de Souza, filho de líderes políticos do Estado do Tocantins.	40179	3 – PARECERES	
1.3.4 – Ofício do Presidente do Conselho de Comunicação Social		Nºs 141, 142, 144 a 146, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre os Projetos de Lei nºs 39, 41, 38, 53 e 60, de 2003-CN, respectivamente.	40185
Nº 114/2003, de 2 do corrente, prestando esclarecimentos acerca da tramitação, no âmbito daquele Conselho, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003 (nº 256/91, na Casa de origem), que regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.....	40180	4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
1.3.5 – Comunicações da Presidência		Nºs 5.291 a 5.294, de 2003.	40223
Referente ao prazo para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 68, de 2003, que, findo o referido prazo, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 1.582, de 2003.	40180	SENADO FEDERAL	
Lembrando ao Plenário a realização de sessões amanhã e domingo, às 10 horas.....	40180	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação		6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 177ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de dezembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney e Paulo Paim

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Aloizio Mercadante – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fernando Bezerra – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leonel Pavan – Mão Santa – Mozarildo Cavalcanti – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Ex^{as} terão, após a prorrogação da Hora do Expediente, assegurado o uso da palavra por cinco minutos para comunicações inadiáveis, com base no art. 158, §2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordarei três assuntos, um deles de forma abrangente e dois de forma breve.

Em primeiro lugar, a tão falada PEC nº 77, ontem aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, traz no seu bojo alguns avanços que favorecem os trabalhadores de nosso País. Não são, de jeito nenhum, aqueles avanços dos nossos sonhos, das nossas lutas através dos tempos, mas, como tem sido dito, são os avanços possíveis. Todos sabemos que são muitas as forças contraditórias, que a polêmica é grande, mas, infelizmente, não deu para ser como queríamos, apesar de ter melhorado razoavelmente.

Agora, precisamos, sim, fazer com que se conquiste a aprovação da PEC nº 77 já, sob pena de ficarmos com mais esse débito junto aos trabalhadores. Por isso a nossa certeza de que todo o possível e o impossível devem ser feitos pelo Congresso Nacional, neste momento pelo Senado e, de imediato, pela Câmara, para que consolidemos a PEC nº 77 e continuemos na luta pela melhoria dos muitos aspectos que deixaram a desejar.

Sr. Presidente, como meu tempo é pouco, vou apenas anunciar e pedir que seja registrado na íntegra, nos Anais do Senado, o que eu já deveria ter falado no dia 1º de dezembro. Na ocasião, infelizmente,

isso não foi possível, porque nem sempre podemos usar a palavra no momento em que precisamos, queremos ou gostaríamos.

O 1º de dezembro é o Dia Mundial de Luta contra a AIDS. Essa data foi estabelecida em 1988, durante o Encontro Mundial de Ministros da Saúde e, através do tempo, a luta tem sido bastante grande, principalmente contra a discriminação dos portadores do HIV.

Fiz um histórico e coloquei todos os itens que constituem crime, como a solicitação de exame para detecção do vírus do HIV em inscrição de concurso e, enfim, todo tipo de segregação feita contra os portadores de HIV.

Trouxe também o Projeto de Lei nº 0051/2003, de minha autoria, que trata da questão. Ele se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tem parecer favorável do Senador Amir Lando, com voto de aprovação. É uma matéria pronta para entrar em pauta na Comissão.

Como não poderei completar meu discurso, até porque ele é razoavelmente longo, peço que fique registrado, na íntegra, nos Anais do nosso Senado.

Quero falar, mais uma vez, sobre um tema que realmente preocupa o Brasil como um todo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que é a violência. Esta continua sendo a maior preocupação da vida dos brasileiros, como fica bastante evidenciado em resultados de pesquisas. Hoje, os brasileiros estão com medo de tudo, inclusive de sair de casa para o lazer e para trabalhar, porque podem ser agredidos a qualquer momento. Já falei a esse respeito, que existe uma causa a ser combatida e que é necessário todo um esforço nesse sentido, mas, hoje, abordarei um caso específico, até porque precisamos de medidas de combate urgentes.

Existem várias formas de violência, aquelas que são fruto e produto de questões sociais não resolvidas, as que são praticadas pelo crime organizado e, infelizmente, ainda em alguns casos, as provocadas pelo chamado braço armado do Estado brasileiro em qualquer instância. Todas elas têm a mesma envergadura e periculosidade, sob o meu ponto de vista.

Viver em nosso País está-se tornando cada vez mais inseguro e todos se inquietam. O desespero se fortalece quando vemos agentes que atuam dentro das forças policiais e que deveriam zelar pela nossa segurança aparecerem cada vez mais envolvidos com o crime. É claro, é óbvio e sabido que, felizmente, as forças policiais, em sua grande maioria, são partícipes de um trabalho de muita qualidade, porque correm risco de vida a todo momento, mas tentam fazer a nossa segurança, a segurança da população.

Infelizmente, contudo, existem aqueles que, ao contrário, cometem atos de barbárie.

Essa semana, por exemplo, começou com uma denúncia escabrosa, estampada nas páginas da revista **IstoÉ**, com relação às ameaças de morte que estariam pairando sobre a cabeça de juizes que atuam no Rio de Janeiro e estão encarregados de investigar os desmandos que acontecem dentro da Polícia.

Srªs e Srs. Senadores, vou citar algumas pessoas aqui hoje. Faço um registro e não desejo que isso seja anúncio de morte anunciada. É um alerta, mas tenho muito medo de que sejam mortes anunciadas.

Vejam a notícia de **O Globo** – não é da data de hoje, porque, como disse, nem sempre podemos falar no momento mais oportuno. Manchete: “Juiz Lafredo vai pedir abertura de inquérito na Polícia Federal para investigar denúncia publicada na **IstoÉ**”, reportagem de Paula Autran. Vou ler uma síntese:

O juiz Lafredo Lisboa, da 3ª Vara Criminal vai pedir abertura de inquérito na Polícia Federal para apurar denúncia do preso Fabiano de Oliveira Costa à revista **IstoÉ**, na qual diz que o juiz estava ameaçado de morte por grupos de extermínios, ajudados pelos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta.

Responsável pelo caso do propinoduto, o juiz condenou Pitta e Martins a 11 anos de prisão. Segundo Fabiano, que testemunhou a tortura ao chinês Chan Kim Chang, em agosto, por presos do presídio Ary Franco, esses presos fariam parte de um dos grupos de extermínio que teriam prometido a cabeça do juiz como presente aos empresários, caso eles fossem condenados.

“Caso eu seja agredido, morto ou até fechado no trânsito, a eles (os empresários) será atribuída a responsabilidade pelo fato”, disse Lafredo, que também está escrevendo ao Ministro da Justiça para denunciar o fato.

Sr. Presidente, é evidente que ficamos sobressaltados com todo esse estado de coisas. A criminalidade não tem mais limites, e figuras da mais alta respeitabilidade, como o Juiz Lafredo Lisboa, se transformam em alvos da vingança dos malfeitores.

É evidente que a sociedade brasileira precisa reagir. Queremos aqui reforçar o apelo ao Ministro Márcio Tomaz Bastos, no sentido de garantir a vida não só do Juiz Lafredo Lisboa e de outras autoridades que estão sendo ameaçadas pelo crime organizado no Rio de Janeiro, mas que também seja garantida a vida do preso Fabiano de Oliveira Costa, que deu entrevista à revista **IstoÉ**, fornecendo dados importan-

tes para que se possa desbaratar mais um importante núcleo da criminalidade em nosso País.

Há pouco tempo, foi desfeita realmente uma grande gangue do crime organizado no meu Estado, Mato Grosso. Estou citando o Rio de Janeiro, mas isso não ocorre só naquele Estado, de jeito nenhum. Trata-se apenas de um exemplo. Esse problema ocorre praticamente em todos os Estados.

Entendo que a luta contra o crime organizado tem de ser uma batalha sem trégua, usando-se para tanto, evidentemente, todos aqueles recursos que a legislação nos fornece.

Nós, legisladores, que aqui estamos para nos dedicar a um aperfeiçoamento da legislação anticrime, temos de nos solidarizar com a luta de personalidades como o Juiz Lafredo Lisboa, mobilizando-nos para que figuras como o preso Fabiano Oliveira possam ser enquadrados em um bem planejado e estruturado programa de proteção à testemunha, que nos garanta melhores elementos, para que se desbaratem as diferentes ramificações do crime organizado no Brasil.

Quem leu a revista **IstoÉ** que está nas bancas não pôde deixar de se horrorizar com a situação em que vivemos. A criminalidade atingiu, efetivamente, níveis de desassombro espantoso! E o grande espanto é que a estrutura policial, em determinados momentos, se confunde com a estrutura do crime organizado, e isso não pode continuar assim.

Não podemos deixar que o bárbaro assassinato do chinês Chan Kim Chang fique impune. Não podemos permitir que seus matadores fiquem a blasonar de sua capacidade de evitar a punição da Justiça. E, mais do que isso, não podemos permitir que aqueles que lutam para punir esses criminosos, como é o caso do Juiz Lafredo Lisboa, sofram qualquer tipo de ameaça à sua integridade.

Por tudo que se leu na entrevista do preso Fabiano Oliveira, vemos o quanto é importante que todos se unam em favor dessa depuração que tanto reclama a nossa sociedade.

Vejam só o que disse o preso Fabiano Oliveira à revista **IstoÉ**. Lerei apenas um trecho revista **IstoÉ**, até em função do tempo, chamando a atenção para a manchete: "Mataram Chang como se mata boi. A testemunha que assistiu ao chinês ser torturado no Rio conta o que viu e revela que dois juizes estão jurados de morte", matéria de Luiz Cláudio Cunha, a quem saúdo realmente por tão séria reportagem.

"Aos 28 anos, o programador digital Fabiano, casado, dois filhos, é um cabra marcado para morrer."

Digo aqui: se não for protegida essa testemunha, Fabiano será assassinado nos próximos dias. Ele é um prisioneiro condenado por tráfico de drogas, mas testemunhou o assassinato, a pancadaria que levou à morte o chinês Chan Kim Chang.

O Senado não está omissa, com certeza. Isso eu queria dizer bem claro, em alto e bom som, a toda a nossa sociedade. O nosso Senado da República não está omissa diante da violência e dessa realidade aqui retratada neste momento. Por isso, a nossa conclamação é de que o Ministério da Justiça não permita que esses fatos continuem acontecendo impunemente, tratando-os com o maior rigor.

Que aqueles meliantes, a exemplo do Fabiano, que se dispõem a revelar questões do crime organizado sejam recebidos pelo Programa de Proteção às Testemunhas. Esse programa tem de ser fortalecido no País. A única forma de se desvendar, desbaratar e acabar com o crime organizado é com um bem estruturado programa de proteção à testemunha.

Juízes, como o nosso Juiz Federal Julier Sebastião, lá no nosso Estado do Mato Grosso, pessoa muito determinada e corajosa, e os juizes do Rio de Janeiro, que aqui cito mais uma vez, como o Juiz Alfredo Lisboa, que se levantam contra as ações do crime organizado, precisam ter suas vidas resguardadas.

Destaco mais uma vez que a violência sofrida pelo comerciante Chan Kim Chang não pode ficar sem reparação. E, para os que não se lembram, recordo que Chan Kim Chang foi vítima, realmente, de um crime que causa revolta em todos nós.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não queria perturbar o seu discurso, mas V. Ex^a tocou num ponto de muita importância no combate principalmente ao crime organizado, que é o projeto de proteção à testemunha. Viajei muito pelo mundo, como vice-presidente da Interpol, e sei o que isso representa. Participei ativamente do caso Tomazio Buscheta, que foi um grande mafioso, que sob proteção à testemunha, desbaratou a Cosa Nostra nos Estados Unidos e a máfia italiana, colocando na cadeia mais de 50% dos seus membros. Fez uma cirurgia plástica, paga pelo Estado, com troca de identidade e proteção total a ele, à esposa e ao filho, que são brasileiros. Recentemente, veio a falecer de câncer. O nosso sistema de proteção à testemunha existe mas não tem dinheiro suficiente nem metodologias para, definitivamente, proteger a testemunha. V. Ex^a não se encontrava aqui

quando eu presidi a CPI sobre roubo de cargas. Convocávamos as pessoas para depor e, quando terminava, cancelavam a proteção e a pessoa ficava à mercê da vingança. Porque vingança não se faz no dia seguinte, pode demorar anos, na expectativa de que a pessoa que colaborou com a autoridade fique isolada. V. Ex^a bateu forte, e acho que nós também temos que bater forte e discutir profundamente, na Subcomissão de segurança, o aspecto de proteção à testemunha para estimular aqueles que desejam colaborar e não conseguem, por medo. Hoje, há uma indiferença: a pessoa assiste ao crime, sabe quem o praticou mas não tem coragem nem de aparecer para contar o fato e colaborar com a polícia. Cumprimento V. Ex^a pela importância do seu discurso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Nobre Senador, concordo inteiramente com o aparte de V. Ex^a e peço que ele seja mantido no meu discurso porque só ajuda a clarear, demonstrando que todos nós sentimos a necessidade de um programa muito firme e seguro de proteção à testemunha, sob pena de não conseguirmos avançar no combate ao crime organizado.

O Sr. Gerson Camata (Sem Partido – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, nobre Senador. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (Sem Partido – ES) – Ilustre Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a traz nesta sexta-feira ao debate um dos mais importantes assuntos sobre o qual a sociedade brasileira e nós, principalmente, que representamos os brasileiros, temos que nos debruçar, com a coragem de V. Ex^a. A própria legislação do Estatuto do Desarmamento, cujo relator foi o nosso ilustre Senador César Borges, é um avanço. Quando a legislação avança, o crime organizado avança um pouco mais. V. Ex^a há pouco referiu-se ao assassinato do juiz. Tivemos no Espírito Santo uma missão especial de combate ao crime organizado. Sabe V. Ex^a que, no início deste ano, o crime organizado matou no meio de uma praça, para mostrar à sociedade como ele é organizado. Não matou na surdina, à noite, escondido. De manhã cedo, numa praça cheia, os sicários do crime organizado assassinaram um juiz. Até hoje não se conseguiu apurar qual setor do crime foi responsável. No Espírito Santo, o crime organizado permeou o governo passado, as instituições, os empresários para fraudar as licitações, os matadores, que hoje estão presos no Acre, porque se ficarem no Espírito Santo fogem pela porta da frente. O Governador Paulo Hartung, que atua com energia e força, tem que andar de carro blin-

dato – porque até o governador eles ameaçam. Em São Paulo, o crime organizado está atacando até os postos de polícia, numa ação de guerrilha urbana, treinada e preparada. Todos esses fatos deixam a população intranquila. A população brasileira nos mandou esta semana um recado naquela cidade vizinha de Curitiba: depredou a prefeitura e a delegacia. O povo, aqueles que trabalham, lutam e são honestos não suportam mais esse tipo de violência que ameaça a família, o patrimônio e tira a vida. Portanto, quero cumprimentá-la pelo pronunciamento refletido que faz no Senado, trazendo ao Brasil o debate sobre o tema. É um assunto que precisa ser mais focado aqui, e V. Ex^a presta um grande serviço aos brasileiros trazendo o assunto à reflexão de todos nós.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Gostaria que também ficasse anexado ao discurso o depoimento, que é mais um testemunho. Infelizmente, o meu tempo terminou e não vou poder concluir o meu discurso, mas, como o Senador Gerson Camata acaba de assinalar, é algo que precisa ser mais debatido pelo Senado.

Fiz questão de trazer este tema para cá hoje, nesta manhã, para mostrar ao Brasil que o Senado da República está realmente preocupado com essa questão e que está discutindo e trabalhando para isso. Esta semana foi aprovado na CCJ um projeto de autoria do Senador César Borges. Sou membro da Subcomissão de Segurança Pública, que discute uma nova propositura da legislação para o combate ao crime organizado e ao narcotráfico, com a participação dos Senadores Magno Malta e Demóstenes Torres, sob a Presidência e a coordenação firme e segura do Senador Tasso Jereissati e a nossa participação na relatoria.

Encerro, Sr. Presidente, registrando em dois minutos um evento de que participamos esta semana, o Prêmio Cláudia, que premiou cinco mulheres que se destacam. Nas ciências, por exemplo, destacou-se Magda Carneiro Sampaio, que, estudando aleitamento materno, conseguiu isolar – praticamente já está feita a descoberta – a bactéria que causa a diarreia aguda, uma questão fundamental para as nossas crianças do Brasil. Os pediatras estão de parabéns. Magda Carneiro Sampaio recebeu o Prêmio Cláudia de a Mulher do Ano no Brasil.

Outra premiada é Tania Rosing, na cultura. Essa mulher é do Rio Grande do Sul e faz um movimento cultural impressionante. Milhares e milhares de crianças participam desse grande projeto de Tania Rosing.

A outra é Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, que ganhou o prêmio de Mulher Negócios. “Do faxineiro ao diretor, todos têm salário de acordo com

a rentabilidade da empresa." São os maiores elogios. É uma pessoa que tem sob seu comando milhares e milhares de trabalhadores.

Eloan Pinheiro recebeu o Prêmio Cláudia de Políticas Públicas. "Saúde pública é um direito de todos". Ela descobriu o genérico para o tratamento da AIDS e está começando a produzi-lo.

São mulheres que realmente fazem acontecer.

No trabalho social, temos Creuza Maria Oliveira, que hoje é uma das mulheres que trata com profundidade a questão das crianças que com 8, 10, 12 anos, são submetidas a um trabalho literalmente escravo. É uma mulher que se destaca no Brasil.

Eu precisava registrar o nome dessas cinco mulheres que se destacam no Brasil, cada uma em uma área, com o Prêmio Cláudia 2003.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) –

**Primeiro de Dezembro
Dia Mundial de Luta Contra a AIDS**

Em 1988, durante Encontro Mundial de Ministros da Saúde, em Londres, foi criado o dia Mundial de Luta Contra a AIDS.

O primeiro caso no Brasil foi notificado em 1983, iniciando uma mobilização nacional, envolvendo o governo e a sociedade civil. Há vinte anos nesta luta, o País convive hoje com 135 mil pessoas com a doença.

A transmissão através da relação sexual ainda responde pela maior parte dos casos. Os homens, nesta categoria, respondem por 58%; e mulheres, 86,2%.

O País reduziu em 50% os óbitos causados pela doença. Tratamentos e exames são gratuitos, o que demonstra a eficácia dos programas preventivos e educativos que fazem do Brasil o país que tem o maior índice de uso de preservativo do mundo: 58% nas primeiras relações.

É de minha autoria Projeto de Lei do Senado, que está para ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que define os crimes resultantes da discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de AIDS.

Pelo projeto, constitui crime:

– Solicitar exame para detecção do vírus HIV para inscrição em concurso público ou para admissão em empresa ou entidade privada;

– Segregar o portador do vírus HIV ou doente de AIDS no ambiente de trabalho;

– Divulgar situação ou condição que degrade o portador do vírus HIV ou doente de AIDS, bem como membro de sua família ou grupo social ou étnico a que pertença;

– Impedir a permanência do portador do vírus HIV no local de trabalho;

– Recusar ou retardar atendimento médico ou realização de exame ao portador do vírus HIV ou ao doente de AIDS;

– Obrigar o portador do vírus HIV a informar sua condição patológica a servidor público hierarquicamente superior;

– Impedir o ingresso no serviço público, ou a permanência nele, do portador do vírus HIV ou do doente de AIDS, ou suspeitos de apresentarem qualquer dessas condições patológicas;

– Não admitir ou demitir empregado portador do vírus HIV ou doente de AIDS, ou suspeito de apresentar qualquer dessas condições patológicas;

– Impedir o ingresso, a matrícula ou a inscrição do portador de vírus HIV ou do doente de AIDS em creche, escola, centro esportivo ou cultural, programa, curso, bem como a utilização, por essas pessoas, de equipamento de uso coletivo.

Esses, entre outros dispositivos previstos no projeto, visam proporcionar os meios legais para se combater eficazmente os referidos preconceitos, discriminações ou segregações sociais, que infelizmente se disseminam em nossa sociedade. Talvez pela ignorância ou falta de conhecimento de que esta pessoa não transmite o vírus na convivência diária da utilização de copo, talher, vaso sanitário, aperto de mão ou daquele abraço fraterno.

O portador do vírus HIV ou o doente de AIDS pode exercer quaisquer atividades sociais, físicas e profissionais.

Nada justifica a segregação, comunitária ou profissional, que atinge o ser humano em seu íntimo, piorando sua condição de vida, tornando sua luta diária ainda mais dura, para criar sua família.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

SF PLS 00051/2003 de 07/03/2003

SENADORA - Serys Shessarenko

Define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids, e dá outras providências.

CRIAÇÃO, AUXÍLIO, REABILITAÇÃO, PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL, TRANSTORNO MENTAL, DEFICIENTE MENTAL, VALOR, BENEFÍCIO, SALÁRIO MÍNIMO, PERÍODO, ANO, ASSISTÊNCIA MÉDICA, SAÚDE MENTAL, ACOMPANHAMENTO, INTEGRAÇÃO SOCIAL, PACIENTE, EGRESSO, INTERNAÇÃO, HOSPITAL, ESTABELECIMENTO PSIQUIÁTRICO, CONVÊNIO, (SUS), REQUISITOS, CONCESSÃO, SUSPENSÃO, PAGAMENTO, COORDENAÇÃO, PROGRAMA, (MS).

SF CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

SF PLS 00051/2003

Data: 19/08/2003

Local: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Texto: Recebido o relatório do Senador Amir Lando, com voto pela aprovação do Projeto.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

CCJ Amir Lando

Inverter ordenação de tramitações (Data ascendente)

SF PLS 00051/2003

19/08/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Recebido o relatório do Senador Amir Lando, com voto pela aprovação do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

29/04/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Distribuído ao Senador Amir Lando, para emitir relatório.

18/03/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental (último dia: 17/03/2003). Matéria aguardando distribuição.

07/03/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando apresentação de emendas, e posterior distribuição.

07/03/2003 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos. Ao PLEG com destino à CCJ.

Publicação em 08/03/2003 no DSF Página(s): 2931 - 2932 (**Ver diário**)

07/03/2003 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém 05 (cinco) folhas numeradas e rubricadas. À SSCOM.

Ata da 12ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de março de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos,
da Sra. Serys Shessarenko e do Sr. Olivir Gabardo*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Shes-sareunko.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2003

Define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids.

Art. 2º Constitui crime:

I – solicitar exame para detecção do vírus HIV para inscrição em concurso público ou para admissão em empresa ou entidade privada;

II – segregar o portador do vírus HIV ou o doente de aids no ambiente de trabalho;

III – divulgar situação ou condição que degrade o portador do vírus HIV ou o doente de aids, bem como membro de sua família ou grupo social ou étnico a que pertença;

IV – impedir a permanência do portador do vírus HIV no local de trabalho;

V – recusar ou retardar atendimento médico ou realização de exame ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids;

VI – obrigar o portador do vírus HIV a informar a sua condição patológica a servidor público hierarquicamente superior;

VII – impedir o ingresso no serviço público, ou a permanência nele, do portador do vírus HIV ou do doente de aids, ou suspeitos de apresentarem qualquer dessas condições patológicas;

VIII – não admitir ou demitir empregado portador do vírus HIV ou doente de aids, ou suspeito de apresentar qualquer dessas condições patológicas;

IX – impedir o ingresso, a matrícula ou a inscrição do portador de vírus HIV ou do doente de aids, em creche, escola, centro esportivo ou cultural, programa, curso, bem como a utilização, por essas pessoas, de equipamento de uso coletivo.

Pena – reclusão, de três a cinco anos.

Art. 3º O prontuário e o exame de paciente, arquivados nos estabelecimentos de saúde pública, são de uso exclusivo do serviço de saúde, cabendo ao servidor ou empregado, responsável pelo setor, garantir sua guarda e sigilo.

Parágrafo único. O médico ou qualquer integrante da equipe da saúde, que violar o sigilo profissional, tornando público, mesmo que por intermédio de códigos, o eventual diagnóstico pelo qual se suspeite ou se confirme ser o paciente portador do vírus HIV ou doente de aids, ficará sujeito às penalidades previstas no Código de Ética e Resoluções dos respectivos Conselhos profissionais, além das constantes desta Lei.

Art. 4º A solicitação de exame relacionado à detecção do vírus HIV deverá ser precedida de esclarecimentos sobre a finalidade médica de proteção à saúde coletiva e à do paciente.

§ 1º A realização do exame dependerá do consentimento expresso do paciente ou de pessoa por ele responsável.

§ 2º No caso de paciente que, em razão de sua condição de pessoa abandonada ou da gravidade do seu estado de saúde, não possa manifestar o consentimento, este será suprido por um dos integrantes da direção do estabelecimento de saúde.

Art. 5º O médico ou membro da equipe de saúde, com base em critérios clínicos e epidemiológicos, deverá promover ação destinada ao servidor público e ao empregado cujo diagnóstico indique serem portadores do vírus HIV ou doentes de aids, a fim de adequar sua função à condição especial de sua saúde.

Parágrafo único. Se a adequação não for possível ou recomendável, proceder-se-á à mudança da atividade, da função ou do setor de trabalho.

Art. 6º A infração a esta Lei, cometida por servidor público, será considerada falta grave e o sujeitará a processo administrativo, com direito à ampla defesa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 7º A empresa ou entidade privada que, por seu proprietário, dirigente, preposto ou empregado, infringir esta Lei, sofrerá as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa.

Parágrafo único. A pena de multa será de R\$400,00 (quatrocentos reais) e, no caso de reincidência, R\$800,00 (oitocentos reais).

Art. 8º Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que esta acarretar ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No Brasil já foram notificados, desde do início da epidemia, 237.588 casos de Aids: 172.228 casos em homens e 65.360 em mulheres.

Desde 1999, a epidemia apresenta redução de 15% nas novas ocorrências, graças aos trabalhos de prevenção em todos os segmentos da população. Estima-se que atualmente, no País, haja 600 mil pessoas portadoras do vírus HIV. Destas, 200 mil já fizeram o teste e as demais não sabem sequer que são portadoras do vírus.

Em geral o portador do HIV é orientado e ajudado por ONG e parte da rede pública de saúde a conviver com o vírus e não transmiti-lo a outra pessoa. E esclarecido também sobre como prolongar sua vida e manter-se profissionalmente ativo, mediante adesão ao tratamento disponível, patrocinado pelo Governo.

Os grandes objetivos do Ministério da Saúde e das ONG são desenvolver um sistema eficaz de prevenção à aids, ampliar a capacidade de testagem, informar ao portador do vírus os seus direitos e propiciar-lhe acesso ao tratamento com anti-retrovirais e, fi-

nalmente, não deixá-lo abater-se com preconceitos, discriminações ou segregações.

O presente projeto de lei visa proporcionar os meios legais, para se combater eficazmente os referidos preconceitos, discriminações ou segregações sociais ao portador do HIV, o que, infelizmente, ainda, se dissemina em nossa sociedade, motivada quiçá tão-somente pela ignorância ou por falta de conhecimento de que tal pessoa não transmite o vírus no afeto fraterno, no abraço, no aperto de mão, na convivência diária da utilização de copo, talher e vaso sanitário etc. Ela não está sequer impedida de exercer qualquer atividade social, física ou profissional. Nada justifica a segregação, comunitária ou profissional, que atinge a pessoa humana no seu íntimo, piorando sua condição de vida e tomando mais dura sua luta diária para criar a família, muitas vezes formada de filhos e netos ainda menores de idade.

É inegável, por conseguinte, que o projeto apresenta relevante caráter social e privilegia a dignidade de ser humano que mais necessita da solidariedade e da compreensão de seus semelhantes.

Diante do exposto, contamos com o prestimoso apoio dos ilustres colegas parlamentares para a aprovação deste projeto de lei, que visa incentivar a fraternidade, a solidariedade e o respeito humano e social do povo brasileiro, tão bem representado nesta Casa do Congresso Nacional, a cidadãos aos quais jamais podemos negar a manifestação de tão nobres sentimentos.

Sala das Sessões, 7 de março de 2003. – **Serys Silhessarenko.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que serão lidos pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Silhessarenko.

São lidos os seguintes

PS–GSE nº 09/03

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 78, de 2002, do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa.”, conforme o disposto no art.

Brasília

Sarney diz que Senado realizou "avanço extraordinário" na Previdência

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na manhã desta quinta-feira (4) dos líderes partidários e do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) paralela para aperfeiçoar a reforma da Previdência, que acabava de ser aprovado pela CCJ. Sarney considerou a negociação "um avanço extraordinário":

- O acordo corrige alguns aspectos e, se não é o ideal, demonstra que a política é a arte do possível. A Casa dá mais uma demonstração de equilíbrio e espírito público na harmonização dos conflitos. Dizia-se que o Senado não ia alterar a reforma da Previdência. Modificou bastante, e com a participação da sociedade e das associações de servidores chegamos a este consenso. Foi um avanço extraordinário, que mostra o amadurecimento político do Legislativo - afirmou.

Sarney acredita na promulgação pelo Congresso Nacional das duas PECs - a original (nº 67) e a paralela (nº 77) - ainda neste ano.

- O presidente da Câmara, deputado João Paulo, me disse que há vontade política de sua parte e da Câmara em colaborar para que, o mais rapidamente possível, possa tramitar a PEC paralela, o que foi um compromisso para que possamos promulgar a reforma da Previdência até o final do ano, atendendo à solicitação da sociedade e melhorando a proposta primitiva - esclareceu.

O senador concordou com a proposta do líder do PT, Tião Viana (AC), de realizar sessões nos finais de semana, a partir deste sábado, para dar espaço de tramitação à PEC paralela. Esta solução foi apresentada porque o líder do PDT, Jefferson Péres (AM), não aceita a alternativa de dispensa de interstício que permitiria agilizar a tramitação. Sarney ficou de

submeter o assunto ao Plenário na sessão da tarde. Ele calcula que a tramitação estará encerrada até o dia 17 de dezembro.

O presidente do Senado avaliou que acordo semelhante ao da Previdência vai acontecer com a reforma tributária e reiterou que não se cogita autoconvocar o Congresso. Ele explicou, porém, que a sessão legislativa fica automaticamente prorrogada para o ano que vem até a votação do Orçamento da União.

2vm

Quinta Feira - 04/12/2003 - PRESIDÊNCIA

[← Voltar](#)

04/12/2003

19:53 - PLENÁRIO
Encerrada sessão (19:47 - PLENÁRIO
Arthur Virgílio conc
ênfatizar críticas ac19:40 - PLENÁRIO
Renan acredita em
reforma tributária e
em Jucá19:05 - ORDEM DO
Adiada votação de
recursos do FAT pe18:58 - ORDEM DO
Autorização para ei
Prefeitura de São F18:54 - PLENÁRIO
Mão Santa e Heloís
empréstimo para P.
Paulo18:34 - ORDEM DO
Heráclito e Tourinh
tratamento igual pa18:33 - ORDEM DO
Osmar e Alvaro tan
empréstimo para ca17:41 - ORDEM DO
Mercadante defend
Prefeitura de São F17:40 - ORDEM DO
Antonio Carlos Maç
empréstimo para P.
Paulo[Mais Notícias >>](#)

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores

A violência continua sendo a maior preocupação da vida dos brasileiros.

Viver neste País está cada vez mais inseguro e todos se inquietam. E o desespero se fortalece quando vemos que o envolvimento dos agentes que atuam dentro das forças policiais, agentes que deveriam zelar pela nossa segurança e aparecem cada vez mais envolvidos com o crime, é uma realidade gritante.

Esta semana começa com esta denúncia escabrosa, estampada nas páginas da revista Istoé com relação às ameaças de morte que estariam pairando sobre a cabeça de juízes que atuam lá no Rio de Janeiro e estão encarregados de investigar os desmandos que acontecem dentro da Polícia.

Vejam o que noticia hoje o jornal O Globo. Passo a ler, senhor presidente:

"Juiz Lafredo vai pedir abertura de inquérito na PF para investigar denúncia publicada na Isto É"

Reportagem de Paula Autran

RIO - O juiz Lafredo Lisboa, da 3ª Vara Criminal, vai pedir a abertura de inquérito na Polícia Federal para apurar denúncia do preso Fabiano de Oliveira Costa à revista Isto É, na qual diz que o juiz estava ameaçado de morte por grupos de extermínio ajudados pelos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta.

Responsável pelo caso do propinoduto, o juiz condenou Pitta e Martins a 11 anos de prisão. Segundo Fabiano, que testemunhou a tortura ao chinês Chan Kim Chang, em agosto, por presos do presídio Ary Franco, esses presos fariam parte de um dos grupos de extermínio que teriam prometido a cabeça do juiz como presente aos empresários,

caso eles fossem condenados.

- Caso eu seja agredido, morto ou até fechado no trânsito, a eles (os empresários) será atribuída a responsabilidade pelo fato - disse Lafredo que também está escrevendo ao ministro da Justiça para denunciar o fato. "

Senhor presidente, é evidente que ficamos sobressaltados com todo este estado de coisas. A criminalidade não tem mais limites e figuras da mais alta respeitabilidade como o juiz Lafredo Lisboa se transformam em alvos da vingança dos malfeitores.

É evidente que a sociedade brasileira precisa reagir.

Queremos daqui reforçar o apelo ao ministro Márcio Thomaz Bastos no sentido de garantir a vida não só do juiz Lafredo Lisboa, e de outras autoridades que estão sendo ameaçadas pelo crime organizado, no Rio de Janeiro, mas também que seja garantida a vida do preso Fabiano de Oliveira Costa que deu entrevista a revista Istoé, fornecendo dados importantes para que se possa desbaratar mais um importante núcleo da criminalidade em nosso País.

Entendo que a batalha contra o crime organizado tem que ser uma batalha sem trégua, usando-se evidentemente todos aqueles recursos que a legislação nos fornece para este combate sem trégua.

Nós, legisladores, que aqui estamos para nos dedicarmos a um aperfeiçoamento da legislação anti-crime, temos que nos solidarizar com a luta de personalidades como o juiz Lafredo Lisboa e nos mobilizarmos para que figuras como o preso Fabiano Oliveira possam ser enquadradas num bem planejado e estruturado programa de Proteção à Testemunha que nos garanta melhores elementos para que se desbarate as diferentes ramificações do crime organizado no Brasil.

Quem leu a revista Istoé, que está nas bancas, não pode deixar de se horrorizar com a situação em que vivemos. A

criminalidade atingiu efetivamente níveis de desassombro espantoso.

E o grande espanto que se tem é que a estrutura policial se confunde com a estrutura do crime organizado. Isso não pode continuar assim. Não podemos deixar que o bárbaro assassinado do chinês Chang Kim Chang fique impune.

Não podemos permitir que seus matadores fiquem a blasonar de sua capacidade de evitar a punição da Justiça. E mais do que isso, não podemos permitir que aqueles que lutam para punir estes criminosos, como é o caso do juiz Lafredo Lisboa, sofram qualquer tipo de ameaça à sua integridade.

Por tudo o que se leu na entrevista do preso Fabiano Oliveira, vemos o quanto é importante que todos se unam em favor dessa depuração que tanto reclama a nossa sociedade.

Vejam só o que disse o preso Fabiano Oliveira à revista Istoé. Passo a ler, senhor presidente:

**“Mataram Chang como se mata boi”
A testemunha que assistiu ao chinês ser torturado no Rio conta
o que viu e revela que dois juízes estão jurados de morte**

Reportagem de Luiz Cláudio Cunha

Aos 28 anos, o programador digital Fabiano de Oliveira Costa, casado, dois filhos, é um cabra marcado para morrer. Condenado a 14 anos de prisão por assalto e tráfico de drogas, ele é o alvo número 1 de policiais civis e presos do Rio, onde testemunhou, em agosto passado, a pancadaria que levou à morte o chinês Chan Kim Chang.

Na Justiça do Rio de Janeiro, negou o que viu. Já na Justiça Federal de Brasília, ele confirmou o crime, num depoimento em segredo. Na quinta-feira 27, falando com exclusividade a ISTOÉ na PF em Brasília, onde ganhou proteção, Fabiano relatou pela primeira vez a barbárie que testemunhou.

E denunciou a trama, que mistura bicheiros, policiais e presos, para assassinar dois juízes no Rio até o Natal. Fabiano mandou carta manuscrita de 12 páginas ao presidente Lula contando o que sabe – mas teme não estar vivo para ver a resposta do governo e da Justiça aos crime que testemunhou. “Não me abandone!”, apela na derradeira linha da carta a Lula.

ISTOÉ – O sr. é a única testemunha da pancadaria que levou à morte o chinês Chang. O que aconteceu?

Fabiano – Eu trabalhava no setor de inspetoria do presídio Ary Franco. Vi o Chang chegar com os policiais federais, depois do almoço. Estava assustado, nervoso, mas andava normalmente. O agente mandou que ele tirasse a roupa. Chang ficou pelado, não tinha arranhão algum. Foi revistado, voltou a vestir a roupa, uma calça e uma camisa de malha. Chamaram o Milton Wu, um doleiro chinês preso pela PF, para tentar conversar com ele. Tentaram acalmá-lo. Falava com o Wu e ele traduzia. Chamaram o China, um preso que fazia foto, para botar nos arquivos. Chang foi levado para a cela A-1, na galeria A. Só saiu no dia seguinte. Por volta de 6h da tarde chegou o agente Mota, junto com outro preso, um australiano chamado Garry La Roche, e o Chang. Chamaram novamente o China. Quando o China veio, já era noite.

dar a cabeça do juiz de presente. E o juiz condenou cada um a 11 anos.

ISTOÉ – Matar juiz vale dinheiro?

Fabiano – Aquele que apertar o gatilho contra a dra. Maria Angélica vai ganhar R\$ 200 mil. Pelo que o Baiano falou, é uma bala de prata com o nome da juíza gravado.

ISTOÉ – Como é que o sr. sabe tudo isso?

Fabiano – A cela em que eu estava, a C-3, era em frente à deles. Um dos responsáveis pelo plano, o Mendes, morava na minha cela. E o Baiano dividiu a mesma cela.

ISTOÉ – O sr. tem algum documento que prove isso?

Fabiano – Não, só a força do meu testemunho e da minha memória.”

↳ Senado não está

omisso diante de uma realidade aqui retratada, que se observa no Rio de Janeiro mas que é uma situação que se repete pelo Brasil afora.

Nossa preocupação é que o ministério da Justiça não permita que estes fatos continuem acontecendo impunemente. Que aqueles meliantes, a exemplo do Fabiano Oliveira, que se dispõe a revelar tanto sobre os porões do crime organizado, possam receber proteção cuidadosa. O sistema de Proteção às Testemunhas precisa ser melhor estruturado e fortalecido em nosso País.

Juizes como o nosso juiz federal Julier Sebastião, lá no Mato Grosso, e os juizes Lafredo Lisboa, lá no Rio de Janeiro, que se levantam contra as ações do crime organizado, precisam ter suas vidas resguardadas.

Não podemos nos omitir, neste momento. As questões da segurança pública viraram prioridade nacional e não podemos nos perder em debates periféricos.

E quero destacar mais uma vez que a violência sofrida pelo comerciante Chang Kim Chang não pode ficar sem reparação. E para os que não se lembram, quero recordam o crime de que foi vítima aquele cidadão, conforme relato da revista Isto é. Volto a ^{dizer} ~~ser~~ senhor presidente:

O crime

No dia 27 de agosto, o comerciante chinês naturalizado brasileiro Cham Kim Chang foi encontrado em estado de coma, com vários hematomas e escoriações, numa cela do

presídio Ary Franco, no Rio.

Um dia antes, ele havia sido preso no Aeroporto Internacional Tom Jobim ao tentar embarcar para os EUA com US\$ 31 mil não declarados à Receita Federal. Levado para o Hospital Salgado Filho, Chang morreu no dia 4 de setembro.

Em seus primeiros depoimentos, os agentes do presídio alegaram que o comerciante sofrera um "surto" e teria batido com a cabeça voluntariamente em um móvel da sala de identificação de presos.

Mas o fato de a sala ter sido lavada após o ocorrido reforçou a suspeita de espancamento, posteriormente confirmada pela perícia. O diretor do presídio e os agentes penitenciários foram afastados e o caso, inicialmente registrado como "dano ao patrimônio público", acabou alterado pela Delegacia de Homicídios para tortura seguida de morte.

O comerciante vivia há 20 anos no Brasil com a mulher e com os dois filhos. Vendeu uma das quatro pastelarias que tinha no Rio para realizar o sonho de comprar uma casa em San Diego, nos EUA, para onde pretendia se mudar.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores,

Este foi um crime infame. O Brasil, enquanto nação civilizada, está em xeque, diante deste caso.

Precisamos demonstrar nosso compromisso com a Justiça batalhando para que todos aqueles que contribuíram para o bárbaro assassinado do cidadão Chang Kim Chang não fiquem impunes.

Obrigado.

Creuza maria oliveira

Creuza Maria Oliveira, 43 anos, solteira, passou a infância no sertão da Bahia. Quando completou 10 anos, deixou a roça, onde vivia com a mãe, para trabalhar como doméstica em Santo Amaro da Purificação, a 84 quilômetros de Salvador. Ficaram para trás as brincadeiras e os sonhos infantis. Ela cuidou de crianças, cozinhou, limpou, lavou roupas. Em troca de sobras de comida e roupas usadas, cumpriu uma jornada de mais de 12 horas, de segunda a segunda. Só começou a receber uma remuneração, irrisória, aos 15 anos. Carteira assinada e direito a folga quinzenal obteve apenas quando fez 21 anos. Como tantos outros menores do país, ela engrossou as estatísticas da mão-de-obra infantil. No Brasil, 2,2 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos trabalham, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001. Na faixa de 5 a 17 anos, o número sobe para 5,5 milhões, sendo que 1 milhão deles está fora da escola e 49% não recebem qualquer remuneração.

Aos 26 anos, já em Salvador, Creuza ouviu num programa de rádio que um grupo de domésticas começava a brigar por seus direitos. "Fui à reunião e encontrei lá somente quatro mulheres. Fiquei decepcionada, mas percebi que poderia ajudar a engrossar aquela corda." Começou a distribuir folhetos nas escolas noturnas e nos terminais de ônibus convidando mais trabalhadoras.

Pouco tempo depois, Creuza e suas parceiras criaram a Associação Profissional das Domésticas e, em 1990, o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia. Ela já levou sua experiência para muitos países. Em 2001, foi convidada para dar palestras na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, da ONU, em Durban, na África do Sul. Atualmente, é presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e representante da Comissão Especial do Trabalho Infantil Doméstico.

Arruma tempo ainda para freqüentar aulas do ensino fundamental e dar cursos de formação para jovens trabalhadoras domésticas em parceria com o Ceafro, programa educacional de profissionalização de jovens. "Tinha vergonha de tirar o lenço da cabeça. Hoje tenho orgulho da minha raça e levanto a auto-estima dessas meninas que têm histórias semelhantes à minha"

Tinha vergonha de tirar o lenço da cabeça. Hoje tenho orgulho da minha raça

eioan . pinheiro

O número de brasileiros infectados pelo vírus HIV aumentava ao ritmo de 35% ao ano na década de 80. A previsão do Banco Mundial para o crescimento da epidemia no Brasil era aterrorizadora: teríamos hoje mais de 1,2 milhão de pessoas infectadas sem possibilidades de tratamento e viveríamos situação semelhante à de países africanos. Um programa brasileiro de combate à Aids reverteu esse quadro – o Ministério da Saúde calcula que o número de contaminados esteja abaixo da metade da estimativa feita pelo Banco Mundial – e ainda se tornou referência mundial. Nessa luta contra o HIV, teve papel fundamental a química carioca ELOAN PINHEIRO, 58 anos. Como diretora do Instituto de Tecnologia de Fármacos, o Far-Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), ela enfrentou os grandes laboratórios que produziam os caríssimos remédios do coquetel anti-Aids, fabricou genéricos, ameaçou quebrar patentes e chamou a atenção da imprensa americana e europeia para sua batalha por preços justos. “Saúde pública é um direito de todos os seres humanos. E a lei garante não só atendimento como também remédios”, afirma a química.

O trabalho no Far-Manguinhos teve início em 1989, quando ela deixou uma carreira bem-sucedida na iniciativa privada e um salário de US\$ 10 mil e assumiu o cargo de vice-diretora do laboratório. Três anos depois, foi nomeada diretora. Conseguiu fabricar

sete dos 12 remédios do coquetel anti-Aids e ainda fez com que os laboratórios baixassem o preço dos outros medicamentos, proibidos de ser produzidos no Brasil pela lei de patentes, que entrou em vigor em 1997. Com isso, os cerca de 100 mil pacientes em tratamento passaram a receber os remédios de graça.

Em dezembro de 2002, depois de dez anos na direção do Far-Manguinhos, durante os quais o laboratório, que fabricava três remédios, passou a produzir mais de 60, Eloan deixou o cargo, porque já tinha completado o período permitido pelos estatutos. Ela está agora levando sua experiência para a África e América do Sul. Faz parte também da força-tarefa da ONU, que traça planos estratégicos para que todos tenham acesso à saúde. Assim que se aposentar – já deu entrada no pedido – planeja unir-se aos Médicos sem Fronteiras para lutar por maior tecnologia para o tratamento de doenças negligenciadas, como a malária.

“Saúde pública é um direito de todos. A lei garante atendimento e remédios”

tania rosing

Nós fazemos um movimento cultural. As jornadas reúnem 15,5 mil pessoas

Um grande circo é levantado em Passo Fundo, a 280 quilômetros de Porto Alegre. A pequena cidade do Rio Grande do Sul se prepara para receber não os habituais palhaços e malabaristas, mas, sim, escritores e leitores, que chegam de todo o país. Sob as tendas coloridas, espalhadas por um terreno de 10,9 mil metros quadrados, acontece

a cada dois anos um dos grandes eventos culturais do país, as jornadas literárias, que neste ano comemoraram a décima edição. Idealizadas e coordenadas pela professora de literatura TANIA RÖSING, 55 anos, já levaram ao sul do país mais de 200 renomados escritores nacionais, entre eles Antonio Callado, Nérida Piñon, João Ubaldo Ribeiro, Adélia Prado, Ruy Castro, além de nomes internacionais, como Antonio Skármeta, autor de *O Carteiro e o Poeta*, e a portuguesa Inês Pedrosa. Como a cidade não tem acomodações para os milhares de inscitos, a solução foram as festivas tendas.

Tudo começou em 1981, quando Tania, professora-doutora de letras da Universidade de Passo Fundo, e o escritor Josué Guimarães tiveram a idéia de estimular a leitura por meio de debates entre escritores e professores. Tania cuidou da organização do evento, que naquele ano reuniu 750 participantes, enquanto o escritor convidou oito

autores gaúchos, entre eles Mario Quintana e Moacyr Scliar. Deu tão certo que, dois anos depois, acontecia outro evento - consolidado, tornou-se bienal e despertou interesse nacional. Tania, casada, mãe de dois filhos, conta hoje com uma equipe de 20 pessoas e

patrocínio de mais de R\$ 2 milhões, de empresas como Petrobras, Nestlé, Eletrobrás e do governo do Rio Grande do Sul. Além de batalhar pelas verbas, em 1999 ela lançou um prêmio de literatura, no valor de R\$ 100 mil, que é entregue durante o encontro a um escritor da língua portuguesa.

Da 10ª Jornada Nacional de Literatura, realizada entre 26 e 29 de agosto, participaram 4,5 mil adultos e 11 mil crianças e jovens. O encontro, no entanto, não se restringe a quatro dias. Começa alguns meses antes, quando os inscitos formam grupos de leitura para discutir, sob a orientação de Tania e sua equipe, as obras que serão abordadas na Jornada. "Não fazemos um evento, e sim um movimento cultural", orgulha-se. Ela decidiu criar, em 2001, a 1ª Jornadinha Nacional de Literatura, com cursos e debates com autores infanto-juvenis.

magda carneiro sampaio

A diarréia aguda provocada pela bactéria *Escherichia coli* é a principal causa de mortalidade infantil entre crianças de famílias de baixa renda nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), ela vitima, no mundo, cerca de 7 mil crianças todos os dias. Mas uma vacina - desenvolvida por Magda Carneiro Sampaio, médica especialista em imunologia aplicada à pediatria, em conjunto com Luiz Rachid Trabulsi, microbiologista do Instituto Butantan, de São Paulo - pode mudar essa realidade. O trabalho foi apresentado pela médica pernambucana em julho deste ano no Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Recife. Já testada em animais, no início do próximo ano a vacina deve entrar na fase de testes em seres humanos para depois ser produzida e distribuída em larga escala pelo Instituto Butantan. "Quando chega a esse ponto, é porque já está provada sua eficiência", afirma Isaías Raw, pesquisador e diretor do instituto. A vacina, na verdade, é resultado de uma extensa pesquisa, à qual Magda se dedica há mais de duas décadas, sobre a imunologia do leite materno - rico em anticorpos, inclusive nos que combatem a *E. coli*.

"Foi estudando esses componentes e os mecanismos pelos quais o aleitamento materno protege a criança contra vários tipos de infecção que podemos chegar à vacina", conta a pediatra. "Precisamos acabar com a diarreia, que está matando nossas crianças."

Magda, 53 anos, divorciada, mãe de duas filhas, é professora titular do departamento de imunologia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, tem mais de 160 trabalhos publicados em revistas científicas, muitas delas estrangeiras, orientou 18 alunos de doutorado e 13 de mestrado e participou como conferencista de mais de dez congressos internacionais. Atualmente está mergulhada em outro grande desafio: a coordenação de um projeto, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sobre imunodeficiências primárias. Esse estudo abrange crianças que nascem com deficiência congênita do sistema imunológico, estando por isso sujeitas a diversas infecções, como otite ou pneumonia.

Foi estudando o
aleitamento materno que
chegamos à vacina

Luiza helena trajano inácio rodrigues

Do faxineiro ao diretor,
todos têm salários de acordo com
a rentabilidade da empresa

Em 1991, quando a paulista Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues hoje com 51 anos, assumiu a superintendência da rede de lojas de artigos para casa e eletrônicos de seus tios, ela tinha 31 unidades concentradas no estado de São Paulo, e um faturamento anual de R\$ 80 milhões. Em 12 anos, a empresária, casada e mãe de três filhos transformou o Magazine Luiza em uma cadeia de 17 endereços, espalhados pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. E as coisas não pararam por aí: estão previstas para este ano mais 22 unidades e um faturamento de R\$ 850 milhões.

O processo de mudanças instituído por Luiza nos últimos dois anos rendeu ao Magazine a primeira colocação no ranking da edição *As 100 Melhores Empresas para se trabalhar*, da revista *EXAME*. Uma de suas primeiras ações foi retirar as divisórias das salas do escritório central, sede, que fica em Franca, no interior paulista. "Como comunicar com agilidade em uma empresa cheia de salinhas e processos burocráticos?", diz. Ela estabeleceu um plano de carreira - do faxineiro ao diretor, todos têm salários que variam de acordo com a rentabilidade da empresa.

Idéias inovadoras nunca faltam para Luiza Helena. É dela, por exemplo, a Liquidação Fantástica, que acontece todo primeiro sábado do mês com descontos de até 70%, as lojas da rede abrem suas portas às 5 horas da manhã. O Disque Luiza é uma

linha direta com a própria superintendente. Isso mesmo: Depois de passar pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), se o cliente ainda não estiver satisfeito, é atendido por ela. Já as Lojas Eletrônicas surgiram em pequenas cidades em 1992. Em uma sala, os clientes escolhem na tela do computador os produtos, que são entregues em 24 horas - uma maneira de resolver o problema de falta de espaço para expor os itens do estoque.

O talento para o negócio veio à tona cedo. Adolescente, ela passava as férias atrás do balcão do magazine de seus tios, Luiza Trajano e Pelegrino José Donato, que possuem herdeiros diretos e hoje fazem parte do conselho da empresa. "Gostava tanto de conversar com as pessoas que pensei até em ser psicóloga", revela. Aos 18 anos, começou a trabalhar como vendedora enquanto fazia faculdade de direito. Passou a comprar e gerenciar o comércio até chegar à superintendência.

Pelo oitavo ano consecutivo, a revista CLAUDIA homenageia mulheres que estão reescrevendo a história do Brasil. Escolher as cinco vencedoras do Prêmio CLAUDIA 2003 foi tarefa difícil, delicada e minuciosa, já que eram 15 finalistas com trabalhos maravilhosos e fundamentais para a conquista de um país melhor.

Neste ano, em vez de uma grande vencedora, temos cinco, nas áreas de ciências, cultura, negócios, trabalho social e políticas públicas. Fizemos essa modificação porque acreditamos no efeito multiplicador de exemplos inspiradores e porque as mulheres vêm abrindo caminhos e ganhando projeção internacional nos mais diversos setores.

As premiadas foram escolhidas pela redação da revista CLAUDIA, por uma comissão de notáveis, formada por dois representantes de cada área, e pelas leitoras, que votaram pela internet. Para eleger as cinco mulheres, consideraram os seguintes critérios: **IMPACTO** Que candidatas realizaram mudanças de peso na sociedade e ofereceram as soluções mais significativas em sua área de atuação? **MULTIPLICAÇÃO** Os resultados que elas alcançaram podem servir de modelo a outras iniciativas? **ORIGINALIDADE** Quais os trabalhos mais criativos?

Conheça agora as grandes vencedoras do **PRÊMIO CLAUDIA 2003**.

comissão julgadora

CIÊNCIAS JULIO ABRAMCZYK médico e jornalista da *Folha de São Paulo* **SUZANA PÁDUA** fundadora e presidente do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e finalista do Prêmio CLAUDIA 2002 **CULTURA** GLORIA PEREZ novelista e vencedora do Prêmio CLAUDIA 2002 **DANILO SANTOS DE MIRANDA** diretor regional do Sesc-SP **NEGÓCIOS** VINICIUS PRIANTI diretor-presidente da Unilever Brasil **MAILSON DA NÓBREGA** ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada **POLÍTICAS PÚBLICAS** ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA escritora e presidente do Centro de Liderança da Mulher (Celim) **ILKA CAMAROTTI** coordenadora do Projeto Práticas Públicas e Pobreza do Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo **TRABALHOS SOCIAIS** REIKO NIIMI representante do Unicef no Brasil **EVELYN BERG IOSCHPE** presidente da Fundação Iochpe

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PDT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, anteontem e ontem, as Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, em conjunto, promoveram uma audiência pública de grande importância para o Senado Federal, para o Congresso Nacional e para o País. Essas audiências públicas versaram sobre consulta, especialmente aos cientistas, quanto à visão desses cientistas e pesquisadores sobre a biotecnologia, sobre os transgênicos.

A iniciativa do requerimento foi nossa, subscrita pelo ilustre Senador Augusto Botelho e pelo Senador Sibá Machado.

Ouvimos, nesta audiência, nove pessoas. Destacamos entre elas ex-presidentes da CTNBio, biólogos, cientistas, pesquisadores de renome internacional, todos brasileiros, como Ernesto Paterniani, Elíbio Rech, Francisco Aragão, Robinson Pitelli, Luiz Fernando Lima Reis, Fernando Reinach e Dr. Rubens Nodore, do Ministério do Meio Ambiente.

Hoje há uma preocupação muito grande do povo brasileiro em entender qual o rumo que se toma – favorável ou contrário – quanto aos transgênicos.

Os ambientalistas ocupam um espaço bastante grande, dizendo que os transgênicos são nocivos à saúde e ao meio ambiente, mas os cientistas entendem o contrário. Enquanto os primeiros ocupam um espaço da comunicação bastante grande, fazem movimentos de grande importância no mundo inteiro contra os transgênicos, os cientistas geralmente se recolhem, falam menos, são acanhados.

Foi esta a razão de ser do nosso requerimento: ouvirmos os cientistas a respeito da transgenia. Esses cientistas nos trouxeram uma visão importantíssima. A primeira conclusão a que cheguei, após essas duas audiências públicas, foi a de que o Brasil, se continuar comportando-se como está, amarrando as mãos da Ciência e dos pesquisadores na área da biotecnologia, perderá sua oportunidade de desenvolvimento na área do agronegócio, oriundo do produto da agricultura e da pecuária, assim como já perdeu uma importante oportunidade na política da reserva da Informática para o País.

Pois bem, esses cientistas são enfáticos em dizer que este é o momento certo, preciso para que Brasil se desamarre e avance na área da biotecnologia. Já temos grandes conquistas alcançadas nessa

área, há cientistas brasileiros qualificados, de renome internacional, mas eles dizem claramente que o órgão nacional que desenvolve a pesquisa, que autoriza a utilização ou não dos produtos transgênicos, a CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, está por demais amarrada, porque a regulamentação é confusa. Na verdade, a regulamentação da sua ação é no sentido de evitar que se faça a pesquisa neste País.

Sr. Presidente, a primeira proposta dos cientistas é justamente uma regulamentação que flexibilize a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, no sentido de que a pesquisa flua, que os cientistas possam trabalhar, que realmente o Brasil avance na era da biotecnologia, liderando mundialmente esta pesquisa científica, como já quase lidera, mesmo estando com as mãos amarradas. A visão científica é por demais clara.

Certos argumentos contra a transgenia foram derrubados nessa reunião. O que preocupa é o perigo de os produtos transgênicos afetarem a saúde humana ou o meio ambiente, mas não há, segundo os cientistas, nenhuma prova de que um produto transgênico seja mais perigoso ou menos perigoso, mais danoso ou menos danoso à saúde, ao meio ambiente do que qualquer outro produto orgânico. Não há diferença. Um grão de soja transgênico que se tenha em mão será idêntico, será igual a um grão de soja orgânico, que não seja transgênico. Não faz mal à saúde e não faz mal ao meio ambiente, tanto quanto o orgânico. Não há diferença. E, para todo e qualquer desvio que possa advir na transgenia, de qualidade divergente da inicialmente proposta, a biotecnologia tem instrumentos, tem condições, de imediato, de redirecionar o trabalho e corrigir o defeito.

Um fato importante mencionado por um dos palestrantes foi sobre a grande preocupação do mundo hoje, que é com a fome e com o meio ambiente. Produzir alimentos é papel da agricultura e da pecuária. A agricultura e a pecuária mexem com a terra. O meio ambiente está justamente nesse cenário. A população mundial cresce, como também cresce a necessidade de alimentos, mas os recursos naturais para produção desses alimentos são limitados, a área agricultável é uma só no mundo inteiro. E os dados históricos dos últimos cinco anos demonstram que dobrou a produção agrícola, apesar de que só avançamos 17% a 20% na área plantada.

O que é que garantiu essa diferença de 100%, ocorrida no Brasil nos últimos dois anos? O que garantiu que avançássemos tão pouco na área agricultável, mas tanto na produtividade? Foi justamente a

tecnologia, não só do Brasil, que não tem transgênico, mas a tecnologia do mundo, desde a revolução verde, com os agrotóxicos e com a produção da semente de melhor qualidade para uma melhor produtividade. E a biotecnologia chega nesta hora em que a projeção para o mundo é de que, até 2050, tenhamos que triplicar a produção de alimentos. Se a área agricultável do planeta está quase exaurida, como conseguiremos triplicar a produção de alimentos sem triplicar a área cultivada? Somente por meio da tecnologia, principalmente a biotecnologia dos alimentos transgênicos. E, quando se diz que o transgênico afeta o meio ambiente, é preciso também dizer que este evita a utilização de agrotóxicos no volume utilizado na produção natural, orgânica, como ocorre. Enquanto uma soja não transgênica necessita de quatro ou cinco pulverizações de agrotóxicos, a transgênica necessita de uma ou duas. A simples diminuição do uso de agrotóxicos na produção dos alimentos transgênicos já significa preservação do meio ambiente. E o simples fato, Sr. Presidente, do aumento da produção ou da produtividade dos alimentos sem aumento da área agricultável significa ganho ambiental, pois, todas as vezes em que se aumenta a área de produção agrícola, isso significa agressão ao meio ambiente. Contudo, se há instrumentos para conter a expansão de área agricultável, colaboramos com o meio ambiente. Portanto, os alimentos transgênicos são essencialmente uma segurança da preservação ambiental do planeta.

Com referência à saúde, reafirmamos: não há nenhuma diferença para a saúde entre transgênicos e orgânicos. Mas, mesmo assim, foi colocado por um dos palestrantes, que não era cientista, que nos Estados Unidos a batata transgênica foi rejeitada pelo McDonald's. Isso não significa nada. Isso é uma questão de mercado, não é de saúde. No caso, foi uma questão de gosto.

Portanto, se não temos problemas com a saúde, se não temos problemas ambientais, de acordo com os cientistas, por que é que aqui no Brasil se fala tanto contra os transgênicos? Fala-se tanto contra os transgênicos, Senador Mão Santa, porque eles também representam um instrumento de morte para muitas iniciativas privadas que existem por aí.

Vamos dar alguns exemplos sobre a produção de transgênicos.

Nos Estados Unidos, líder mundial incontestemente na produção de transgênicos, foram plantados 60 milhões de hectares de soja transgênica. Segundo a Academia de Ciências dos Estados Unidos, o trans-

gênico não faz mal à saúde nem causa dano algum ao meio ambiente.

A soja transgênica e a orgânica, Sr. Presidente, são iguais. A diferença é que uma tem um gene inoculado no outro, de maneira diferenciada e que dá o produto transgênico que nós conhecemos.

Se nos Estados Unidos a Academia de Ciências e os outros órgãos dizem sim aos transgênicos; se o Canadá, da mesma maneira, diz sim aos transgênicos; se a Austrália diz sim aos transgênicos; se a Argentina, pertinho de nós, nosso grande concorrente, segundo produtor mundial de alimentos transgênicos, diz sim aos transgênicos; se a Coreia do Sul está priorizando a tecnologia voltada para a conquista do espaço, lançando satélites, e a biotecnologia; se a China igualmente está avançando na biotecnologia, produzindo e importando produtos transgênicos – se as academias de ciência desses países afirmam que o transgênico não causa nenhum dano à saúde nem ao meio ambiente –; por que nós aqui, Senador Mão Santa e Senador Augusto Botelho, dizemos, na nossa visão tupiniquim, que temos que ter cautela com a pesquisa transgênica, que temos que ter cautela para nos aventurar com os transgênicos? Quando a ciência deixou de ter cautela ao pesquisar um determinado produto? Quando? Nunca. Mas essa colocação da cautela, com excesso de regulamentação no projeto que vem para esta Casa, exigindo até audiência pública para liberação de produtos na CTNBio, é a amostra mais evidente de que querem continuar amarrando os braços e as pernas das nossas instituições de pesquisa. Infelizmente, o que está acontecendo é isso.

Este instante que estamos vivendo é muito forte. É uma tomada de consciência do que seja este amplo espectro que é o transgênico. Precisamos saber como nos comportar diante dele para podermos votar o projeto de lei do Governo Federal que está chegando ao Senado, que traz os princípios da política nacional de biossegurança, que faz a nova composição da CTNBio e mostra os caminhos da nossa biossegurança.

Esta hora, Senador Mão Santa, é importantíssima.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Juvêncio da Fonseca, eu gostaria de participar do seu pronunciamento.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Logo concederei o aparte a V. Ex^a. Estou ansioso para ouvi-lo, como também ao Senador Augusto Botelho. A inteligência de V. Ex^a é muito importante nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Desculpe interrompê-lo, Senador Juvêncio da Fonseca. A Mesa faz um apelo para que os apartes sejam feitos dentro do tempo do orador, e lhe faltam três minutos.

É claro que a Mesa será tolerante com o orador, mas os apartes só poderão ser concedidos dentro do tempo. Isso não quer dizer, Senador, que não serei tolerante com V. Ex^a, como fui com a oradora que o antecedeu.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Estou atentamente ouvindo V. Ex^a e lamento a grande perda do meu Partido. O PT pode oferecer até seis ministérios. Lamentamos a perda do nome de V. Ex^a, que, sem dúvida nenhuma, se destaca nesta Casa como um dos nomes de maior competência. Todos sabemos da sua competência jurídica, do seu comportamento presidindo a Comissão de Ética e, agora, da sua prudência. Fui professor de Biologia, Genética e Fisiologia. Tive um professor que dizia: “A ignorância é audaciosa”. V. Ex^a dá o exemplo: veio usar da palavra depois que ouviu os cientistas e os técnicos, a quem também tive o prazer de ouvir. O momento mais alto do Senado foi quando se teve a inspiração de convidar os cientistas para explicar esse assunto complicado, cuja discussão começou em 1635, com Mendell, e continua evoluindo. E eu, como cirurgião, quero dizer que as perspectivas não só da agricultura como da cirurgia de transplante são essas. Os países poderosos estão fazendo pesquisas genéticas para fazer órgãos transgênicos para continuar a evolução. Nobre Senador, o Brasil aplaudia V. Ex^a como jurista e agora aplaude como grande estadista. Em minha opinião, o cargo de prefeito, a que V. Ex^a almeja, é uma moldura muito pequena. V. Ex^a podia ser o próximo Presidente da República do Brasil.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Agradeço as sábias e amigas palavras do Senador Mão Santa.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Nobre Senador, é com prazer que tenho participado como co-autor das audiências que V. Ex^a convocou. Fico feliz de V. Ex^a estar fazendo um resumo da posição da ciência em relação aos transgênicos em seu discurso, mas essa audiência também trouxe algumas coisas que ignorávamos, os Senadores e a população do Brasil em geral, como, por exemplo, alguns organismos que estão sendo desenvolvidos para ter resistência a insetos. Quando se pesquisa um organismo novo, que tem resistência a algumas lagartas, a al-

guns insetos, ele é tratado como agrotóxico. Ao ser tratado como agrotóxico, o caminho até chegar à pesquisa prática é complicado, é um labirinto. Eu ignorava esse fato e quero torná-lo público para reafirmar que a genética tem que ser tratada diferenciadamente. Nessas reuniões que estamos realizando, tomamos conhecimento de que o Brasil estava na ponta em engenharia genética. Temos pesquisadores que são considerados o ápice da pirâmide do conhecimento da engenharia genética, mas as nossas pesquisas estão atrasadas três anos por causa dessa espécie de inquisição com o setor. Eu não sabia que tínhamos chegado a queimar experimentos no Brasil por causa desse movimento retrógrado que está acontecendo aqui. Sei que V. Ex^a, com essa conferência que fez, está dando um passo no sentido de alargar o conhecimento de todas as pessoas. Como V. Ex^a já era detentor do conhecimento, tomou a iniciativa. Vamos fazer as coisas com justiça e dentro do aspecto técnico-científico. Espero que a Lei de Biossegurança seja analisada por esse aspecto. Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Obrigado pelo aparte, Senador Augusto Botelho.

Dois minutos para terminar, Sr. Presidente.

Uma das questões apresentadas é a de que determinada empresa tem nas mãos o monopólio das sementes transgênicas. V. Ex^a se encontrava presente, nobre Senador Augusto Botelho: os cientistas foram claros ao dizer que o monopólio, se existe, é momentâneo. Basta que a Embrapa continue fazendo suas pesquisas para chegarmos lá. E não se trata apenas da soja, mas também do arroz, do feijão.

Aliás, Sr. Presidente, a Embrapa tem uma pesquisa com o feijão, que, para ser desenvolvida, foi preciso fazer um convênio com os Estados Unidos; não pode fazê-la no Brasil em razão da burocracia. O mesmo ocorre com outra pesquisa em relação à banana, que está sendo desenvolvida pela Embrapa em convênio com Honduras, porque não há condições de realizá-la no País, em razão da regulamentação excessiva.

Nessa área da CTNBio, da biossegurança e da biotecnologia, tenho grande esperança no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que, nessa reunião, fez-se representar pelo Dr. Rubens Nodari, do Ministério do Meio Ambiente. O Dr. Rubens Nodari foi categórico e enfático ao afirmar para nós, Senadores, na audiência pública, que o Governo Federal está empenhado em simplificar, desburocratizar e desregular a CTNBio e a pesquisa no Brasil e dar celeridade aos processos que foram iniciados. Isso é muito

bom. Temos de louvar essa iniciativa, se o Governo Lula pretende fazer com que a ciência respalde o nosso desenvolvimento. Preocupa-me muito, nesta hora em que concorremos com o mundo inteiro, que estejamos atrasados tecnologicamente. Enquanto outros países avançam, nós permanecemos estagnados. O mundo precisa tanto de alimento, e o Brasil, que tem a maior capacidade de expansão agrícola, fica acanhado, com suas instituições de pesquisa e ciência amarradas. Preocupa-me que não avancemos na conquista de uma produtividade que seja a salvação da produção de alimentos, sem agressão ao meio ambiente. Preocupa-me muito que, com essa corrida econômica que ocorre no mundo e com a globalização, fechemos o ano, tendo de pagar, como juros e serviço da dívida por empréstimos internacionais contraídos, mais de R\$150 bilhões, enquanto foi propalado que, para investimento no desenvolvimento, serão destinados apenas R\$2 bilhões. Preocupa-me que o Brasil não faça parte dessa corrida para o desenvolvimento na área da agroindústria, principalmente porque tem uma capacidade de expansão agrícola que não se iguala à de nenhum outro país – só nós podemos crescer. Esperamos que o brasileiro – em especial, o político brasileiro – compreenda essa grande luta de titãs da globalização e favoreça o Brasil. Sejam mais protetores da nossa nacionalidade, sejam nacionalistas em busca da conquista de um lugar ao sol na área da biotecnologia, para o desenvolvimento do nosso País e para o fim da fome no mundo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Prorrogo por 15 minutos a Hora do Expediente e, de imediato, passo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho. Em seguida, falará o Senador Romeu Tuma e, depois, a Senadora Heloísa Helena.

Senador Rodolpho Tourinho, V. Exª dispõe de até cinco minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, retorno à tribuna para fazer novos alertas sobre o problema energético no Nordeste, sobre o gás natural.

Desde o início do ano, sistematicamente tenho vindo à tribuna para dizer que é preciso que o gasoduto Sudeste–Nordeste seja completado – ou seja, a ligação entre o Espírito Santo e a Bahia – e que se dê uma solução ao gasoduto que leva o gás do campo de Camamu a Salvador, cerca de apenas 70 quilômetros. Tenho tratado do problema dos gasodutos, pois considero que o projeto de uso do gás natural, sobretudo depois das novas descobertas da bacia de Santos, tem que ser desenvolvido. Temos de dar a esse novo energético toda a atenção possível.

Fizemos uma audiência pública, no Senado Federal, com a Secretária do Petróleo e Gás, do Ministério de Minas e Energia, Maria da Graça Foster, que é competente, conhece profundamente o assunto e mostrou a mesma indignação que eu tive em relação a esse problema.

No dia seguinte, fiz um pronunciamento desta tribuna, chamando a atenção para o problema imediato que teríamos. O Operador Nacional do Sistema alertava que os níveis dos reservatórios de água no Nordeste atingiriam o ponto limite e que essas térmicas precisariam ser ligadas. As térmicas do PPT – Plano Prioritário de Termoelétricas – foram feitas para que se evitasse o racionamento de 2001. No entanto, não existe gás, neste momento, para que essas térmicas sejam acionadas. Para que o sejam, provavelmente será preciso desligar a Fábrica de Fertilizantes do Nordeste – uma na Bahia e outra em Sergipe –, retirar o gás do pólo petroquímico da Bahia e desligar, talvez, o pólo siderúrgico daquele Estado.

Esse problema apareceu depois, como se já estivéssemos falando de racionamento de energia. Não é isso. Não estamos falando que o Nordeste pode enfrentar racionamento de energia agora, mas daqui a dois anos. Mas dois anos, para o tempo elétrico, é muito pequeno – a crise passada mostrou isso –, para que providências efetivas sejam tomadas e para que soluções sejam dadas.

O Estado de S. Paulo de hoje informa:

Petrobras tenta garantir térmicas do Nordeste

O baixo nível dos reservatórios nas principais hidrelétricas no Nordeste está exigindo que a Petrobrás faça uma série de exercícios estratégicos para fornecer gás natural às termoelétricas do Programa Prioritário de Termoelétricas (PPT), atendendo à solicitação do Operador Nacional do Sistema (ONS).

A Ministra, naturalmente – até penso que S. Ex^a tem razão –, afasta o risco de apagão neste momento, mas o problema virá depois.

Segundo a reportagem, a produção do gás natural do Nordeste está inteiramente comprometida, o que é verdade. E há mais uma informação, prestada pelo Diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, Adriano Pires, que foi da Agência Nacional do Petróleo e é profundo conhecedor do assunto:

Não há gás para abastecer as térmicas este ano, nem no próximo nem no outro (2005), porque não dá para levar o gás do Sul para lá por falta de dutos e a produção do Nordeste vem caindo a cada dia sem novas descobertas naquela região.

Na edição de hoje do jornal **Valor Econômico** verifica-se o seguinte:

A crise de energia no Nordeste está exigindo um esforço conjunto do governo, que criou um grupo de trabalho [como se ele viesse a resolver problema de construção de gasoduto que já deveria ter sido feito] para discutir o assunto no âmbito do Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Petrobras. O sinal amarelo foi aceso na sexta-feira passada, quando o nível dos reservatórios do Nordeste se aproximou da curva de aversão ao risco...

Existem outras informações prestadas pelo Diretor da Petrobras:

A Petrobras está gerenciando a demanda e vai providenciar gás para despachar qualquer térmica que o ONS pedir...

Para esse gás ser despachado para a térmica, ele vai ter de ser tirado de alguém. Possivelmente, serão desligadas operações industriais na Bahia e no Nordeste. O Governo do Estado da Bahia já manifestou, no Ministério de Minas e Energia, que o Ministério deverá sustar qualquer ato da Petrobras de retirar gás de outras unidades operacionais. Como decorrência disso, a Bahia corre o risco de perder não só seu ICMS mas também empregos.

Mas o que me preocupa muito, que devo trazer e continuarei trazendo a esta Casa, é que o problema de energia no Nordeste é estrutural. Todas as térmicas construídas não têm gás para operar. E os reser-

vatórios do Nordeste já não são mais plurianuais. Então ou se toma uma providência de imediato, que é a construção do gasoduto que leva o gás de Camamu a Salvador, de apenas 70 quilômetros, ou dentro de pouco tempo vamos, efetivamente, ter problemas no Nordeste. Não há nenhuma garantia, não temos nenhum outro rio. O rio São Francisco, do ponto de vista de energia, já está completamente tomado. A solução que vier da energia eólica não virá na quantidade necessária para garantir o desenvolvimento da região. A única solução que existe é um programa de termoelectricidade baseado no gás. Para que isso seja feito, é preciso que seja interligado o gasoduto do Sudeste ao gasoduto do Nordeste, é preciso que seja feita a ligação entre o Espírito Santo e a Bahia. Se essa ligação não for feita dentro em breve, em 2005 ou 2006, dependendo até de condições hidrológicas desfavoráveis, vamos ter uma séria crise no Nordeste, de difícil solução, porque demandará um tempo que será sempre a construção de um gasoduto.

Mas o que é incrível é que hoje, com tanto gás descoberto no País, com tantas reservas, não se tome uma medida efetiva, uma providência imediata para resolver esse problema.

É por isso que venho aqui, Sr. Presidente, pedir e alertar mais uma vez. Não estou tratando de um racionamento no Nordeste agora, mas de um racionamento futuro e, outra vez, do crescimento das desigualdades regionais. Mais uma vez, vai se sacrificar o Nordeste, pois, não tendo energia, não tendo condições de infra-estrutura, mais uma vez as desigualdades se aprofundarão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer uma comunicação urgente, por cinco minutos, para falar sobre a reforma da Previdência. Mas fui aconselhado a deixar a discussão para esses três ou quatro dias que se seguirão antes do segundo turno.

Mas quero registrar um fato importante. Recebi uma carta de uma senhora me criticando por ter votado contra o compromisso que assumi, em público, perante várias categorias profissionais de servidores públicos, inclusive as duas que chefiar: a de Polícia e a da Receita Federal.

Um jornal de São Paulo, um tablóide, publicou que eu votei contra a Senadora Heloísa Helena e que eu de-

veria ter tido a dignidade de seguir os passos dela. Eu queria que a Senadora confirmasse que não foi assim.

Já fiz uma carta. A pessoa pediu milhões de desculpas, porque foi induzida a erro pela maldade de alguém que quer ser companheiro naquilo que possa trazer críticas do funcionalismo público.

O Senador Tião Viana, várias vezes, com muita amabilidade, característica dele, com sensibilidade, tentou me ajudar a resolver o problema, principalmente da área de segurança, mas se viu premido por razões que nos amarguram mais ainda. Por pressão dos Governadores, ele não conseguiu alcançar o objetivo. O Senador José Agripino foi um baluarte nesse enfretamento.

Vou estudar um pouco melhor a PEC nº 77, pois há algumas coisas que me trouxeram dúvidas. Hoje, o Senador Paulo Paim, na Presidência, deu-me alguma explicação e mostrou a luta que fizeram pela paridade e por outros pontos que foram ignorados na PEC nº 67.

Mas quero aqui, Senador Paulo Paim e Senador Tião Viana, dizer que tenho ficado profundamente preocupado com um fato que vem ocorrendo e que foi descoberto pela Polícia Federal, em Pernambuco: a venda de órgãos em troca de pagamento. Hoje, pela manhã, numa entrevista, um elemento disse que recusou, porque ficou com medo de conseqüências para a sua saúde, US\$2 mil pela venda de um rim.

O que isso caracteriza? Poderia, por piedade, alguém oferecer o rim para um terceiro, o que acontece normalmente em família. Mas essa outra situação é causada pela miséria, Senadora Heloisa Helena, pela pobreza. E onde vão buscar essas pessoas? Nas regiões mais pobres de Pernambuco. Isso é o que se sabe. Em Pernambuco, descobriu-se isso com o trabalho eficiente do Ministério da Justiça. Até cumprimentei o Ministro da Justiça pelo trabalho. Mas, em outros Estados, será que não está acontecendo o mesmo? Será que a pessoa, para suprir essa miséria, a dificuldade do desemprego, não está vendendo parte do seu corpo para sobreviver ou fazer com que sua família sobreviva? Temos que olhar isso com muito cuidado e não deixar restrito ao aspecto policial, que vai encontrar os responsáveis, vai puni-los, colocá-los na cadeia, mas a massa da população mais miserável – é como a Senadora Heloisa Helena em todos os seus discurso faz questão de ressaltar –, os mais pobres são relegados a um segundo plano na assistência social e acabam entrando num caminho terrível. Além de vender o órgão para custear talvez a miséria da sua família, eles ainda podem ser indiciados e ir para a cadeia.

É uma coisa que o delegado tem que analisar. Ele tem que usá-los como testemunhas para pegar a quadrilha e contar com o sistema de segurança da África do Sul, da Alemanha. Sim, porque ele citou, na entrevista, que iria para a Alemanha, com as passagens pagas, para fazer os exames necessários para ver se era compatível ou não a doação dos órgãos. E o sangue tipo O foi o mais escolhido.

Senadora Heloisa Helena, ouvi, com muita amargura e até um pouco emocionado, como a pobreza está caminhando por um lado tão triste, tão terrível. Temos que realmente pensar nisso.

Sei que o Senador Tião Viana, sensível como é, está acompanhando de perto o assunto. O Governo também deve estar acompanhando o tema de perto. É preciso procurar essa “matéria-prima” que a marginalidade está usando para a venda de órgãos. E V. Ex^a, Senador Mão Santa, deve saber o que significa para o cidadão ter que vender um órgão para sobreviver.

Meu tempo está esgotado. Então, encerro, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra à nobre Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, sinto-me na obrigação de dar o meu testemunho sobre o que disse o Senador Romeu Tuma. Sei o quanto V. Ex^a e outros Senadores nesta Casa sofreram com a pressão. Não estou a falar dos negócios sujos de cargos, prestígio, poder, liberação de recursos. Não estou falando disso. Sei que muitos Senadores votaram pressionados e sofridos, em função dos mais diversos argumentos. Mas sinto-me na obrigação também de dizer que sei do esforço de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, sei o quanto foi pressionado, mas honrou os seus cabelos brancos e resistiu bravamente nesta Casa, votando contra a reforma da Previdência.

Sr. Presidente, hoje eu pretendia falar sobre a PEC paralela, mas como, digamos, estou muito contaminada por um debate, entre mim e o Presidente do PT, que acabou indo para a imprensa, não vou falar sobre isso. É bom que seja assim, até para evitar que eu faça do jeito que eu gosto, Senador Paulo Paim, porque sou do tipo que não tem nem a cerca para amarrar o boi; sou do tipo daquela gatinha do interior que dá um boi para não entrar em uma briga e uma boiada para não sair dela.

Então, não vou tratar da PEC paralela, que terá os seus dias de discussão aqui, quando falaremos das motivações, que infelizmente não são ainda do

conhecimento da opinião pública, da chamada “agilidade da PEC paralela” – não estou falando de V. Ex^a nem de outros, que sei se empenharam, em função de outros temas. Mas sabemos exatamente o que está por trás do debate, da “agilidade” da tal da PEC paralela. Quem acompanhou o debate da PEC nº 67 viu as ameaças feitas por alguns aqui de que só votariam se fossem resguardados os penduricalhos. Assim, aquelas palavrinhas mágicas da Constituição sumiram da PEC nº 67 e sumiram da Constituição e ainda teremos os dias de discussão para decifrar os mistérios sujos existentes por trás desse debate.

Contudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, justamente para evitar tratar dela agora, mais uma vez farei um apelo ao Governo, conforme já fiz ontem, porque todas as vezes em que discursamos, nossas caixas de mensagem, nossos telefones, nossos fax começam a atender apelos de muitos pequenos produtores rurais, especialmente da Região Nordeste. Também recebemos reivindicações ou solicitações de produtores de outros Estados, não apenas da minha querida Alagoas, onde 90% dos pequenos e médios produtores ficaram incapacitados de conseguir recursos com as instituições oficiais de crédito neste ano, que foi um ano de perda de safra em função de uma estiagem gigantesca.

Pois bem, mais uma vez, farei um apelo ao Governo. Eu já disse várias vezes neste plenário que, infelizmente, nem o Governo nem a sua “base de bajulação” foram capazes de ter sensibilidade para ouvir não apenas a mim, mas ao Senador Jonas Pinheiro e a outros Senadores que se dedicam ao tema das dívidas. Por quatro anos – em alguns deles fui Líder do PT no Senado, Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique –, negociei com o Ministro Pedro Parente e com o Ministério do Planejamento a repactuação do saldo devedor. Infelizmente, o Governo não nos ouviu neste ano e voltou-se para a opinião pública, tentando ludibriar mentes e corações, dizendo que a medida provisória repactuava a dívida dos pequenos produtores. E não repactuou nada, porque, infelizmente, como a maioria dos produtores da região do semi-árido nordestino é devedora do mix FAT/FNE, também chamado de mix Fundo/FAT, a maioria deles ficou de fora, porque a “base de bajulação do Governo”, a arrogância e a intolerância do Governo impediram que sequer fossem destacadas as minhas emendas, que corrigiam o que constava da medida provisória ou do projeto de conversão da medida provisória.

Hoje, conversei com o Senador Rodolpho Tourinho sobre o projeto que S. Ex^a está relatando – e ele

não gosta quando o chamo de projeto de “privatização do seguro-agrícola”. Pois bem, o tema tratado é a subvenção para o seguro-agrícola, porque, como é uma atividade de risco, muitas das seguradoras não se capacitam. E o Projeto nº 68, que está na Casa, trata efetivamente da subvenção, ou seja, de recursos públicos a serem destinados para que os grandes produtores possam ter o seguro-agrícola. Estamos lutando, como sempre fizemos nesta Casa, para que os pequenos e médios produtores tenham acesso também, porque, na verdade, eles não têm acesso! Nem vou falar da mentira do seguro-safra, até porque já discutimos isso aqui. No meu Estado, Senador Edison Lobão, muitos dos pequenos produtores ficaram de fora, porque, como muitos deles plantam folhosas, ou tubérculos – inhame, batata-doce, macaxeira, mandioca –, ficaram de fora porque, na legislação, não estavam incluídos esses casos. E estou falando dos que têm renda mensal de apenas um salário mínimo e meio! Já foi uma dureza eu conseguir retirar na Câmara, com uma emenda, que a aposentadoria de um membro da família não entrasse na renda – porque entrava. Se houvesse um aposentado na família, com uma aposentadoria miserável de um salário mínimo, esse, efetivamente, ficaria de fora. E aí, Sr. Presidente, ontem...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – E já são tantas as mentiras que chegam a ser numeradas?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senadora, nas comunicações inadiáveis, não há direito a apartes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sei que o Senador Edison Lobão não pode me apartear, mas é a paixão. Ele não pode me pedir aparte, porque estou em comunicação inadiável – sabemos nós dois –, mas não é só pelo Senador Sarney que ele tem paixão – estou descobrindo isso. Quando o Senador Sarney senta ao lado dele, dá uma danação que o Senador Edison Lobão fica encantado e não ouve nem o que digo. Fica como o lobo, encantado diante da lua, e não ouve o que digo. Agora, como o Senador Presidente não está, ele está ouvindo as minhas palavras e concordando com elas, porque acompanhou esse debate.

Então, Sr. Presidente, ontem, mais uma vez, conversei com os técnicos do Ministério da Fazenda. Eles solicitaram sugestões que já tinham sido dadas, e não apenas pelos três Senadores por Alagoas. O Líder do PFL, Senador Antonio Carlos Valadares, chegou até a fazer uma cartilhinha! Vejam a boa intenção do Senador! Ele até fez uma cartilha para dis-

tribuir para os pequenos produtores dizendo que tinha havido a repactuação da dívida. Mas não tinha havido a repactuação da dívida!

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Adoraria, mas não posso, Senador, porque estou em comunicação inadiável.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Queria só atualizar essa informação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pode atualizar, não há nenhum problema, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Líder falará logo em seguida.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sim, falará o Líder, que certamente dará as informações. Já conversei hoje com o Senador Rodolpho Tourinho em relação ao que pode, de alguma forma, ser feito.

Gostaria apenas de registrar, Sr. Presidente, que, às vezes, a arrogância cega. Todos nós estamos sob esse risco – eu e qualquer um dos Srs. Senadores. Só espero que, além da “legispirataria”... Aliás, não há coisa mais engraçada do que a “legispirataria”. Quando vejo a PEC paralela ou quando vejo alguns outros projetos aqui, vejo “legispirataria” pura! Não estou a denunciar a “legispirataria”, não estou a denunciar aqueles que roubam o trabalho dos outros para fazer propaganda individual. Estou apenas a fazer, mais uma vez, a solicitação para que isso seja efetivado, porque quem perdeu – já que este Senado impediu a aprovação das minhas emendas, silenciou diante das pressões do Governo – não fomos nós, mas sim os produtores, que não tiveram a possibilidade de repactuar a dívida e, portanto, não se capacitaram para, diante das instituições oficiais de crédito, conseguirem novo financiamento para este ano.

Agora, isso será resolvido, mas não posso deixar de registrar nos Anais do Senado Federal que, da próxima vez, devemos pensar mais e respeitar mais aqueles que se dedicaram, aqueles que estudaram, aqueles que conhecem o que está sendo discutido, porque, mais do que viabilizar apenas a intolerância do Governo com um silêncio cúmplice no Plenário do Senado, temos a obrigação de pensar em quem efetivamente será prejudicado.

Vai ser resolvido a partir de agora? Vai. Mas tenho que deixar isso registrado, sim, para que, da próxima vez, aprendam que, em vez do silêncio cúmplice diante da pressão, da intolerância ou dos negócios do

Governo, devemos pensar nos pequenos e médios produtores rurais do nosso País.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Líder, Senador Renan Calheiros. Em seguida, entraremos na Ordem do Dia.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, não foi à-toa que o filme **Central do Brasil**, dirigido por Walter Salles Júnior, ganhou vários prêmios e recebeu duas indicações para o Oscar. As ferrovias trilharam a história do nosso desenvolvimento, nossa cultura e memória.

O setor ferroviário é estratégico para a economia mundial, que, a cada dia, enfrenta os desafios representados por novos conceitos de tempo e velocidade.

O trem, Sr. Presidente Paulo Paim, sempre simbolizou uma nova era, atravessando continentes e guiando o progresso, inclusive na América Latina. Além de carga, os trens levam passageiros, notícias e novidades, permitindo a integração territorial e ligando as regiões produtoras do interior aos portos.

A era ferroviária sofreu um sério baque na década de 50 com a chegada da indústria automobilística. Mas, nem por isso, o setor deixou de ser estratégico, apesar da falta de investimentos, sobretudo os públicos.

O Brasil já teve quase 40 mil quilômetros de ferrovias. Hoje, tem 28 mil, mas um grande pedaço – sete mil quilômetros – está com trilhos que já não levam a lugar algum e trens que não saem mais do lugar.

Aliás, sobre esse drama, o **Jornal Nacional** da Rede Globo está mostrando, nesta semana, uma série de reportagens sobre o estado das ferrovias brasileiras, uma história que mistura desperdício de dinheiro público, falta de planejamento e um saudosismo profundo. São estações caindo aos pedaços por todo o País, cenas impressionantes em dezenas de cidades. Acertadamente, afirma uma das reportagens: “Ninguém sabe quanto o Brasil perdeu com o desmanche desse patrimônio. Cidades, à beira da ferrovia, entraram em decadência.”

No Nordeste, as ferrovias são fundamentais para o escoamento da produção. Infelizmente, como sabemos, a prestação de serviços da malha ferroviária do Nordeste, hoje sob concessão da Companhia Ferroviária do Nordeste, está, por vários motivos, aquém do desejado.

Isso tem inibido a economia local a tomar novo impulso. A falta de conexão da Ferrovia do Nordeste com outras regiões e Estados está deixando a região menos competitiva, sem dúvida.

A área abrangida pela malha ferroviária nordestina engloba Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia, que se liga com Minas Gerais. Como pontos de interconexão com portos há Itaqui, no Maranhão; Mucuripe, no Ceará; Recife e Suape, em Pernambuco; Natal, no Rio Grande do Norte; Cabedelo, na Paraíba; Aracaju, em Sergipe; Salvador, na Bahia; e Jaruá, em Alagoas. Representam mais de 4,5 mil quilômetros de vias férreas, o que dá uma boa dimensão da importância econômica dessa malha ferroviária.

Desde o mês de agosto de 2000 – portanto, há mais de três anos –, o tráfego entre o Nordeste e o sul do País está interrompido na altura do Município de Palmares, em Pernambuco, devido às fortes chuvas ocorridas naquele período. O temporal afetou diretamente o trecho Recife-Propriá, além de destruir parte da infra e superestrutura existente na região.

Outro problema são as invasões, depredações, fatos corriqueiros em várias estações e vilas ferroviárias.

Diante de tal quadro, recebi, em meu gabinete, o empresário Benjamin Steinbruch, acionista majoritário da CFN e um empresário ciente dos desafios e dificuldades que atingem o setor no País, especialmente no Nordeste. Conversei também com o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, um nordestino também comprometido com o desenvolvimento da nossa região. Ambos deram boas notícias sobre a recuperação do trecho Recife-Propriá, numa primeira etapa, que deve tornar novamente operacional a ferrovia que atravessa Alagoas.

Isso é muito importante para a economia da região, porque esse trecho é o mais rentável do Nordeste, por onde passa boa parte da produção de açúcar e álcool do nosso País.

Será também refeito o trecho Recife-Salgueiro e construídos os trechos Salgueiro-Parnamirim-Araripe, o ramal de Suape, Crateús-Piquet Carneiro, Petrolina-Parnamirim e Salgueiro-Missão Velha.

O Ministro confirmou, em entrevista ao **Valor Econômico**, que o BNDESpar aumentará a participação acionária na CFN. Além disso, o Banco de Desenvolvimento concederá um empréstimo da ordem de R\$130 milhões, aliados a R\$100 milhões do Fundo Institucional. E o Governo converterá em participação acionária da União um saldo de R\$900 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Ouvi também do Ministro Ciro Gomes que a intenção do Governo Federal é reativar o transporte ferroviário no País, com projetos como a Transnordestina. E, no Senado Federal, o Senador Sérgio Guerra é um dos que mais batalharam nesse sentido. Desde o início, S. Ex^a tem sido um dos grandes formuladores da Transnordestina, que, sem dúvida, volta a ser, pela perspectiva concreta real de financiamento, uma realidade. Há também uma série de outras iniciativas que vão interligar o Nordeste ao Sudeste.

Isso é essencial para a economia da região, para o meu Estado e para o escoamento da produção de açúcar e álcool. Isso significará um ganho de competitividade, uma maior logística para certas bases econômicas que já existem, como o setor sucroalcooleiro.

E as conseqüências dessas notícias são enormes. Os investimentos nas ferrovias certamente desafogarão a malha rodoviária do Nordeste – principalmente de Alagoas –, preservando a BR-101 e a AL-Norte, que estão com o trânsito sobrecarregado e, por isso, têm sua vida útil reduzida.

Todas essas medidas são fundamentais para os Estados nordestinos. Precisamos, efetivamente, recuperar a malha ferroviária, sob pena de estarmos condenando a economia da região ao imobilismo, sob pena de impedirmos a retomada do desenvolvimento, sob pena de engessarmos a geração de empregos.

Temos um compromisso com o povo de Alagoas e com o País para superarmos os obstáculos do crescimento e recuperarmos nossa enorme dívida social.

Mas, sem as ferrovias, jamais conseguiremos colocar novamente a economia do Nordeste nos trilhos e, com isso, garantir o futuro de nossas gerações.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quer dizer que as privatizações não resolveram nada?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Exatamente isso. Foi feita a privatização, houve enchentes, e essas obras estão paralisadas há mais de dois anos. Agora, depois do descruzamento das ações da CFN, com a separação da CSN e da própria Vale, será retomado o investimento pelos concessionários, com incentivo e com a prioridade do Governo Federal, do BNDESpar e do Fundo Institucional. O Ministro Ciro Gomes está pessoalmente se empenhando na construção de uma alternativa para isso.

É importante colocar, novamente, a economia do Nordeste nos trilhos.

Uma outra informação que queria dar a esta Casa e ao País é que estamos buscando, com o Ministério da Fazenda – e ousa falar em nome da Senadora Heloísa Helena, do Senador João Tenório e do

Senador Teotônio Vilela Filho, que está viajando ao exterior –, uma solução definitiva da renegociação da dívida dos pequenos agricultores do semi-árido nordestino.

Houve alguns problemas. O Governo assumiu compromissos e demorou para cumpri-los. Hoje – acabei de receber um telefonema e, daqui a pouco, estarei com o Ministro Antonio Palocci –, haverá a concretização da renegociação dessas dívidas, não editando uma medida provisória, mas aproveitando a tramitação do seguro agrícola. Isso é muito bom para a nossa economia. Houve uma distorção.

Em parte, a Senadora Heloísa Helena tem muita razão.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Em parte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Digo “em parte” por que conseguimos duas medidas provisórias que não concretizaram a renegociação plena, apenas a renegociação em parte. Durante a tramitação dessas medidas provisórias no Congresso Nacional, sobretudo na Câmara dos Deputados – a Senadora Heloísa Helena acompanhou isso muito bem –, instituíram o Pesinha relativo às dívidas dos grandes agricultores e – pasmem! – não renegociaram as dívidas dos pequenos agricultores do semi-árido, exatamente daqueles que devem até R\$35 mil com recursos obtidos do próprio FAT. Isso não pode continuar.

Esse compromisso do Governo terá de ser resgatado de uma forma ou de outra. O maior exemplo que o Senado pode dar é unir suas mais representativas Lideranças, o conjunto desta Casa, para que haja a materialização disso. Está aqui o Líder do PT, Senador Tião Viana. Há um fundamental compromisso a ser concretizado.

Desse modo, a expectativa é a melhor possível, sobretudo para a renegociação daquelas dívidas que não puderam ser renegociadas, já que a produção no semi-árido nordestino, principalmente em Alagoas, foi completamente destruída. O nosso sistema produtivo é pequeno. Então, era necessário dar 10% para se renegociar a dívida. Os produtores não os tinham. Tivemos de diluir esses 10% no montante da dívida e incluir todas as dívidas para chegarmos à solução definitiva.

A Senadora Heloísa Helena, justiça seja feita, trabalhou em todos os momentos para que isso acontecesse, juntamente com os representantes das Bancadas de todo o Nordeste, como os Senadores Teo-

tonio Vilela Filho, João Tenório, José Agripino, Edison Lobão e outros que fizeram questão de acompanhar toda a negociação. Graças a Deus, Sr. Presidente, estamos chegando ao fim.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal, com base no art. 14, inciso VI, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – S. Exª foi citada duas vezes pelo Senador Renan Calheiros e está amparada pelo Regimento.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas quero deixar claro que tenho uma testemunha insuspeita. Não tenho razão em parte; tenho total razão. E a minha testemunha é o Senador Tião Viana. Sabe por quê?

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – “Em parte” foi uma força de expressão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – O Senador Renan Calheiros está dizendo que “em parte” foi uma força de expressão. E vou dizer, porque sou “chatinha” – V. Exª sabe.

Fiz um esforço, avisei V. Exª...

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Confirmo totalmente.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Também o termo “chatinha” é exagero de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Neste momento, não cabem apartes. Precisamos entrar na Ordem do Dia.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Falei aos Senadores de Alagoas, falei aos Senadores da Casa, eu disse ao Senador Tião Viana, solicitei do Líder do Governo. Falei tanto, mostrei os dados, expliquei exatamente o que estava acontecendo. Quase enfartei aqui neste plenário, e nada foi resolvido, por causa da intolerância, do silêncio cúmplice.

Portanto, Sr. Presidente, na segunda-feira, vou cobrar de novo. O Dr. Gerardo ligou e disse que estão tentando, do mesmo jeito que estão tentando desde janeiro. Se, na segunda-feira, eles viabilizarem, se ligarem para o Senador Rodolpho Tourinho, que ainda não estava sabendo, poderemos fazer uma redação e garantir aquilo que, desde o início do ano, nesta Casa, tentei que fosse viabilizado.

Portanto, Sr. Presidente, apenas quero deixar absolutamente claro que não tenho razão em parte, mas que tenho razão total. Se esta Casa tivesse tido a grandeza de aceitar as minhas emendas, os produtores rurais teriam repactuado as suas dívidas, capacitando-se para novos investimentos, sem perder mais um ano agrícola. Nós, que aqui estamos, não perdemos. Perde aquele que sustenta a sua família por meio da produção rural, quem dinamiza a economia, quem gera emprego, quem gera a renda, quem produz alimentos. Quem perde, efetivamente, são esses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do §3º do art. 142 e o §10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 1.800, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto do art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia, durante três sessões deliberativas ordinárias, consecutivas, em fase de discussão, em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Sobre a mesa, emenda que passo a ler.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 1-PLEN

(Da Redação)

No **caput** do art. 6º da PEC nº 67, de 2003, substitua-se a expressão “desde que” pela palavra “quando” e, **in fine** o termo “preencha” pela expressão “vier a preencher”.

Justificação

Trata-se de emenda de redação que visa a tornar mais claro o alcance do dispositivo contido no **caput** do art. 7º. A redação atual pode levar ao entendimento de que o dispositivo abrange tão-somente aqueles servidores que, à data da publicação da emenda, preenchiam os requisitos ali definidos.

Obviamente que o referido dispositivo não é restritivo àqueles servidores, uma vez que, nos termos da própria proposta de emenda, eles já têm assegurados seus direitos à aposentadoria integral.

Não é demais enfatizar que, por ocasião da redação da Emenda nº 20, de 1998, semelhante emenda de redação foi adotada. Naquela oportunidade, optou-se, em relação aos incisos do **caput** do art. 8º, pela adoção do tempo verbal no futuro do subjuntivo, tornando mais claro, dessa forma, por se tratarem de requisitos a serem observados e cumpridos após a promulgação da citada emenda constitucional. Entendemos que, dessa forma, serão evitados, no futuro, interpretações restritivas que podem ser ensejadas pela redação atual.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2003. – Senador **Efraim Morais** – **José Jorge** – **Marco Maciel** – **Papaléo Paes** – **Romeu Tuma** – **Mozarildo Cavalcanti** – **José Agripino** – **Camata** – **Paulo Paim** – **Eduardo Azevedo** – **Heloísa Helena** – **Garibaldi Alves Filho** – **Sérgio Guerra** – **Jorge Bornhausen** – **Reginaldo Duarte** – **Eurípedes Miranda** – **Heráclito Fortes** – **Fátima Cleide** – **Jonas Pinheiro** – **Lúcia Vânia** – **Álvaro Dias** – **Leomar Quintanilha** – **Roseana Sarney** – **César Borges** – **Antero Paes de Barros** – **Rodolfo Tourinho** – **Leonel Pavan** – **Mão Santa** – **Patrícia Saboya** – **Paulo Octávio**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em discussão a proposta e a emenda.

Já estão inscritos três Srs. Senadores.

O primeiro orador inscrito é o Senador José Jorge, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de, hoje, discutir um ponto específico da PEC nº 67. Na realidade, esse ponto nem foi corrigido na PEC nº 67, nem foi colocado na PEC nº 77, a tal PEC paralela, que, ontem, foi aprovada. Apresentei um destaque à PEC nº 77 para corrigir esse ponto, mas, atendendo ao apelo dos diversos Líderes, inclusive do meu Líder, Senador José Agripino, colaborei não só não pedindo vista, como também retirando as emendas que iria apresentar.

Aproveito esta oportunidade para dizer algo que já disse aos Senadores Tião Viana e Renan Calheiros. Na realidade, estou muito preocupado com o modelo do setor elétrico, que será apresentado por medida provisória, como noticiado ontem.

O modelo do setor elétrico tem grande importância. Sendo um modelo novo, que foi estudado durante um ano, ele nunca deveria ser apresentado por medida provisória, Senador Edison Lobão. No dia 11, faltará apenas um fim de semana para o término do período legislativo. Então, na realidade, essa não é uma questão de emergência. Isso foi estudado durante um ano. Se houver um ou outro ponto emergente, que este seja apresentado por medida provisória. No entanto, evidentemente, o modelo como um todo deve ser apresentado por meio de um projeto de lei, permitindo-se ampla discussão antes de sua entrada em vigor. Todos os operadores, toda a população, todos os Senadores e Deputados poderão discuti-lo.

Então, como não posso fazer nada, porque realmente o Governo é majoritário – tem o poder, justamente porque foi eleito –, vou reagir aqui no Senado, parando de colaborar, como tenho feito, nas votações que ocorrerão no final do ano.

Já conversei com o Senador Rodolpho Tourinho, que têm a mesma idéia, e com a Senadora Heloísa Helena. Conversarei ainda com outros Srs. Senadores, buscando formar um movimento aqui, no sentido de fazer com que essa matéria seja apresentada por projeto de lei. Não conheço o modelo, mas se houver urgência quanto a algum ponto, que este seja enviado por medida provisória. Mas criar um modelo para o setor elétrico brasileiro por meio de medida provisória, faltando três dias para o encerramento do Congresso, é uma medida antidemocrática, autoritária e perigosa. Não podemos aceitar isso.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Jorge, poucos dentre nós podem falar sobre esse assunto com a segurança devida, como V. Ex^a, que foi até Ministro das Minas e Energia. V. Ex^a conhece profundamente o setor e o problema a respeito do qual agora fala. Estou inteiramente solidário com V. Ex^a. Acho que uma providência dessa magnitude não pode ser adotada unilateralmente, por um ato de governo, por inspiração de um Ministro de Estado apenas, que, por sua vez, seguramente já segue a orientação de um técnico, ou de dois ou três. Nós todos sabemos que o Congresso Nacional sempre melhora as leis que lhe

são propostas, discute-as, e sempre surge uma luz, uma informação nova, uma sugestão, uma contribuição valiosa. Mas, se o Governo fizer isso por medida provisória, o que nós temos que fazer é definitivamente alterar a medida provisória. Nós precisamos parar de sancionar medidas provisórias que nada mais são do que decretos governamentais. A medida provisória é um decreto de uma autoridade governamental do Executivo. Vamos alterar a medida provisória, vamos acrescentar a ela os nossos conhecimentos, as nossas luzes, e adotar isso como um princípio geral, sempre que necessário. Não por mania, não por capricho, mas, sempre que necessário, reformular, alterar, modificar, ampliar, restringir e até rejeitar as medidas provisórias do Governo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador, agradeço a V. Ex^a pelo aparte, inclusive a concordância com o meu ponto de vista. Mas, na realidade, neste caso, simplesmente alterar a medida provisória não resolve. Por quê? Porque a medida provisória vai entrar em vigor no dia em que for editada. Como o Congresso vai fechar, a medida provisória vai passar praticamente dois meses sem ser discutida, e já em vigor. Não são mudanças. Não conheço a medida, estou falando sem conhecê-la, mas a notícia que se tem é a de que é um modelo novo para o setor elétrico. Então, como um modelo novo pode ser apresentado à população num dia e entrar em vigor no mesmo dia?

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Não deveria, mas todas as medidas provisórias entram em vigor no dia em que são editadas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Todas elas. Mas acontece que essa, particularmente, define um novo modelo para o setor.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Muito bem, mas nós podemos alterá-la.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, é uma situação completamente diferente de uma medida provisória, que muitas vezes altera, como essa do Imposto de Renda, por exemplo, a alíquota de 25% para 27,5%; ou a da Cofins, que altera a alíquota da Cofins. Não mudam todo o sistema tributário. Quer dizer, vamos fazer uma medida provisória que mude todo o sistema tributário que entre em vigor 24 horas depois? Essa é a minha preocupação.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Mas, Senador José Jorge, ela define um modelo, sim, modelo que nós poderemos alterar, sem nenhuma dificuldade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas ele já estará em vigor, Senador.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Sim, ele estará em vigor, ficará em vigor por dois meses. Esse é um setor...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Dois meses, não; dois meses para começar a ser discutido.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Para começar a ser discutido. Que sejam três. Esse é um setor tão amplo, a avaliação que se fará a respeito dela será tão profunda que, por dois meses, não se fará muita coisa. Poderemos, sim, até rejeitar completamente a medida provisória. E tudo quanto se tiver feito anteriormente com base nela, que é uma lei realmente em vigor, cai por terra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Tudo bem! É a opinião de V. Ex^a, não é a minha.

Bom, na realidade, vim aqui falar sobre a reforma da previdência, especificamente sobre esse ponto da contribuição definida. Na verdade, os futuros funcionários públicos, principalmente aqueles que ganham salário superior a R\$ 2.400,00, terão que contribuir para um fundo de previdência complementar. Então, efetivamente, de acordo com o que está dito na lei, será um fundo de contribuição definida. O que significa isso? Significa que as pessoas vão contribuir para um fundo com determinado percentual de seu salário, mensalmente, sem saber quanto irão receber. Só saberão no final, depois que aquele fundo aplicar os seus recursos e, então, definir qual o lucro que aquele dinheiro deu durante aquele período, e quanto será, então, o futuro da sua aposentadoria.

Trata-se de um fundo mais moderno, que hoje existe inclusive nos fundos privados, e na realidade traz um risco para o aposentado, para aquele que será contribuinte, porque ele não sabe se esse fundo vai dar ou não uma contribuição especial no futuro. E qual é a contrapartida desse risco? A contrapartida é a chamada portabilidade, isto é, se aquele que contribui para um determinado fundo, em dado momento, verificar que há risco de ele não receber a aposentadoria que espera, ou de receber muito menos do que espera, poderá optar por outro fundo, ou seja, pode retirar o seu dinheiro daquele fundo e passar para outro. Vamos supor que a pessoa esteja em um fundo da Caixa Econômica Federal, Senador Paulo Paim, e, em determinado momento, percebe que aquele fundo não está dando o rendimento desejado. Então, ela pode mudar, por exemplo, para um fundo semelhante do Banco do Brasil. Esse é o equilíbrio que existe na contribuição definida.

É evidente que, quando o fundo define o salário e a contribuição, a pessoa já sabe quanto vai receber. Então, isso não é importante, é secundário, porque

ela já sabe quanto vai receber, independentemente se o fundo der lucro ou não. No entanto, para aqueles contribuintes de contribuição definida, sem dúvida, a portabilidade é importante. Isso não está previsto nem na PEC nº 67 nem na PEC nº 77.

Vou apresentar uma emenda à PEC nº 77, que espero o Líder Tião Viana possa examinar e atender, para deixar isso como opção para o aposentado. Não que o aposentado seja obrigado a mudar de fundo. Ele fica num fundo público, mas tem também a possibilidade de ir para outro. A outra coisa é que cada Poder possa, se quiser – tanto o Executivo quanto o Legislativo e o Poder Judiciário –, criar o seu próprio fundo, e, inclusive, que um determinado servidor de um Poder, se quiser, possa passar para o fundo de outro Poder. Concordo que a contribuição definida é positiva, é uma regra que aumenta a possibilidade de equilibrarmos a previdência, mas contribuição definida sem portabilidade realmente é aumentar o risco que esses futuros aposentados correrão.

Espero que a minha emenda, que vai ser apresentada, possa ser examinada e aprovada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não há mais oradores inscritos.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de segunda-feira, dia 8, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – **Item 2:**

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Resolução nº 75, de 2000, de autoria do Senador Roberto Freire, que altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União (tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 78, de 2000).

Pareceres sob nºs 1.237, de 2000, 1.808 e 1.809, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador José Eduardo Dutra (sobre os Projetos), favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE, que apresenta;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição da Emenda nº 4, de Plenário; e

– 3º pronunciamento: Relator Senador Efraim Morais (em reexame, nos termos do Of. nº SF/671/2003, do Presidente do Senado), pela prejudicialidade dos Projetos de Resolução nºs 75 e 78, de 2000.

Item 3:

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Resolução nº 78, de 2000, de iniciativa da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 426, de 2000, que *altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União* (tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 75, de 2000).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno, e do Parecer nº 1.809, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, declara prejudicados os Projetos de Resolução do Senado de nºs 75 e 78, de 2000.

As matérias vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Continuando a lista dos oradores inscritos, passamos a palavra ao nobre Senador José Jorge. Em seguida, terá a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até lamento ter de falar duas vezes seguidas, mas, enfim, são momentos diferentes. Gostaria de falar agora sobre a questão da educação.

Tivemos esta semana, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, do Senado, a presença do Ministro da Educação, Cristovam Buarque. O Ministro veio atender a um requerimento de minha autoria, feito há mais ou menos 90 dias, convidando-o a vir aqui para esclarecer as questões do Provão. Na verdade, há cerca de 90 dias, tivemos uma série de declarações de técnicos do Ministério da Educação e Cultura de que o Ministério da Educação iria acabar com o Provão. Houve, então, muita preocupação da comunidade de uma maneira geral, da mídia, dos técnicos na área de educação, algumas pessoas a favor, mas a maioria contra o fim do Provão. Aqui, no Congresso, muitas pessoas se pronunciaram contrariamente ao fim do Provão.

Ontem, o Ministro foi à Comissão de Educação para, exatamente, esclarecer esse assunto. S. Ex^a chegou em boa hora. Apresentou o documento denominado

Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior – a nova geração da avaliação no ensino superior brasileiro.

Na realidade, trata-se de um documento – deixarei de lado o tecnicismo incluído nele – cujo conteúdo refere-se, em primeiro lugar, à avaliação do ensino e, em seguida, à avaliação da aprendizagem, avaliação da capacidade institucional e avaliação da responsabilidade. São esses os quatro itens que seriam avaliados. Isso foi considerado pelo Sr. Ministro, e por muitos Senadores presentes, como uma evolução em relação à questão do Provão.

Sr. Presidente, fico preocupado com esse novo sistema, porque acho que, para avaliarmos determinado segmento, seja educacional ou qualquer outro, temos que montar um modelo que tenha a simplicidade como parâmetro principal, porque a avaliação deve ser entendida por todos. Não pode ser uma avaliação para ser entendida apenas pelos letrados ou pelos técnicos de um determinado segmento. Por exemplo, o mundo é sempre infinitamente complexo. Qualquer fenômeno natural, por mais simples que seja, é infinitamente complexo e, para observá-lo, tem-se que fazer uma simplificação. Se vou observar o vôo de uma borboleta, Senadora Heloisa Helena, posso observar somente a velocidade, mas também a altura, a velocidade das asas, como ela muda de cor, quantas vezes ela pára por segundo. Enfim, são muitos os fatores a serem observados.

Então, ao se observar qualquer fenômeno tem-se que simplificar aquilo que se quer observar. Na verdade, o Provão era uma versão bastante simplificada da observação de uma universidade – com o que concordo –, que era avaliada apenas por um exame. Portanto, era uma versão bastante simplificada, mas tinha a vantagem de ser facilmente entendida.

As universidades privadas não gostavam do Provão, porque, de certa maneira, ele mostrou que as universidades públicas tinham um rendimento maior do que o das universidades privadas.

O que se verifica é que, por esse modelo colocado, agora se passa de uma variável para quatro. Na prática, esse modelo acaba com o Provão. Acho que ele está encerrado, será uma coisa secundária, feita por amostragem, sob a avaliação de que diminuirá o custo. Não acredito que isso acontecerá. Se a avaliação de uma questão por um instrumento custa “x”, se essa avaliação passar a ser feita por quatro instrumentos, certamente apresentará um custo mais alto.

Então, para evoluirmos nessa questão há que se ter duas coisas: primeiro, melhorar a avaliação. Pega-se o Provão e coloca-se mais uma variável, Sr.

Presidente. Em vez de a escola ser classificada em “A”, “B”, “C” e “D”, ela seria “AA”, “AB”. O que seria uma “AB”? Seria uma que tem estrutura para ser “A”, mas na prática é “B”. E uma “BA”? É uma que tem estrutura “teórica” para ser “B”, mas, na prática, foi “A”. Essa simplificação faria com que as pessoas entendessem melhor.

Por sorte, ao contrário do que aconteceu no setor elétrico, que enviará as modificações por medida provisória faltando três dias para o Congresso Nacional parar de funcionar...

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador José Jorge, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Quero referir-me ao setor elétrico, mencionado por V. Exª de forma muito própria. Entendo que, se essas medidas vierem para cá por meio de medida provisória, teremos o mesmo tipo de problema que tivemos na reforma da previdência e na reforma tributária e pouco tempo para discutir, sobretudo essa matéria. Na verdade, foi anunciado um modelo no mês de julho, que já sofreu variações, e sofrerá outras possivelmente, porque, a cada dia, está sendo modificado, pelo que sabemos – não conhecemos o texto. Mas, hoje mesmo, tratei de um outro tema, do qual tenho falado desde que cheguei aqui, e que é muito ligado a esse. Refiro-me à questão do gás, da falta do gás para o Nordeste, que é um problema estrutural. Não se trata de um problema que está acontecendo agora, em que teremos que fechar unidades industriais na Bahia e em Sergipe para que o gás possa gerar energia. Então, o problema do gás tem que ser discutido. Não podemos, a cada dia, ter uma notícia de jornal. Entendo que o fórum próprio, o Senado, tem o seu papel nisso. De forma que me solidarizo com V. Exª no sentido de deixar muito claro que ou isso vem mediante projeto de lei ou entendo que o Governo terá, efetivamente, problema de tramitação aqui dentro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho. Inclusive, citei V. Exª aqui, já como solidário, porque tenho certeza de que o entendimento de V. Exª, pela experiência e pelo conhecimento, é igual ao meu.

Voltando à questão de educação, na realidade, gostaria de deixar clara a minha opinião sobre a questão desse índice de desenvolvimento de ensino superior.

Considero, primeiro, que o Provão deveria ser melhorado, mas, realmente, pelo que se diz aqui, na prática, ele acabará. Ele deveria ser melhorado, mas

não deveria passar por uma questão burocrática como essa.

A avaliação deveria ser uma forma de acrescentar mais uma variável ao Provão, apenas. Não precisava haver mais três, porque uma avaliação com quatro variáveis, ninguém entenderá. Então, ganhar-se-á em burocracia e perder-se-á em entendimento. Como há um projeto de lei, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, poderemos discuti-lo e melhorá-lo. Espero que a Casa se motive para isso.

Em segundo lugar, ainda na área de educação, gostaria de lembrar a V. Exªs que, na última quarta-feira, aprovamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma proposta de emenda à Constituição, de autoria do ex-Senador Chiquinho Escórcio, que hoje é assessor da Casa Civil e trabalha aqui conosco, sobre um projeto ampliando o Fundef.

Nesse projeto, tivemos, inclusive, a participação dos Senadores Tasso Jereissati e César Borges. Sou o Relator desse projeto, ao qual dei parecer favorável, mas com uma modificação no sentido de que esses valores do Fundef deixassem de ser calculados pelo Poder Executivo, que não vem cumprindo a lei – não a cumpriu este ano e já disse que não a cumprirá no ano que vem –, e passassem a ser calculados pelo Tribunal de Contas da União. Diga-se de passagem, Senador Tasso Jereissati, essa era uma reivindicação feita pelo PT desde que se iniciou o Fundef, e nós, então, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conseguimos atendê-la.

Hoje, o Fundef está, por aluno, com menos de R\$500,00 por ano, Senador Paim! O que significa que se educará uma criança na 1ª série, na 7ª série, na 8ª série, com quarenta e poucos reais por mês.

Portanto, quando vemos as mensalidades das escolas privadas, verificamos que a educação não pode ser da mesma qualidade. Entretanto, quando de sua criação, o Fundef – fui Relator da matéria na Câmara – era destinado aos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que têm menos recursos e, conseqüentemente, os Municípios, para que tivessem uma complementação da União. Essa complementação diminuiu com o tempo e, hoje, é praticamente nula.

Os recursos do Fundef, este ano – não sei bem o valor –, devem estar próximos de R\$15 bilhões. A União entra com menos de R\$500 milhões, R\$600 milhões. Não entra nem com R\$1 bilhão. Portanto, é uma contribuição muito pequena.

No momento em que conseguirmos que o Tribunal de Contas faça esse cálculo e use a lei específica para calcular, teremos um valor mais próximo da rea-

lidade e, com isso, poderemos, efetivamente, fazer com que o Fundef possa oferecer um melhor padrão de ensino às crianças do primeiro grau, que estão na escola.

Ontem, o IBGE divulgou a evolução dos últimos 20 anos do setor educacional brasileiro. As pessoas estão na escola, mas com baixo rendimento educacional.

Assim, teremos de fazer uma mobilização nesta Casa, para que, quanto a essa proposta de emenda à Constituição, que vem ao Plenário não mais neste ano, mas no início do próximo, tenhamos o apoio dos Senadores de todos os Estados. Tal emenda permitirá que principalmente os Estados e Municípios mais frágeis economicamente recebam uma complementação da União.

Os Estados e os Municípios estão colocando 15% de seus recursos no Fundo, e a União não está colocando praticamente nada. Uma questão prioritária na área da educação é fazermos com que o Fundef volte a funcionar, a oferecer mais recursos para que Estados e Municípios apliquem diretamente em cada aluno.

Assim, eu me mobilizarei junto às Lideranças. Estou enviando ofício a todos os Governadores e Secretários de Educação, ao Ministério da Educação, às Prefeituras municipais, ao Consed – Conselho de Secretários Estaduais de Educação e à Associação dos Secretários Municipais, de tal maneira que façamos uma grande mobilização, para aproveitarmos essa emenda e, de uma vez por todas, consertamos a questão do Fundef.

Outro ponto relevante é que diversos Estados entraram na Justiça – como Ceará, Pernambuco e Bahia – contra as regras com base nas quais o Executivo está calculando esses valores.

Se conseguirmos um acordo no sentido da aprovação dessa emenda de autoria do Senador Francisco Escórcio, de agora em diante, acabaremos com todas essas questões legais e faremos com que o Fundef cumpra suas finalidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ninguém ignora que um dos principais compromissos – se não o principal – assumidos pelo PT, na campanha eleitoral passada, foi o de gerar empregos. Não se tratou de promessa vaga, aleatória, sem maiores detalhes. O candidato Lula quantificou-a.

Comprometeu-se, Senador Mão Santa, a gerar 10 milhões de novos empregos no curso de seu mandato, o que significa, em uma conta matemática bem simples – V. Ex^a costuma dizer, como médico, que é fácil somar, dividir, multiplicar –, 2,5 milhões de novos empregos por ano. Transmitiu ao eleitor a certeza de que dispunha de projeto político, econômico e social capaz de garantir tal resultado. Com isso, semeou esperanças e expectativas – e venceu as eleições.

Passado o primeiro ano de governo, Senador Pedro Simon, a promessa não foi cumprida, e a perspectiva de que venha a ser não é favorável. O PT não dispunha, nem dispõe de projeto político, econômico e social para obter aquele resultado prometido nas eleições. Além de não gerar um único emprego, o Governo do PT permitiu, com sua política de juros altos, que nada menos que 650 mil postos de empregos fossem desfeitos no curso deste ano, prestes a se encerrar.

Parece-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a questão dos juros neste Governo não é técnica, mas política. A prova disso é a declaração feita pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu – já que o Presidente vive viajando –, de que o Governo quer juros reais de 6% a 8%. Criam-se expectativas, passando-se a entender que a definição da taxa de juros não é uma decisão técnica, mas política – e, nesse caso, o Governo não baixa os juros, porque não quer.

O resultado dessa política de juros altos traduz-se em índices desfavoráveis, fornecidos há dias pelo IBGE. Considero oportuno trazê-los à reflexão desta Casa, como contraponto às declarações efusivas de dirigentes da área econômica, de Lideranças do PT e do próprio Presidente da República, que vem ocupando a mídia nos últimos dias, para exibir índices econômicos financeiros positivos, que atestariam o êxito de sua política no setor.

Esta semana, o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ex-Deputado Federal por Goiás e pelo PSDB, previu um crescimento superior a 3% em 2004 – 3,5%, 3,6%, podendo chegar a 4% –, o que, mesmo que verdadeiro, não seria grande coisa. O Presidente da República, em entrevista ao programa Canal Livre da TV Bandeirantes, garantiu que 2004 será “infinitamente melhor que 2003” – imaginem V. Ex^{as} se fosse pior. O detalhe é que nem um, nem outro embasaram suas profecias. Por que será melhor? Com base em que será melhor? Essa é a pergunta que o povo brasileiro faz.

Enquanto não o disserem, continuaremos a crer que apenas semeiam esperanças e expectativas de maneira irresponsável, as quais podem levar o País a novas e perigosas doses de frustração coletiva.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convém lembrar que o Presidente Lula, em junho deste ano, veio a público, para prever que, a partir do segundo semestre – período que estamos vivendo –, o País assistiria ao “espetáculo do crescimento”. Mas o espetáculo não veio, foi adiado para setembro, outubro, e agora ficou para o ano que vem. Mais de uma vez, Sr. Presidente, desta tribuna, sustentei que a Oposição, que tenho a honra de liderar nesta Casa, torce pelo País, faz oposição ao Governo e não ao Brasil. Prova disso é que, sem prejuízo de suas divergências pontuais – eu mesmo tenho algumas, e sérias –, deu apoio às reformas previdenciária e tributária, as mesmas que o PT, que hoje as patrocina, rejeitou na gestão passada. Mas essa é outra história, que na próxima semana vamos discutir, porque já está em gestão ou já nasceu a famosa PEC paralela, a famosa PEC nº 77.

Confesso, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não acredito nessa PEC. Creio que ela será votada neste plenário, mas que aqui morrerá, aqui parará. Essa votação será como uma satisfação que o Senado dará à sociedade brasileira, ao funcionalismo público. É como se o PT estivesse pedindo perdão ao funcionalismo público desta Nação e ao trabalhador, mas não será perdoado. Quando chegar na Câmara, Senador Pedro Simon, ela desaparecerá.

Senador Tião Viana, conversei há pouco com V. Ex^a e falei da minha descrença em relação ao andamento desta PEC na Câmara dos Deputados. Também tenho conversado com alguns Deputados. Passei doze anos na Câmara, fui 4º Secretário, Vice-Presidente e cheguei a presidir aquela Casa. V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, foi meu companheiro de Mesa e sabe muito bem que ainda temos relação forte com aquela Casa e com alguns Parlamentares. Do que ouvi, do que disse o Presidente da Casa, posso concluir que estamos enganando a sociedade brasileira.

O próprio Governo, depois de aprovar a reforma que queria, a da PEC nº 67, também a verá mergulhar e desaparecer. As PECs serão como duas retas paralelas. A própria Matemática ensina isso – tive a alegria de ser professor e ensinei Matemática – e diz que elas caminham paralelas até o infinito, onde se encontram. No entanto, não vemos o infinito e não vamos ver essa reforma concluída pela Câmara dos Deputados.

Escuto V. Ex^a, Senador Pedro Simon, com muita alegria.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento que está fazendo. Sou muito sincero e creio que, pela experiência que temos no relacionamento da Câmara com o Senado,

V. Ex^a tem muito conteúdo e muita experiência para dizer o que está dizendo. Na verdade, o que V. Ex^a está dizendo é o que vem acontecendo. V. Ex^a, que está chegando agora no Senado, mas que tem, como o Senador Paim, essa longa experiência da Câmara, sabe que há, eu diria, quase que uma antipatia da Câmara com o Senado. Não é à toa que já, várias vezes, apareceram propostas de emenda à Constituição, na Câmara, para extinguir o Senado. Consideram que o Senado é um órgão desnecessário, superado, e que, em uma época em que se criou a medida provisória, que é assinada hoje e amanhã é executada, o Senado não tem mais razão de ser. E nós, Senadores, de certa forma, estamos dando causa a isso, ao longo do tempo. Estou aqui há 24 anos e venho insistindo nesse sentido. Já aconteceu várias vezes de um projeto ficar na Câmara por seis, oito meses, um ano, o tempo que quiserem, e, de repente, chegar a esta Casa com a obrigatoriedade de ser votado no mesmo dia. O projeto entra, é votado e sai no mesmo dia. No momento em que se transforma em um órgão carimbador, esta Casa desmoraliza-se, perde a autoridade e a credibilidade. Então, V. Ex^a tem toda a razão no que está dizendo. Agora, esse caso me parece ser um pouco diferente. Na verdade, não só existe essa questão da tradição, mas está um pouco além disso. Há um compromisso firmado entre Parlamentares do próprio PT, Parlamentares dos partidos que apóiam o Governo mas que, nessa questão, estão divergindo, e da própria Oposição, a que V. Ex^a pertence. Tenho elogiado, e repito, o Líder do PFL e o Líder do PSDB, que tiveram atuação magnífica com essa atitude porque, se não fosse a compreensão e o entendimento dos dois, não adiantaria o esforço do Senador Paulo Paim e nem do Líder do PT porque essa questão não andaria. Ela só está no momento em que está na Ordem do Dia porque o Líder do PFL e o Líder do PSDB concordaram – inclusive V. Ex^a, como Líder – em abrir mão dos prazos, abrir mão de emendas e aceitar esse entendimento. Agora, o que estamos fazendo? Eu gostaria de falar, de modo especial, à minha amiga, a Senadora Heloísa Helena, pela qual eu tenho um carinho, um afeto e uma admiração que vão além do normal – e o Rio Grande do Sul sabe disso pela maneira vibrante e emotiva como S. Ex^a fala e se expõe. Acho que, no Rio Grande do Sul, S. Ex^a tem mais prestígio do que em Alagoas. Eu tenho dito apenas que respeito a posição daqueles que são contra. Eu sou dos que são contra. Essa reforma da previdência está longe do que eu imaginava. Eu já fui contra ela no Governo de Fernando Henrique e sou contra ela na maneira como está sendo feita. Eu sou con-

tra, mas, no momento em que veio a proposta do Senador Paulo Paim, de salvarmos alguma coisa, concordamos. Repare V. Ex^a: não estamos aqui dizendo que a reforma previdenciária que foi votada é boa, não estamos aqui pedindo aplausos para ela. Nós estamos apenas dizendo que tínhamos duas medidas: ou votar contra e ser aprovada como o Governo queria, e, nesse caso, ganharíamos zero para os trabalhadores, ou votarmos com a exigência de que algumas propostas seriam votadas e aprovadas. Não é à toa que os líderes sindicais estiveram presentes e concordaram; não é à toa que fui procurado pelas lideranças sindicais, todas elas fazendo questão de dizer que não se tratava de aprovarem a reforma previdenciária, mas de acreditarem que essa PEC melhora. Temos um compromisso, primeiro, do Governo, que o está cumprindo: estamos votando, o Governo aceitou, e, segundo, das Oposições, que não podem ser acusadas de terem criado dificuldades. Pelo contrário, não criaram nenhuma dificuldade, não apresentaram nenhuma emenda – está aí o Senador José Jorge magoado por achar que deveria debater mais, mas acatou a decisão do seu Líder. Estamos votando aqui, estamos cumprindo o calendário. Vamos votar. O Presidente da República se comprometeu com o Senador Paim que se envolverá no sentido de que essa emenda seja aprovada na Câmara. O nosso Líder Mercadante se comprometeu conosco no sentido de que essa emenda será votada na Câmara. Eu sei que o Presidente da República, o Mercadante e o Presidente Sarney – que também está nessa jogada – não têm influência para impor à Câmara, mas eles têm condições de influir. Acho muito difícil que a Câmara não vote essa emenda. Por uma questão de quê? De picuinha? Qual o motivo que existe para ela não votar? Está certo e acho até que avançamos o sinal quando aqui debatemos que vamos votar agora e a Câmara, na segunda quinzena de dezembro. Aí, o Presidente da Câmara diz para votarmos quando quisermos, que ele votará quando quiser. Acho que faltou um pouco de tato por parte do Senado, que deveria ter conversado com o Presidente da Câmara a respeito desse esforço, dizendo que contaríamos com o seu apoio. Entendo que o Presidente da Câmara respondeu como alguém que não foi consultado, que não foi atendido no seu legítimo direito de dizer que, na Câmara, quem decide é a Câmara. Agora, no momento em que formos lá conversar com S. Ex^a – pode não ser na primeira quinzena de dezembro, mas será em janeiro –, eu tenho a convicção, meu Senador, de que isso está acima. O herói disso não será o Paim, que é o grande coordenador dessa questão; não será

o PT, não será o PDT, não será o Governo, não será o Lula. É uma construção difícil, mas feita por toda a Casa, e volto a repetir: principalmente por causa da Oposição, do Partido de V. Ex^a, PFL, e do PSDB. A minha querida Senadora Heloísa Helena tem uma posição definida, apaixonada, firme com relação ao que sempre defendeu, no que está absolutamente certa, e não recua um milímetro no seu respeito e na sua credibilidade com a sua gente, com o seu eleitorado. S. Ex^a mantém a sua palavra. No entanto, mesmo sem concordar ou gostar, deveria votar a favor, se isso somar para o trabalhador. Quem fala isso, minha querida Senadora, é um Parlamentar que veio de longe, que veio da época da ditadura, das cassações e da violência. Vi cassarem meus irmãos do Plenário – 12 Deputados – para nomear um governador que tínhamos o direito de eleger. Duas vezes. No entanto, sempre disse – Líder da Oposição do Rio Grande do Sul: sou contra esse governo, sou contra essa ditadura, sou contra esse governador, sou contra a Arena, mas o que é bom para o Rio Grande do Sul é bom para mim. Várias vezes, surpreendendo o eleitorado e a sociedade, eu votei a favor, sangrando, com raiva, mas votava a favor. Desse modo, foi o Pólo Petroquímico para o Rio Grande do Sul; desse modo, houve duplicação da Aços Finos Piratini. Eram projetos que importavam ao Rio Grande do Sul. Embora o governo fizesse festa, loas, inaugurasse e não nos convidasse, era bom para o Rio Grande. Neste momento, a pergunta tem que ser esta: se votarmos isso, será bom para o trabalhador? Sim. Então, eu voto a favor. Desculpe-me o longo aparte, mas é a demonstração do enorme carinho e respeito que tenho a V. Ex^a e ao brilhante pronunciamento que faz hoje.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Já tive a oportunidade de dizer neste plenário algo que vou repetir agora. Quando era Deputado Federal, sonhava chegar a esta Casa – confesso. Sei da responsabilidade que esta Casa tem com o País e conhecia pela televisão e, muitas vezes, pessoalmente, V. Ex^a. Tinha uma vontade enorme de chegar a esta Casa para aprender mais e, a cada dia que passo aqui, aprendo com os vários companheiros da Casa, mas principalmente com V. Ex^a. A cada momento, seja num aparte ou num pronunciamento, V. Ex^a nos ensina, mostrando ao País a sua correção política, a sua dignidade e seriedade com a coisa pública e o amor que tem pelo Rio Grande do Sul.

Digo a V. Ex^a que me orgulha muito esse aparte ao nosso pronunciamento, mesmo discordando em alguns pontos. V. Ex^a coloca que essa situação é um

pouco diferente. Também entendo que ainda haverá uma pressão muito forte da sociedade, do funcionário e do trabalhador lá na Câmara.

Agora, a minha preocupação é a seguinte: tínhamos de conversar? Sim. Estamos conversando, e houve avanços, mas não os desejados. Por exemplo, os nossos irmãos aposentados ficaram totalmente fora disso, assim como os excluídos. O que posso dizer?

Quando o Governo quer conversar, conversa lá e conversa cá, rapidamente. Ninguém da Câmara tem que ficar zangado com o Senado, não. Quando o Governo quer resolver, a Câmara e o Senado se entendem muito bem.

A minha preocupação é esta: por que esse afobamento, se o Governo tem a palavra empenhada? Vamos ter que esperar para ver. É a história do São Tomé, só vindo para crer.

Acho que o Senado fez e está fazendo a sua parte. Houve alguns avanços, e pediria até a Deus que a Câmara avançasse mais ainda, avançasse mais um pouco, não fizesse como nós, que carimbamos. Agora, não vai avançar nada, porque não acredito que votem. O Governo não tem interesse; se tivesse interesse, esses avanços estariam na PEC nº 67. Qual é a diferença votar hoje, na próxima semana ou no próximo mês? Qual o custo disso para o País? Nenhum.

Então, essa é a minha preocupação, meu caro Senador Pedro Simon. Agradeço o seu pronunciamento, porque tenho convicção e certeza de que, a cada dia que passar nesta Casa, vou continuar aprendendo com V. Ex^a.

Ouçõ a Senadora Heloísa Helena. Depois, com o maior prazer, vou ouvir o Senador Mão Santa.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Efraim Morais, já fiz isso uma vez na Casa, mas sinto-me na obrigação de agradecer a V. Ex^a, ao Senador José Agripino, ao Senador Arthur Virgílio e aos Senadores que possibilitaram – muitos outros possibilitaram também – que eu tivesse a oportunidade de apresentar as minhas emendas. Como fui retirada da Comissão, eu não poderia apresentar minha emenda individualmente. Agradeço muito a generosidade do Senador Pedro Simon, que sabe o quanto de carinho, de afeto e de respeito tenho por S. Ex^a. Muito carinho, não apenas por ser queridinho de São Francisco – acho que sou também – e muito respeito; sempre tive, mesmo antes de estar nesta Casa. Temos conversado com muitos Senadores, principalmente, talvez, com os mais antigos. Converso muito com o Senador Jefferson Péres; conversei muito com o Senador Paulo

Paim, em função do debate das emendas; e com o próprio Senador Tião Viana. Faço um esclarecimento. Conversei com o Senador Tião Viana sobre as questões relacionadas aos dias de votação dessa PEC paralela. No entanto, já que o debate está de volta à Casa, sinto-me na obrigação de fazer algumas considerações: primeiro, é importante seja deixado absolutamente claro que alguns setores não estão atendidos na tal PEC paralela. É de fundamental importância, independente da votação da PEC lá. Acho até que pode ser votada. Os Parlamentares realmente gostam muito das convocações extraordinárias, porque recebem o dinheiro a mais. Por isso, acho até que vão votar; do contrário, ficará mais feio ainda: receber o dinheiro da convocação extraordinária e não votar seria ainda pior. Só faço questão de dizer que não podemos desconsiderar mentes e corações das pessoas que nos ouvem. Se ficarmos repetindo que portadores de deficiência, aposentados com doenças incapacitantes, os que chamo os filhos de pobreza, que estão excluídos da Previdência, estarão capacitados para um direito a partir disso, nós vamos estar mentindo; é evidente que estaremos mentindo. Então, sabemos todos nós que essa Proposta de Emenda à Constituição – aí eu posso até não falar da farsa política porque o Senador Tião Viana briga muito comigo quando falo disso; não que eu não goste de brigar com ele, que eu gosto. Trata-se, nesse caso, daquilo que chamamos norma de eficácia limitada, a que cria a possibilidade do direito. Entretanto, na tal PEC paralela está colocado: “No caso dos portadores de necessidades especiais...” Eles ficam danados. O Chuchu, que é nosso companheiro, secretário executivo, fica danado quando digo portadores de necessidades especiais. Segundo ele, temos que dizer portadores de deficiência, porque necessidades especiais todos nós aqui temos, e deficiência quem tem são eles. Então eles ficam mordidos quando digo isso. “Não adianta dizer isso, não, Heloísa; diga portadores de deficiência, porque sou deficiente físico. O outro tem uma deficiência e tem que ser tratado como tal. Necessidade especial temos todos nós”. Mas eu também digo isso que está aqui. Então, o que temos de fazer? Assegurar isso por medida provisória ou por projeto de lei complementar. É muito claro que aqui não está assegurado o direito. Temos de dizer isso, porque, se não, começamos a receber **e-mails** dos portadores de deficiência, querendo saber quando terão o direito. Eles não têm o direito. Esta é uma norma de eficácia limitada. O direito será assegurado em lei complementar, como diz o parágrafo 4º do art. 40 da PEC paralela. Da mesma forma, no caso de benefi-

ciários portadores de doença incapacitante, não está assegurado o direito. Diz-se que ele terá – todos os verbos estão no futuro – isenção total ou parcial da contribuição concedida na forma da lei. Quando se fala em lei complementar, é pior. E lei complementar, em ano eleitoral, que vai para a Câmara e depois vem para cá, é ainda pior. O que está dito é sempre isso. Está aqui. Temos a obrigação de dizer isso para o povo não pensar que o que aprovamos logo se transforma em direito. Isso é muito injusto para quem está em uma situação como essa. Assim, ou por medida provisória ou por projeto de lei complementar, está muito claro que isenção total ou parcial será concedida na forma da lei quando o beneficiário for portador de doença incapacitante. Nós dizemos isso aqui, e o povo já está querendo ir à Previdência conseguir o direito. O direito não está assegurado! Portador de deficiência não tem o direito assegurado. A intenção é que é assegurada. O direito será assegurado depois, com o projeto de lei complementar ou com a medida provisória. Outro ponto é o caso dos excluídos. Apresentei um monte de emendas, como também o Senador Pedro Simon. Não gosto de ficar repetindo o discurso dos 40 milhões, porque chega a dar agonia, pois são muitas as palavras sobre isso; mas os excluídos são aqueles que estão completamente fora da Previdência. Eu e vários outros Senadores apresentamos emendas para incluí-los aqui. Era só botar uma linhazinha a mais neste projeto, pois aqui não está dito. O que se diz é o seguinte: “O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 abrangerá os trabalhadores sem vínculo empregatício [aí vem aquela minha outra proposta para as donas de casa] e aqueles sem renda própria dedicados exclusivamente ao trabalho doméstico, no âmbito da residência da própria pessoa, e terá alíquotas e carências inferiores aos vigentes para os demais segurados”. Assim, não está constituído o direito! Hoje se estabelece uma alíquota de 20%, mas não há nenhuma lei nem medida provisória que assegure o direito. E aqui também não está assegurado. É óbvio que não está! Não é pelo fato de se mencionar a alíquota inferior que está assegurado o direito. Não estou dizendo se a alíquota será de 19%, 18%, 17%, 16% ou a minha proposta de 5%. Ninguém está aqui dizendo isso. O mesmo ocorre na questão dos policiais: o ex-Presidente do Senado, o Senador Romeu Tuma e eu apresentamos emendas sobre os servidores da área de segurança pública, motivo de grande preocupação minha. Também aqui está definido que “aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente federado”. Então, temos de dizer isso, porque, do con-

trário, as pessoas começam a pensar que o direito está assegurado, o que não é verdade! Desculpe-me ter-me prolongado tanto, Senador Efraim Morais, mas sinto-me na obrigação de dizer isso. E sabemos que alguns parlamentares estão muito preocupados com outra questão. No dia em que foi votada lá na Câmara, o Deputado Arnaldo Faria de Sá deixou de lado o cinismo e a dissimulação e questionou o Presidente da Câmara sobre as chamadas remunerações de “qualquer outra natureza”. Esse é o termo que está sumindo do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal. Ele também foi empregado na PEC nº 67, mas também está sumindo da PEC paralela – “tomou doril, sumiu”. As palavrinhas “ou de qualquer outra natureza” são palavrinhas mágicas sobre as quais se pensou que fossem assunto resolvido lá na Câmara, mas acabaram sumindo, “tomando doril”, para resolver os problemas dos Parlamentares. Por isso, sem dúvida alguma, a agilidade é, efetivamente, muito maior. Então Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Efraim, desculpem-me por ter falado tanto, mas é que me sinto na obrigação de esclarecer esse ponto, pois as pessoas nos enviam correspondências, mandam fax, telefonam para nós. E precisamos correr atrás do projeto de lei complementar, porque, para que o portador de deficiência tenha o direito, é preciso projeto de lei complementar. Vamos fazer medida provisória? Qual será a alíquota? Essas questões têm que ser discutidas – e é normal que façamos essa discussão –, para que os Senadores que se preocupam com esse tema possam ter conhecimento de quando os direitos serão viabilizados. Em relação à transição e à paridade, não vou falar sobre o assunto, até por respeito aos que se empenharam em diminuir as perdas. Nem vou falar sobre isso, porque quem conhece a legislação sabe o que significa a palavrinha “cumulativamente” em relação a anos de serviço público, anos de contribuição e às novas fórmulas relacionadas à idade. Desculpe-me, Senador Efraim Morais, falei demais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena. Sei a posição firme de V. Ex^a em relação à questão da Previdência, e, a cada momento, V. Ex^a realmente tem de explicar ao País essa sua posição, porque o seu Partido não entende. Aliás, seu Partido está até com uma proposta de expulsão de V. Ex^a, em vez de zelar pela qualidade política de V. Ex^a, Senadora competente, batalhadora e que sempre defende os excluídos. Mas seu Partido está mais preocupado com a história dos gafanhotos e por aí afora, querendo proteger pessoas, sugerir diligências,

diferentemente do passado, totalmente diferente do que ocorreu no passado.

A sociedade brasileira está em uma expectativa. Se a reforma da Previdência atinge exatamente o funcionário público, se atinge exatamente o trabalhador brasileiro... E agora vem uma declaração do Chefe da Casa Civil, dizendo que “o pau vai comer”. Está aqui, não sou eu que estou dizendo. Está aqui: “o pau vai comer”. Mas é em cima da universidade. Aí é engraçado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Comer onde?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não sei. Ele disse que é na universidade. “Dirceu diz que Governo se prepara para fazer uma revolução na universidade pública e que o pau vai comer”. Está aqui!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ele não explica o que quer dizer “o pau vai comer”?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não estou entendendo, sinceramente. A universidade foi a base política do PT, a base política do Presidente Lula.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Foi.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – O funcionário público e o trabalhador brasileiro foram a base política do PT. Agora, o pau já comeu na Previdência e, segundo ele, agora vai comer dentro da universidade. Depois, tenho certeza, será a vez dos celetistas, será a vez da CLT. Eles virão para cá com a reforma para atrapalhar a vida do trabalhador brasileiro.

Estão encantados! Estão encantados com o exterior, o Presidente se sente hoje uma das maiores autoridades mundiais e totalmente sem nenhuma preocupação com o Brasil.

Há tanta matéria para se falar que vou deixar a do BNDES para a próxima semana. Agora, é aquela história: fazer política “com o chapéu alheio”. O chapéu alheio é o do dinheiro do trabalhador brasileiro. O desemprego está aumentando – voltarei a falar sobre esse assunto –, mas o presidente do BNDES e o Presidente da República preferem emprestar dinheiro à Venezuela, à Bolívia, à Argentina, ao Uruguai, enfim, a todo o mundo. E, aqui, trabalhadores totalmente desempregados.

E os metrô? O metrô da Bahia, de Antonio Carlos Magalhães, está parado. O metrô de Brasília, parado. O que está ocorrendo? O metrô da Venezuela tem que ser concluído: U\$1 bilhão. As estradas brasileiras estão todas destruídas. É o chapéu alheio, porque esse dinheiro é do trabalhador brasileiro, que estaria empregado se o desemprego estivesse sendo combatido.

Senador Mão Santa, com muita alegria, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, eu estava atentamente ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a. A Oposição é muito importante para a democracia. Quero cumprimentar V. Ex^a, Líder da Minoria, e também o Líder Arthur Virgílio e o Líder José Agripino. V. Ex^{as} engrandecem este Parlamento. Assim foi na história. Por exemplo, ninguém questiona a grandeza do Senador Mauá contestando Pedro II. Ninguém contesta a grandeza de Rui Barbosa – que ali está – fazendo oposição e iniciando a campanha civilista na primeira república; de Afonso Arinos combatendo o getulismo; de Pedro Simon, que aqui está, Ulysses, Teotônio, combatendo a ditadura militar. O papel da Oposição é fundamental, mas fortalecendo a sua postura. Inspirado em Cristo, que disse “em verdade, em verdade, eu vos digo”, eu queria dar uma colaboração a V. Ex^a. Disse V. Ex^a que o Governo deve 10 milhões de empregos aos trabalhadores do Brasil. Não é isso. Apenas 9 milhões, 999 mil e 975, porque foram criados 25 ministérios no Brasil. São empregos bons. Está de parabéns o nosso grande Presidente Paim, o grande e extraordinário Senador Pedro Simon, porque ouvi S. Ex^a dizer aqui que para o Rio Grande do Sul foram cinco, ou seja, 20% dos empregos criados.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex^a sempre está com a estatística em dia. V. Ex^a tem sido um dos Senadores mais combativos desta Casa. Com seu modo inteligente, sincero, popular, tem trazido aqui a voz firme do povo do Piauí, para que todos possamos admirá-lo cada vez mais, em função da sua inteligência, da sua coerência e, acima de tudo, da sua defesa do povo brasileiro, em particular da sua querida terra, o nosso querido Estado do Piauí. Parabéns, Senador Mão Santa. V. Ex^a está no caminho certo, porque foi eleito para defender o povo da sua terra, para defender o seu Piauí, o que está fazendo com muita competência, lealdade e bravura. Agradeço, sensibilizado, a sua participação no meu pronunciamento.

Senador Siqueira Campos, com muita alegria ouço V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a já se tornou, sem dúvida nenhuma, uma das grandes vozes nesta Casa....

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Bondade de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – ... no que diz respeito à coerência de uma posição adotada, na firmeza de uma oposição que eu diria

equilibrada, contundente, séria, mas efetivamente de resultados. O que disse aqui o Senador Pedro Simon, com toda a sua experiência, eu diria que é um atestado de reconhecimento de alguém que já viveu o Parlamento nas suas mais diversas fases; da ação, aqui desta cadeira, do Líder José Agripino, de V. Ex^a, do Líder Arthur Virgílio, do qual me orgulho de ser liderado, da posição do Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim, dentre outros, e até mesmo da contundência das posições coerentes, verdadeiras, da Senadora Heloísa Helena, disso tudo surge o possível. Esta é a Casa do possível, sempre. Difícil construção, mas sempre objetivando o possível. Gostaríamos que fosse o ideal. Eu queria aduzir a todos os argumentos que V. Ex^a traz à tribuna a convocação para uma cruzada, que acredito que será uma outra etapa nossa, agora, com relação à reforma tributária ou, antes, talvez, na PEC nº 135. Tenho procurado me aprofundar, Senador Efraim Morais, nos efeitos nefastos do aumento da Cofins, criada com uma pequena contribuição de 0,5%, foi para pouco mais de 1%, depois para 3% e agora vai para 7,5%. E disso não estão livres os hospitais, as escolas, as agências de turismo, os hotéis, os restaurantes, os prestadores de serviço em geral. Quem quer que se organize, juridicamente, como prestador de serviço está condenado a esse aumento de carga tributária, às vésperas da votação da reforma tributária. Estou, juntamente com a Associação Comercial e Industrial de Palmas e com outros segmentos, fazendo um estudo mais aprofundado. Antecipadamente, assim como o fiz, daquela tribuna – quando fui inclusive aparteado pelo Senador Pedro Simon –, disse que votaria as reformas. Naquele momento, ainda não haviam chegado a esta Casa. Eu disse que vim de um Governo que propôs a reforma da Previdência, e as reformas que vieram foram mais duras do que as enviadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas fiquei sereno. Foi duro, mas votamos a reforma. Com três votos do PSDB, três do PFL, para não falar nos 13 votos da Oposição, já teríamos mudado o resultado, e a reforma não teria sido aprovada. Então, houve responsabilidade; isso é duro, mas houve coerência. Eu me senti coerente com o que disse no passado. Talvez alguns tenham sido altamente incoerentes com o que disseram no passado, mas isso não importa para mim. O que importa é buscarmos fazer o que o País precisa. É por isto, nobre Senador Efraim Morais, que, como membro desta Casa, em respeito a um dos nossos Pares, uma das mais respeitadas Senadoras que este País tem, quero dizer que sequer discuto – e posso entender como quem tenha um mínimo de res-

peito ao mandato parlamentar – qualquer menção à Senadora Heloísa Helena como Senatriz. Sr. Presidente e nobre Senador Efraim Morais, quero repudiar com veemência isso que considero uma profunda falta de respeito. A História haverá de deixar inscritas em suas páginas a sinceridade e a franqueza da Senadora Heloísa Helena, com o depoimento de quem a conhece no seu dia-a-dia. Ela não mudou. Se alguém mudou, não foi a Senadora Heloísa Helena. Voltando ao debate, nobre Senador Efraim Morais, para não me alongar e não tomar o tempo de V. Ex^a – perdoe-me – eu gostaria de dizer a V. Ex^a, que tem sido uma das referências como Líder da Minoria, para incluirmos rapidamente nesta agenda, como incluimos e conseguimos – quando digo “incluímos”, estou me referindo a V. Ex^a, ao meu Líder, ao Líder José Agripino e a todos que ajudaram a construir este momento – uma discussão imediata: paralisarmos qualquer discussão sobre a reforma tributária, a fim de discutirmos a PEC 135, porque ela já está em vigência e é absolutamente avassaladora e nefasta para um dos segmentos que mais crescem neste País e que mais hidratam a nossa economia, que é o turismo. Isso não foi sequer pensado. Custa-me acreditar que, a título de acabar com a cumulatividade, tenha vindo embutido esse aumento para compensar – ou seja, vamos estimular a exportação, vamos continuar mandando alimentos para fora do Brasil, matéria-prima, as nossas riquezas, mas vamos onerar e penalizar, por exemplo, o turismo que é a esperança do Tocantins, da Paraíba, de Alagoas, do Nordeste, é uma das principais fontes de receita, pequena ainda, mas é uma esperança deste País. Perdoe-me pelo alongamento, mas inclua V. Ex^a na sua agenda, tão coerente e combativa, a PEC 135 como uma das nossas bandeiras para negociação.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Já incluí, Senador, não tenha a menor dúvida, porque este assunto diz respeito ao aumento de impostos mais uma vez. A sociedade brasileira não tem mais como atarracar o cinto, não tem mais nenhum ponto no cinto. É impossível aumentar, da forma como a PEC 135 está aumentando, os impostos. Da mesma forma que a responsabilidade desta Casa ocorreu nas medidas que estão sendo votadas sem bravatas, ela tem que também valer para a questão da MP 135 e outras matérias que digam respeito à sociedade brasileira. Parabéns a V. Ex^a, que, com certeza, dará uma grande contribuição a essa matéria, pela sua competência, pela sua condição de um dos grandes articuladores políticos desta Casa, pelo conhecimento de causa que tem sobre esse assunto. Quero ser seu liderado na MP nº 135.

Sr. Presidente, para concluir, resta-me pouco tempo, quero voltar ao tema do desemprego. Não foi apenas o desemprego que aumentou. Simultaneamente, caiu também a renda do trabalhador e pelo décimo mês consecutivo, Senadora Heloísa Helena, segundo o IBGE. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve queda de 15,2%. A redução do rendimento real significou perda de mais de meio salário mínimo nos últimos 12 meses.

Em relação a setembro, Sr. Presidente, V. Ex^a que é um grande batalhador nessa área, a renda de quem trabalhou caiu 0,7%. Os mais atingidos foram os trabalhadores autônomos, cuja renda caiu 22,1% em relação a outubro de 2002. Os empregados com e sem carteira assinada tiveram a renda diminuída em 10,6% e 5,1% respectivamente. Entre as regiões pesquisadas, o Rio registrou a maior redução de renda, de 19,1%. Em São Paulo, a renda caiu 15,3%. Esses são dados do IBGE.

E por aí vai. Não quero enfadar as Sr^{as} e os Srs. Senadores citando mais números. O que quero mostrar é que não se trata de herança maldita; é uma crise com as digitais do Partido dos Trabalhadores. Não tenho a menor dúvida de que já estão colocadas as digitais do Partido dos Trabalhadores. Portanto, é preciso acabar com essa história de herança maldita. Já se foi um ano e aí está o resultado: o País com um número bem maior de desempregados do que no ano passado.

O desempenho aquém do esperado da economia no terceiro trimestre do ano fez com que instituições financeiras e analistas reduzissem em mais de 50% suas estimativas para a taxa de crescimento do PIB em 2003. De acordo com a pesquisa divulgada pelo Banco Central, a projeção média do mercado para o crescimento econômico este ano caiu para 0,3%, mas hoje o Ipea já fala em 0,2%. Até a semana passada, as apostas eram de uma taxa de 0,68%. A mudança na projeção já era esperada. Ela refletiu apenas os dados divulgados pelo IBGE em relação à atividade econômica do segundo para o terceiro trimestre do ano. O PIB cresceu apenas 0,4%, decepcionando os analistas.

Tudo isso deixa claro que as previsões eufóricas do Governo sobre o crescimento do PIB para 2004 são inconsistentes. Não passam de **marketing**. Ouço, perplexo, autoridades do Governo afirmarem que a economia está melhorando. Pode ser que sim para bancos e rentistas e para os setores que têm relações privilegiadas com os atuais governantes no País e no restante da América Latina. Mas, para a classe trabalhadora – aquela que deu sustentação ao

crescimento do PT –, o pau vai comer, segundo o Ministro; e já comeu na Previdência e vai comer nas universidades. O Governo não está sendo pai para o trabalhador, está sendo padrasto. A classe trabalhadora constata, passado um ano de Governo Lula, que, tal como o Deputado Fernando Gabeira, sonhou o sonho errado e vive o pesadelo de um modelo financista que não está preocupado com ela. É a economia administrada contra os interesses da maioria da população, em favor dos que obedecem cegamente aos ditames do sistema financeiro internacional. E o massacre será completado com o aumento da carga tributária e a supressão de direitos adquiridos imposta pela reforma da Previdência, também concebida de acordo com os interesses da banca internacional.

Lamento que seja esse o balanço desse primeiro ano de governo. O brasileiro, que, segundo o poeta Antonio Maria, tem a esperança como profissão, não merece esse horizonte. Projetou no presidente-operário a oportunidade histórica de resgatar o valor do trabalho e sobrepô-lo à mentalidade financista, responsável pela alta exclusão social do País. Pelo visto, terá que continuar aguardando. Quanto a isso, o problema agravou-se.

A esperança era muito grande no homem que veio do povo para governar, mas, lamentavelmente, para governar contra o povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Apenas para solicitar a minha inscrição pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Usará da palavra o Sr. Senador Valdir Raupp e, em seguida, será concedida a palavra a V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs Senadores, que, ouvidas as Lideranças, fará realizar sessões amanhã, sábado, dia 06, e domingo, dia 07, às 10h, cujo objetivo é a contagem do prazo de interstício, previsto no art. 357 do Regimento Interno, para a **Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição Fe-

deral, em seu art. 3º, estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Dentre os objetivos ali relacionados, gostaria, neste momento, de destacar dois: garantir o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

É com imensa satisfação que venho hoje à presença de V. Ex^{as} e do povo brasileiro para apresentar um projeto que vem ao encontro justamente das duas metas que mencionei. Refiro-me ao Projeto Rio Madeira – Eixo de Integração Regional, que revolucionará a infra-estrutura de energia e transporte fluvial da Região Norte e, conseqüentemente, do Brasil. O Projeto Rio Madeira prevê, em primeiro lugar, a implantação de 4.200 quilômetros de hidrovias na América do Sul. A importância dessa hidrovia para os agronegócios da região e para a integração daquela parte do País aos grandes centros é quase incalculável. Mais adiante, apresentarei maiores detalhes a respeito dos benefícios que advirão da implantação da hidrovia do Rio Madeira.

Também está prevista no projeto a construção de duas usinas hidrelétricas, Santo Antônio e Jirau, com potência, respectivamente, de 3.580 e 3.900 megawatts, em reservatórios com menos de 300 quilômetros quadrados cada um. Os benefícios de um empreendimento dessa magnitude são inúmeros, especialmente se levamos em conta as características socioeconômicas da área em que ele será implantado.

A Região Norte, isolada que está das demais regiões, carece de uma obra de infra-estrutura que aproxime seus Estados do restante do País e que promova o desenvolvimento do seu povo e de sua economia. Essa obra, a nosso ver, Sr. Presidente, é o Projeto Rio Madeira, que ora apresentamos. A rede hidroviária que se pretende construir, juntamente com as usinas hidrelétricas, consolidará o oeste do Brasil com um de nossos mais importantes pólos de agronegócios.

Atualmente, o projeto concluiu a fase inicial de estudos e inventário, tendo recebido a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel, e está em andamento a sua segunda etapa, que consiste na realização de estudos de viabilidade e de impacto ambiental. Os estudos de viabilidade precisam do aval da Aneel, ao passo que os estudos de impacto ambiental necessitam da aprovação dos órgãos ambientais competentes.

Os estudos de inventário, aprovados pela Aneel em 16 de dezembro de 2002, foram cuidadosamente elaborados por Furnas Centrais Elétricas S.A. entre janeiro de 2000 e novembro de 2002.

Foi analisado, nessa primeira etapa, um trecho de 260 quilômetros do rio Madeira situado entre Porto

Velho e Abunã na fronteira com a Bolívia. Os resultados dessa investigação deixaram patente a vocação do rio Madeira para a navegação e sua imensa importância para a integração regional, sem mencionar seu tremendo potencial para a geração de energia.

A equipe responsável pela elaboração dos estudos de inventário preocupou-se em adotar, previamente, alguns fatores condicionantes das decisões técnicas a serem tomadas. Em primeiro lugar, estabeleceu-se o compromisso de limitar os níveis d'água máximos dos reservatórios a níveis pouco superiores aos níveis das cheias. Em segundo lugar, as obras do projeto não podem inundar um metro quadrado sequer do território boliviano. Finalmente, o projeto deve causar o menor impacto ambiental possível. Esse será um projeto moderno, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O Governo Federal, no que diz respeito aos aspectos ambientais, tem demonstrado zelo e cuidado exemplares. O Ministério de Minas e Energia e a empresa Furnas têm acompanhado de perto o andamento do projeto, atentos a cada possibilidade de grave dano ambiental decorrente da implantação do complexo hidroviário e hidrelétrico do Madeira.

Com um projeto dessa natureza e dessa magnitude todo cuidado é pouco no que diz respeito às questões ambientais. Cerca de 100 técnicos já estão em campo realizando os trabalhos preliminares para a implantação do sistema. Foi firmado, ainda, um convênio com a Universidade Federal de Rondônia, instituição que conta com pessoal capacitado e especializado nas características ambientais da região, que coordenará o trabalho de levantamento dos impactos ambiental e social do projeto.

A sociedade civil também está sendo chamada a participar desse projeto. Organizações não-governamentais, o Ministério Público e outras entidades, como sindicatos, federações e órgãos de classe, estão sendo conclamados a abraçarem a idéia do Complexo Hidrelétrico Rio Madeira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os resultados dos estudos de inventário são, em uma palavra, auspiciosos. Trabalhou-se com a hipótese da implantação de duas usinas hidrelétricas de baixa altura – Santo Antônio e Jirau –, ambas com reduzida área de inundação, e de suas respectivas eclusas.

O primeiro benefício que mencionarei, de inegável relevância, será a integração regional. As hidrelétricas do Projeto Rio Madeira representarão um enorme passo no sentido de interligar definitivamente o sistema elétrico brasileiro. Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas – Estados diretamente beneficia-

dos com o surgimento da hidrovia e das usinas – passarão a ter seus sistemas interligados e, posteriormente, conectados ao Sistema Elétrico Interligado Brasileiro.

Além disso, o potencial hidrelétrico total das duas usinas será comparável à produção de Itaipu, com uma grande diferença: a binacional produz energia em dólares, ao passo que as usinas do rio Madeira produzirão energia em reais, numa perfeita combinação de alta quantidade e baixo custo. Não é preciso dizer que são elevadíssimas as possibilidades de que surja um pólo industrial de peso na região das duas usinas.

Isso porque será inevitável a geração de milhares de empregos diretos e indiretos durante o processo e depois da implantação dos empreendimentos. A construção e a posterior manutenção das duas usinas ensejará o surgimento de aproximadamente cinquenta mil novas vagas na região, minimizando os efeitos do desaquecimento da economia que nosso País vem atravessando.

Outro ponto positivo que desponta em nosso horizonte é o estabelecimento de laços mais estreitos com dois de nossos vizinhos, o Peru e a Bolívia.

A hidrovia rio Madeira possibilitará a navegabilidade integral desse rio brasileiro e a de seus afluentes bolivianos. Dessa forma, o Brasil conquistará uma estratégica saída para o oceano Pacífico, ao passo que Bolívia e Peru, por sua vez, passarão a ter acesso ao oceano Atlântico.

Bolívia e Peru têm tudo para se tornarem grandes clientes da hidrovia do rio Madeira. A Bolívia tem um potencial de oito milhões de hectares para a agricultura intensiva em solos de excelente qualidade nas províncias de Pando, Beni e Santa Cruz de la Sierra, além de contar com áreas propícias para a mineração junto aos Andes. A carga potencial para a hidrovia proveniente desse país é de 24 milhões de toneladas ao ano.

É interessante notar que a hidrovia do Rio Madeira, indiretamente, favorece o resgate de compromissos históricos estabelecidos no Tratado de Petrópolis, assinado por Brasil e Bolívia em 1903. V. Ex^a, Senador Pedro Simon, e os demais Senadores sabem muito bem que o Brasil tem uma dívida histórica com a Bolívia. Há poucos dias, essa dívida completou cem anos de idade e até hoje o Brasil não conseguiu cumprir esse compromisso do Tratado de Petrópolis. Esse documento, por intermédio do qual a Bolívia cedeu ao Brasil o território onde hoje se localiza o Estado do Acre, selou entre os dois países um acordo de cooperação e amizade eternas, sentimentos recíprocos que o Projeto Rio Madeira certamente fortalecerá.

Já o Peru conta com trechos da região amazônica e subandina limítrofe a Puerto Maldonado aptas à mineração e à exploração florestal. A carga potencial para a hidrovia é de um milhão de toneladas ao ano de produtos peruanos.

Os produtos provenientes desses dois países e dos Estados brasileiros beneficiados pela hidrovia também poderão ser exportados a partir do Porto de Itacoatiara, a ser construído no município homônimo, no Amazonas, na foz do rio Madeira. E do Porto de Itacoatiara a produção será transbordada para navios mercantes do tipo Panamax e exportada para os mercados mundiais.

Menciono, por fim, dois outros benefícios que advirão da implementação do Projeto Rio Madeira para Brasil, Bolívia e Peru. O primeiro deles é a melhoria das contas externas dos três países, tendo em vista o aumento da exportação e a redução da importação de produtos agrícolas. O segundo é o incremento dos meios de combate ao tráfico de drogas ilícitas e crimes conexos, pois a implementação da hidrovia e a conseqüente circulação de produtos estimularão uma vigilância mais intensa das fronteiras entre os três países.

Nesse sentido, é com alegria que constatamos o compromisso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a integração sul-americana. Esse compromisso foi enfaticamente reafirmado pelo Vice-Presidente da República José Alencar na abertura do Primeiro Seminário Internacional de Co-Financiamento BNDES/CAF (Corporación Andina de Fomento), evento no qual foram apresentados vinte e três projetos visando à integração física sul-americana.

O mais ambicioso dos projetos apresentados foi, exatamente, o Complexo Hidrelétrico rio Madeira. O valor de investimento previsto, de US\$5,5 bilhões, pode parecer astronômico. Essa impressão, contudo, desaparece inteiramente quando somos apresentados às previsões de geração de riqueza do complexo. Calcula-se que o aumento da produção agrícola e da geração de energia no Brasil e Bolívia será responsável por receitas da ordem de US\$8 bilhões ao ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volte-mos agora para os benefícios a serem usufruídos principalmente pelos Estados das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

O Projeto Rio Madeira favorecerá a abertura de novas e importantes fronteiras agrícolas no oeste do Mato Grosso, no sul de Rondônia e no Acre, incrementando o volume de produção, reduzindo custos e viabilizando novas culturas.

Calcula-se que em 2015 a área de 350 mil quilômetros quadrados que vai do norte de Cuiabá até Lucas do Rio Verde, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, terá aumentado sua produção de grãos dos atuais 3 milhões de toneladas anuais para 28 milhões de toneladas anuais.

A hidrovia do rio Madeira permitirá o escoamento, de forma barata e limpa, desses 25 milhões de toneladas adicionais. Não há logística que permita escoar esse excedente sem a construção de uma hidrovia no rio Madeira.

Concedo um aparte ao nobre Senador Augusto Botelho, de Roraima.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a é um defensor intransigente das fontes energéticas do seu Estado, Rondônia. Desejo apenas complementar seu pronunciamento dizendo que num seminário sobre o potencial energético do Norte do País, eu ouvi todos os técnicos da Chesf e da Eletronorte dizerem que as usinas de Jirau e Santo Antônio, sem considerar os benefícios da hidrovia, são as que têm menor impacto ambiental, pois o que será inundado estará apenas alguns quilômetros acima da linha normal do rio quando está em cheia. E o custo do megawatt vai ser o mais barato do Brasil. Eles até diziam que não entendiam por que essa usina não tinha sido feita no País. Trata-se de uma usina que produz um megawatt mais barato! Não me lembro do custo da obra em dólares.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Em torno de US\$5 bilhões, as duas, com eclusas.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Em torno de US\$5 bilhões. Eles foram bem claros ao dizer que não sabem por que o Brasil ainda não construiu essas hidrelétricas. Parabéns V. Ex^a por esse pronunciamento e tenho certeza de que o Brasil dará um grande passo em relação ao desenvolvimento da Amazônia quando fizer essas duas hidrelétricas. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. V. Ex^a, que é um profundo conhecedor e defensor da região amazônica, tem nos ajudado muito. Peço que o seu aparte seja incorporado ao meu pronunciamento.

Os custos de transporte de importação de fertilizantes para o oeste do Mato Grosso e sul de Rondônia sofrerão reduções significativas. O incremento da atividade econômica na região de influência da hidrovia e das usinas favorecerá, ainda, a arrecadação tributária nos três níveis de governo.

O projeto operará uma verdadeira revolução na região sudeste do Estado do Amazonas, uma das áreas mais isoladas do País, que sobrevive à base de uma economia de subsistência. O zoneamento ambiental já determinou que a área poderá ser utilizada na agricultura de alta escala. A implantação da hidrovia e a construção das usinas do Madeira funcionarão como catalisadores do desenvolvimento do sudeste do Amazonas e do Acre, criando uma nova fronteira agrícola no Norte do Brasil.

O mais animador é que o Projeto Rio Madeira não se esgota em si mesmo. Ele será o estopim de um processo de desenvolvimento que mudará o perfil socioeconômico do Brasil.

Estudos a serem realizados entre Abunã e Guajará-Mirim, por exemplo, poderão indicar que o alteamento do nível de água da usina hidrelétrica de Jirau ou a construção de outra usina entre esses dois Municípios tornará os rios Guaporé e Mamoré perfeitamente navegáveis. O Projeto Rio Madeira marcará o início de um círculo virtuoso que transformará profundamente a vida no Norte do País.

Os passos futuros do Projeto Rio Madeira já estão definidos. Os estudos de viabilidade e de impacto ambiental devem estar concluídos no início de 2004. A licitação para as obras deve ocorrer entre novembro de 2004 e fevereiro de 2005, simultaneamente à elaboração do projeto básico ambiental. Após a conclusão, no primeiro semestre de 2005, do projeto básico de engenharia, as obras devem ser iniciadas, finalmente, em meados de 2005.

As primeiras turbinas devem entrar em operação em 2008 ou 2009, e as usinas hidrelétricas já deverão estar funcionando a pleno vapor por volta de 2012. Os custos totais de implantação das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio devem ficar entre US\$4 e US\$5 bilhões, Senador Pedro Simon. Os valores podem parecer assustadores, mas apenas se não levarmos em consideração os benefícios permanentes que essas obras trarão para o nosso País.

Além do mais, os especialistas do setor elétrico são unânimes em afirmar que, se investimentos pesados não forem feitos imediatamente, dentro de cinco anos correremos sérios riscos de enfrentar um novo apagão.

E não são só as hidrelétricas. Eu ouvi os Srs. Senadores Rodolpho Tourinho e César Borges falando sobre as termelétricas, as usinas de gás. O nosso gás é barato, está aí, é nacional. Nós temos a bacia de Urucum produzindo gás – o gás sendo reinjetado no solo, sendo queimado na atmosfera – e uma termelétrica de 400 megawatts pronta, em Porto Velho,

gerando óleo diesel, gastando 45 milhões por mês. Essa termelétrica está queimando um milhão de litros de óleo diesel por dia, e gasta 45 milhões por mês. Se trouxermos o gás, o custo desse consumo irá diminuir em 50%, porque o gás é a metade do preço do óleo diesel. E esse gasoduto, Sr^{as} e Srs. Senadores, está há quase dois anos esperando uma licença ambiental do Ibama. E nós, além do gasoduto, precisamos da termelétrica gerando gás – uma energia mais limpa e mais barata – para o povo de Rondônia e do País.

Concluirei em breve, Sr. Presidente. Peço apenas mais um minuto.

O Governo Federal tem se mostrado sensível a essa possibilidade. Recentemente, testemunhamos o pacote de emergência liberado pelo Governo para o setor elétrico, num total de R\$3 bilhões a serem destinados pelo BNDES a 24 distribuidoras de energia. O Plano Plurianual referente ao período 2004-2007, por sua vez, prevê investimentos maciços em infra-estrutura. E o programa Parceria Público-Privada, recentemente enviado ao Congresso, que deverá ser aprovado em breve, trará, também, uma nova luz e uma nova esperança de investimentos privados para o País.

Sr. Presidente, o Brasil precisa produzir mais energia e precisa começar a investir nesse sentido imediatamente. Não basta incrementar nossa rede de distribuição. É claro que integrar os Estados do Norte ao sistema nacional de transmissão é importantíssimo e imprescindível. Porém, uma iniciativa muito mais estratégica seria a produção de energia **in loco**, na própria região Norte.

A implantação do Projeto Rio Madeira, por todos os benefícios que já relacionei, tem o grande mérito de explorar as potencialidades da Amazônia Ocidental, com todo o cuidado no que se refere ao desenvolvimento sustentando e à preservação da exuberância natural daquela região.

O Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Carlos Lessa, cunhou uma feliz comparação entre o Projeto Rio Madeira e a construção desta cidade em que estamos. Brasília um dia não foi nada além de um sonho – sonho que, levado adiante por pessoas bravias e comprometidas com o desenvolvimento do País, tornou-se, por fim, realidade e mudou a história do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a convicção de que o Projeto Rio Madeira tem todas as características de uma nova Brasília. Voltemos nossas esperanças e nossa capacidade de trabalho para o Norte e para a construção desse novo pólo de desenvolvimento. Assim como ocorreu após a constru-

ção de Brasília, o Brasil não será o mesmo após a concretização do Projeto Rio Madeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Mesa agradece ao nobre Senador Valdir Raupp, que ficou dentro dos vinte minutos mesmo tendo direito a cinquenta minutos.

Fazemos o mesmo apelo aos outros oradores, já que temos oito inscritos.

De imediato, pela Liderança, passamos a palavra ao Senador Demóstenes Torres, por cinco minutos, e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Os deuses vendem quando dão.
Compra-se a glória com desgraça.
Ai dos felizes, porque são
Só o que passa!
(Fernando Pessoa)

O escritor colombiano Gabriel García Márquez escreveu um conto chamado **A Terceira Renúncia**, que, por extensão analógica, pode ser comparado à educação brasileira. Na ficção, um indivíduo morre aos sete anos, mas delira em sua morte até os 25. Ele se desenvolve, da infância à pós-adolescência, em um ataúde especialmente projetado para o crescimento de um vegetal em profunda letargia. Consciente de que é um morto, trafega entre ruídos perturbadores e medos, até que, em uma manhã abrasiva do ambiente mágico do criador de Macondo, o odor da putrefação envia os sinais definitivos de que chegara a hora. Ele quer se livrar logo das velas, orações, latinórios e daquele cheiro horrendo. Imagina se encontrar finalmente vivo quando se tornar um líquido cadavérico. Conforme terminou o autor, “estará, porém, já tão resignado a morrer que talvez morra de resignação”.

No ambiente de realismo fantástico do ensino público no Brasil, há pelo menos 70 anos, sobrevive um modelo educacional dotado de falências múltiplas, que se expande sem finalidade. Há opinião unânime de observar na política pública propriedades redentoras, mas também uma profunda submissão à sua insuficiência. E assim o Brasil segue acreditando que a educação é remédio para todos os males, mas simplesmente não o administra e permite a formação de um perfeito círculo vicioso que nenhum Governo mostrou-se capaz de curar.

No mês passado, o Ministério da Educação iniciou os trabalhos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), destinado a medir o grau de eficiência do ensino de base. Realizado a cada dois anos, o Saeb é uma pesquisa por amostragem, com aproximadamente 300 mil alunos, da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, cuja proficiência é avaliada em Língua Portuguesa e Matemática. A edição deste ano inova ao analisar também o professor, especialmente no que se refere ao empenho em sala de aula e à sua relação com o aluno. Mas, conforme adiantou Luís Araújo, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é ilusão esperar melhora significativa do rendimento dos alunos, ou seja, o Saeb 2003 deve redesenhar o quadro de hipossuficiência do sistema educacional brasileiro, que foi capaz de implementar expansão quantitativa, mas peca por pasmosa falta de qualidade.

De acordo com os dados do último Saeb, 59% dos alunos da 4ª série apresentaram situação crítica ou muito crítica, ou seja, têm dificuldade de compreensão de um convite para festa de formatura ou não conseguem dividir 330 por 2. Muitos sequer estão capacitados a reconhecer noções de direção e distância. Apenas 11% dos estudantes estão em um estágio de aprendizado considerado adequado ou avançado. Entre os considerados em situação "muito crítica", 98% são da rede pública e estão fora da idade adequada para a série que cursam.

Dados do Mapa do Analfabetismo no Brasil demonstram que o País ainda possui uma massa de 16 milhões de pessoas com mais de 15 anos que não conseguem ler a palavra "Constituição". Em apenas 19 dos 5.507 Municípios brasileiros, a escolaridade média dos moradores corresponde aos 8 anos do ensino fundamental. Caso sejam medidos os indicadores de analfabetismo funcional, situação em que se encontra quem possui menos de 4 anos de escolaridade, aí são 30 milhões de catiretes. Neste ano, a Unesco incluiu o Brasil em um estudo realizado para aferir o grau de aprendizado entre 41 países. Ficamos no penúltimo lugar da fila em Matemática e Ciências e no 37º em compreensão da leitura.

O próprio Ministro da Educação, Cristovam Buarque, considera o quadro dramático e acredita que o Governo precisa superar isso. Mas, como a educação faz parte apenas da pedagogia retórica da administração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ainda não será desta vez que o setor receberá a atenção devida, embora não falte a concurso ferrabrás da propaganda oficial.

Não duvido dos propósitos do Ministro Cristovam. Reconheço a sua notória capacidade de educador. Tenho pelo Senador a maior consideração, mas ele próprio, quando incita platéias estudantis a gritar por mais verbas para a educação, está chancelando o descompromisso deste Governo com o setor. E o Ministro Cristovam Buarque tem muita razão em se derrear em lamentações públicas, pois, como grande intelectual que é, compartilha da angústia da **intelligentsia** brasileira e sabe que há muita desesperança no ar.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Eurípedes Camargo.

O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF) – O Senador Demóstenes Torres analisa um histórico da situação educacional do nosso País. Eu queria dizer que vários fatores vêm se somando ao longo de séculos e acarretando essa situação, que não é produção de apenas um ano de Governo, mas que se trata de uma seqüência histórica. Há propostas para resolver a questão, mas, como muito bem disse o Ministro em audiência nesta Casa, a questão da educação não se resolve em um passe de mágica, em apenas um ano. Para construir as pedagogias e reciclar os professores na matéria necessária, para fazer essas mudanças, é necessário um período de maturação, formatação e acompanhamento. A angústia do Ministro é permanente, e agora se estão preparando as bases para isso. O Governo Lula tem consciência de que é preciso preparar as bases para impulsionar essa retomada. O diagnóstico está claro e não é de agora, é antigo, e as possibilidades para se sair dessa situação então sendo construídas. Estão sendo preparados os quadros, e a situação institucional está sendo reformulada, para que possamos, então, realizar essa transformação, enfrentando não só o problema do analfabetismo institucional, mas também o das pessoas que não chegaram sequer a ter acesso ao banco de escola. A preocupação de V. Exª é clara, e somamo-nos a ela, mas entendemos que tal situação, diagnosticada, com muita competência, por V. Exª, foi construída ao longo da história.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Agradeço a V. Exª pela intervenção. Respeito muito o Ministro Cristovam Buarque, com sinceridade. Dos Ministros do Governo Lula, considero-o um dos melhores talvez seja por isso que esteja caindo. Mas tenho de dizer que a política educacional implantada é leviana, não existe. Não existem recursos para implementar as idéias do Ministro, e, por incrível que pareça, o Governo deste ano acabou investindo menos

em educação do que o do ano passado. Digo isso com sinceridade.

Há luminares no Governo, como o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, mas o considero extremamente despreparado para exercer o cargo. É um brilhante advogado, um intelectual com passado extremamente proveitoso na área da advocacia, mas inapetente para exercer o cargo. Não tem vontade política, não tem idéias, planos ou projetos. Com todo o respeito que devo a S. Ex^a, penso que, nessa missão, está se mostrando extremamente ineficaz.

Já o Ministro da Educação, eu o considero um homem preparado, culto, com boa vontade. S. Ex^a quer implantar a escola em tempo integral, mas, sem recursos, não vai a lugar algum.

Meu discurso vai nesta direção: devemos implantar a educação em tempo integral. Estou apresentando projeto de lei para implantação da escola em tempo integral no Brasil até o ano de 2010. E o faço por um motivo muito simples: além das utopias anarquistas que levaram à implantação da escola em tempo integral – da qual o Senador Mão Santa já nos dá notícias há muito tempo –, é verdade que, hoje, ela serve, inclusive, como prevenção da criminalidade.

Basta lembrar que uma empresa como a Coca-Cola lucra US\$17 bilhões por ano. O tráfico de drogas lucra US\$500 bilhões por ano, no mínimo. Alguns dizem que o tráfico lucra US\$2 trilhões por ano. Se chegarmos a qualquer boteco da esquina e perguntarmos se há coca-cola, a resposta será afirmativa. Com US\$17 bilhões de lucro, a Coca-Cola está em toda parte. E o tráfico de drogas, que lucra US\$500 bilhões? Por isso, o tráfico está infiltrado entre professores, políticos, policiais, promotores, juízes de Direito. Por isso, o tráfico de drogas está disseminado.

Hoje, o pai e a mãe trabalham, porque têm que trabalhar, e, ao meio-dia, o menor volta para casa. E ele vai ficar na mão de quem? Naturalmente, vai ficar na mão do traficante. Com a escola em tempo integral, o menor, em vez de voltar para casa, pode continuar na escola, para se alimentar, cochilar, fazer suas tarefas, aprender profissões e uma série de outras atividades benéficas que esse ambiente escolar proporciona. No final do dia, vamos entregar esse menor ao pai. Estaremos tirando o menor da mão do traficante e entregando-o ao professor.

Basta lembrar que, no mínimo, 70% dos crimes praticados com violência ou grave ameaça no Brasil são praticados por pessoas drogadas. Está intimamente ligado o aumento da violência ou da criminalidade violenta ao tráfico de drogas. E a escola em

tempo integral pode servir para resolver esse problema também.

O Ministro da Educação solicitou R\$1 bilhão a mais para implantar a escola de tempo integral até 2007. Quanto o Governo pagou a mais de juros neste ano sem ser pedido? Segundo o Banco Mundial, roubam-se, no Brasil, R\$500 bilhões por ano; essa é uma prática de políticos, administradores. Isso ocorre por roubo ou por mau gerenciamento.

Por que não aprovamos aqui um pacote anticorrupção, tornando inafiançável o crime do colarinho branco ou tornando-o afiançável no valor do bem surrupiado? Se a pessoa roubou R\$4 milhões, a fiança seria de R\$4 milhões para responder em liberdade. Tenho certeza de que vamos melhorar essa situação.

Mas, infelizmente, aquele projeto aprovado por nós, aqui no Senado, Senador Mão Santa, para criar o isolamento de até 720 dias para quem é ligado ao crime organizado, foi sancionado com uma alteração proposta pelo Ministro da Justiça na Câmara, acabando com o exame criminológico. Neste Natal, como presente para população brasileira, vão soltar, no mínimo, 40 mil presos. S. Ex^a entende que esses criminosos praticaram crimes leves.

V. Ex^a bem sabe que, no Brasil, só vai para a cadeia quem é condenado a penas acima de oito anos. E recebem essas penas assaltantes de banco, latrocidas, estupradores. São esses que o Ministro vai colocar na rua, por considerar que praticaram crimes leves. Por isso é que penso que S. Ex^a não tem sensibilidade para dirigir o Ministério da Justiça.

Temos que estar preocupados, sim, com os delinquentes – no que se refere a não haver violação, ao cuidado com a sua recuperação –, mas temos que estar muito mais preocupados com a sociedade.

O Ministério da Educação elaborou trabalho intitulado “A hora é essa. E é possível”, que desenha bem a distância entre a intenção e o gesto do estilo petista de governar. Qualificadas como “Metas educacionais do Brasil para antes do segundo centenário de nossa independência”, há algo de onírico nos seus enunciados quando é aferido o que se efetivou em 2003 na Pasta da Educação. Para este ano foram programadas ações ambiciosas que se resumiram ao texto entusiasmado da declaração, a exemplo da “implantação da Universidade Aberta do Brasil” e a definição do piso salarial e do Programa de Valorização e Formação do Professor. Foi prometido para este ano também a ampliação da autonomia das universidades federais e um projeto para a universidade brasileira, mas na vida real as mais importantes instituições

de ensino superior claudicam com falta de recursos para pagar a conta de energia elétrica.

Para 2003, consta das metas do Ministério da Educação a ampliação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), mas o que se viu foi o aumento artificial de 20%, que repristina a traquinagem do Governo anterior no cálculo do Fundef. De acordo com o texto de lei que regulamentou o Fundo e conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, a quota de remuneração do aluno deveria ser, no mínimo, a média dos fundos dos 27 Estados. Mas o Governo Lula, para encobrir a falta de recursos, gostou da sistemática do Brasil do Possível de FHC e decidiu continuar tomando por ponto de partida o valor do menor fundo estadual. Para se ter noção do que isso significa, basta dizer que, enquanto a quota média deveria ser de R\$864,00, o previsto no Orçamento de 2004 é de R\$537,71.

Sr^{as} e Srs. Senadores, observem que o Fundef foi um instrumento que permitiu um salto de inclusão quantitativa no ensino fundamental e obteve bons resultados de aperfeiçoamento dos professores, além de ter se consagrado como a primeira iniciativa confiável de distribuição de verbas para o financiamento da educação, mas não se traduziu em resultados por conta da anemia dos recursos.

Da mesma forma, criou-se, no Governo Lula, o Brasil Alfabetizado, espécie de Mobral contemporâneo, com a finalidade de retirar da iletrabilidade 20 milhões de brasileiros em quatro anos, mas com previsão no Plano Plurianual de R\$820 milhões, que serão empregados em um programa demagógico que contraria a opinião técnica do próprio Ministro. Diante do que foi executado neste ano em investimento em educação, ou seja, apenas R\$102 milhões dos R\$720 milhões autorizados, parece ilusório o otimismo do MEC ao apresentar propostas como 100% das crianças até 14 anos na escola em 2006; 80% das crianças terminando a 8ª série em 2010 e a abolição de toda desigualdade de renda, classe, gênero, região, raça e deficiência física no acesso à educação até 2015.

Sr. Presidente, eis o resumo da ópera da educação brasileira: deficiências históricas esbarram na falta de financiamento do sistema, que não consegue cumprir metas espetaculares. O esforço engendrado ao longo das décadas passou por planos revolucionários e a um custo altíssimo, hoje estimado em 5% do PIB, mas só conseguiu incluir o aluno na escola e não educá-lo efetivamente. O Brasil precisa de reengenharia do sistema de ensino para que a educação deixe de ser um padrão messiânico de realização civili-

zatório e passe a ser um postulado efetivo de política pública.

O caminho é a instituição definitiva da escola em tempo integral. O escritor Elie Wiesel, prêmio Nobel da Paz, afirmou que, para que houvesse relações confiáveis entre árabes e israelense, seria preciso pelo menos 20 anos de convivência a partir de nova geração.

No Brasil, onde se desenvolve uma guerra muito semelhante, só que de parte da sociedade corrompida pelo crime organizado contra um Estado de moralidade e eficiência duvidosas, seria preciso muito menos de duas décadas para fazer aquela nova geração de brasileiros que a educação ficou de produzir, mas que nunca aconteceu.

Caso fosse considerada a iniciativa dos Cieps de Darcy Ribeiro como a primeira experiência brasileira em educação integral em larga escala, seria plausível admitir um atraso do País de cem anos. O modelo educacional já era empregado na França e na Alemanha no último quarto do século XIX e agradava positivistas e anarquistas. A escola em tempo integral no Brasil contemporâneo vai além da perspectiva de emancipação e de formação do homem para se integrar à sociedade, como define o conceito clássico do sistema educacional. A medida tem um caráter eminentemente preventivo da criminalidade, com a afirmação de uma verdadeira pedagogia da segurança.

Quando se fala em atenção integral das ações de educação, está-se propondo um modelo de escola capaz de trazer eficiência ao sistema, emancipar o aluno dos efeitos diretos da pobreza e cortar a linha alimentadora do narcotráfico com a infância e a juventude. Não vale mais o axioma de que a sociedade brasileira é composta por uma Nação pacífica. A violência faz parte da cultura nacional, e é preciso educar o País a conviver com os seus defeitos e a não reproduzir comportamentos reprováveis. Estou falando de uma escola que eduque para o respeito à lei como um bem social e não uma regra burlável e desnecessária.

Há mais de 20 anos, ouço muito falar que o Brasil só vai conseguir conservar os recursos naturais, disciplinar o trânsito e não jogar lixo na rua quando educar uma nova geração direcionada para tanto. Como nunca há um começo, os comportamentos que degradam a qualidade de vida tendem a ser revisitados, e os governos, que não educam a contento, despendem um dinheiro que o País não tem com remendos e improvisações.

Os maiores críticos da escola em tempo integral argumentam tratar-se de uma utopia que o Brasil não pode financiar. Em primeiro lugar, de acordo com in-

formações do próprio Ministro da Educação, é necessário um adicional de R\$1 bilhão ao ano no orçamento da educação para anteciper em três anos a meta atual de implantação do sistema até 2010. Este custo, que não é alto, pode muito bem ser diluído com a aplicação direta na escola de programas de desenvolvimento humano das três esferas de governo, especialmente da União, como o Peti e o Fome Zero. Não se trata também de erguer as superestruturas do passado, mas de aproveitar a capacidade instalada da rede e seguir a orientação da Lei Diretrizes e Bases da Educação e concentrar a implantação do sistema em bases municipais. Como o Ministro da Educação advoga a idéia, e teve oportunidade de defendê-la nesta Casa, acredito que, apesar do ano perdido, o Senador Cristovam Buarque vai priorizar a iniciativa quando a sua Pasta finalmente deslanchar para o bem de todos os brasileiros.

Acabo de protocolar, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Proposta de Emenda à Constituição que institui a obrigatoriedade da escola em tempo integral e cria um período de sete anos para a sua implementação plena, ou seja, até 2010.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Tenho a firme convicção de que o Senado vai-se sensibilizar com o alcance da iniciativa e criar as condições legislativas para ampla discussão e aperfeiçoamento da matéria e, por fim, efetivar um modelo de sociedade transformado pela educação e confirmar pensamento do educador baiano Anísio Teixeira, que, na década de 1930, implantou no Rio de Janeiro o primeiro núcleo de escola em tempo integral, inspirado em modelo americano de comprovada eficiência: “Só existirá uma democracia no Brasil no dia em que se montar a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Osmar Dias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lá está o nosso Presidente em mais uma viagem internacional, desta vez no Oriente Médio. É claro que essas viagens podem ser analisadas sob vários ângulos: o número de dias fora do País; a comparação das suas viagens com as do Sr. Fernando Henrique, muito criticadas, na época, pelo próprio PT.

No entanto, vejo com muito respeito as viagens que o Presidente da República vem fazendo, algumas delas. Acredito que marcou posição e marcou época sua viagem à África. Creio que o Brasil, no tempo da ditadura militar, abriu as embaixadas e abriu conversações que nunca tivera com a África. O Presidente Fernando Henrique – claro, mais aristocrata – praticamente desconheceu a importância do diálogo com a África. O Presidente Lula não só fez a viagem como preestabeleceu um diálogo África/América Latina.

Aliás, é interessante salientar – e é muito importante esta parte – que o Presidente Lula, nas suas viagens, está tendo o maior empenho em falar no Brasil e na América do Sul. Nessa viagem que está fazendo ao Oriente Médio, por exemplo, está acompanhado do ex-Presidente da República Argentina, Presidente do Mercosul. E faz questão de sua presença, para que não aconteça a ciúmeira entre o Brasil e a Argentina, mostrando que, quando fala na integração do Brasil e da América com o Oriente Médio, está pensando em toda a América do Sul.

Assim como fez na África, o Presidente Lula está, agora, fazendo com o Oriente Médio.

Parece mentira, mas a única viagem do governo brasileiro ao Oriente Médio foi feita por D. Pedro II. Foi uma viagem pessoal. Quando estava doente na Europa, o monarca fez questão de conhecer o Oriente Médio. Esteve no Líbano, onde Lula está hoje, e convidou os orientais para virem para o Brasil – naquela época –, dizendo que o Brasil era uma terra que tinha tudo por construir e que eles, vindo para cá, teriam condições de ajudar a construção do Brasil e poderiam retornar ricos à sua pátria, por assim dizer.

Interessante é que os orientais atenderam ao pedido de Dom Pedro II e, hoje, o Brasil tem oito milhões de descendentes de libaneses, só de libaneses. É a maior concentração do mundo, maior do que em Beirute.

Por isso, acho importante essa viagem feita ao Oriente Médio, de um modo especial a viagem que faz hoje ao Líbano. Esse diálogo Brasil/América/Oriente Médio tem todas as condições para progredir e desenvolver-se.

Interessante a característica, porque, fruto das posições americanas no Oriente Médio, US\$400 bilhões em investimentos do mundo árabe estão deixando de ser aplicados nos Estados Unidos. Essa fantástica quantia está buscando outros objetivos, e o Brasil está-se credenciando. Entendo que foi o momento mais oportuno, mais significativo.

O Brasil vai construir na Síria, com tecnologia própria, uma refinaria de açúcar. O Brasil fornecerá a matéria-prima e praticamente não terá concorrente com relação ao açúcar em todo o Oriente Médio.

É importante a posição do Presidente Lula no âmbito internacional. Quando foi à África, pediu desculpas pelo que o Brasil fez com milhões de africanos escravos em nossa terra. De certa forma, continua fazendo hoje, pelos números apresentados com relação à educação. Os dados mostram a exclusão dos negros em sua imensa maioria nos níveis de educação, nos níveis sociais deste País.

Creio que neste mundo conturbado deste início de milênio é muito importante o que o Presidente Lula está fazendo. É muito importante ter começado, como ele começou, pela Argentina, primeiro país visitado; importante ele ter ido aos Estados Unidos conversar com o presidente americano e mostrar que quer ter o melhor relacionamento, o melhor diálogo com aquele governo; importante a visita que fez aos demais países da América Latina, mostrando que está jogando todo o seu prestígio no Mercosul, que considera importante o projeto Mercosul, que nasceu com Sarney, continuou com Itamar, com Fernando Henrique e continua com o Lula. Talvez até esteja dando mais força – e acho que está – ao Mercosul do que deu ao final o Sr. Fernando Henrique, que, fruto dos entendimentos e vaidade entre ele e o Presidente da Argentina e da simpatia que tinha pelo americano, não foi muito forte o prestígio dado pelo nosso governo ao Mercosul no seu final..

O Governo Lula entrou, dando uma colaboração altamente positiva, meritória, quando a Argentina estava numa crise brutal. O Brasil foi firme, resoluto, deu solidariedade absoluta, cobrando do mundo financeiro um tratamento à Argentina com mais dignidade e seriedade. Foi tão positivo o apoio que o Brasil deu à Argentina na crise que, eleito o novo presidente, o primeiro país a ser visitado foi o Brasil, para agradecer o estímulo e a força que o Governo brasileiro tinha dado na hora da crise.

Depois, foi à África, e agora ao Oriente Médio. Logo adiante, ele vai visitar a Índia – e faz muito bem – e a China. O mundo de hoje diz que Índia, Brasil, China são as três grandes nações que se discutirão neste século, nações que não têm os problemas e os dramas de outros países. O Brasil tem uma das maiores reservas de terras agricultáveis do mundo inteiro e uma das maiores reservas de água doce. Já se diz – eu falava no final do século, mas ontem nos argumentavam que já no ano 30 deste século – que o principal problema do mundo não será petróleo e sim água.

O Brasil tem a sua importância e o seu significado e por isso devemos agarrar e defender a Amazô-

nia, com autonomia para o Brasil, com unhas e dentes. Por isso, a importância dessas visitas, como a visita ao Oriente Médio, à Índia, à China e creio – por que não? – a visita à Rússia.

Acho que está se formando, e o Presidente Lula está tendo essa capacidade, um debate que foge do monopólio da presença americana, só o Presidente Bush. O Primeiro-Ministro da Inglaterra, numa posição de humilhação – cá entre nós, causa pena ver hoje a situação da velha Inglaterra, ver que a majestade da Grã-Bretanha hoje reside no Sr. Blair, uma figura secundária –, praticamente parece até que é o representante do Presidente Bush no continente europeu.

Estamos na posição de avançar, não com a questão da hegemonia ridícula, que não passa por nós; não na vaidade de uma posição superior ridícula, que não passa por nós. O Brasil não tem nenhum interesse hegemônico. Ao contrário do americano e de outras nações, não quer um metro de terra de quem quer que seja. O Brasil não tem interesse em impor o seu imperialismo aos nossos irmãos da América; o Brasil quer que os nossos irmãos da América, como nós, cresçam e se desenvolvam; o Brasil entende que, para crescer, avançar e para que esses números que o ilustre e querido Senador Demóstenes mostrou agora se alterem – e para mudarem realmente têm que se alterar na América Latina –, temos que ter uma América Latina forte, desenvolvida, com progresso. Temos terra, temos na América condições de agricultura, minério, petróleo, temos tudo. A América Latina não precisa importar nada de ninguém, se o seu povo tivesse competência, capacidade de avançar e desenvolver-se. Não podemos aceitar o argumento de que o latino-americano é um povo inferior, que a mestiçagem do negro e do índio fez desse povo um povo que não tem condições de avançar e que, por isso, tem que ser um país subalterno. Pelo contrário, temos a convicção de que o que falta – e está acontecendo agora – é nos integrarmos, nos unirmos, nos darmos as mãos, um ajudar o outro para que, juntos, possamos vencer e fazer o grande desenvolvimento da América Latina.

O Brasil, ao lado disso, olha e vê a África; olha e vê o Oriente Médio; olha e vê o Extremo Oriente. Diz bem o Chanceler brasileiro quando argumenta que o Brasil não tem nenhuma política contra o americano, nem quer fazer absolutamente nada em relação ao antiamericano. Prestigiamos a amizade americana, respeitamo-la, queremos que continue, queremos conviver o melhor possível com os nossos irmãos do norte. Mas isso não impede o Brasil de ter personalidade, autoridade, vida; isso não impede pensarmos diferente sobre a América Latina, que o americano vê

como quintal e nós olhamos como irmãos; isso não impede querermos, além de negociar com o americano, negociar com a Comunidade Econômica Européia, irmãos nossos. Ao longo do tempo, a nossa identidade cultural foi com a França, com a Europa, não foi com os Estados Unidos. Os imigrantes que para cá vieram e construíram o Brasil, os nossos livros, o nosso desenvolvimento, as nossas intimidades ao longo da História – quando não tínhamos a televisão fechada, que é praticamente uma lavagem cerebral que o americano está fazendo em todo o mundo –, a nossa cultura era francesa, era européia. Então, olhamos com respeito a Comunidade Econômica Européia e achamos que devemos dialogar, debater, analisar, pela amizade – repito –, mas também porque ali são dez, doze, quinze, vinte nações. É mais fácil estabelecer um diálogo entre as vinte nações do Mercosul e as vinte nações da Comunidade Econômica Européia do que entre a superpotência americana e as vinte nações do Mercosul. Por isso, acho que a posição do Lula vai bem. Acho interessante essa proposta feita e a resposta.

O Sr. Fernando Henrique lançou a bandeira, a que não fui nunca tão simpático nem achei tão importante, de que o Brasil devia fazer parte do Conselho Permanente da ONU. Está aqui um ilustre, além de advogado, além de Senador, homem do nosso Itamaraty, e me atrevo a falar na sua presença. Nunca fui simpático ao Conselho de Segurança da ONU. Durante jovem e como professor, eu debatia muito, achando que aquele Conselho era uma excrescência, ou melhor, os votos dos membros permanentes do Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança é claro que é uma obrigação. Se não existe Conselho de Segurança, não funciona, mas os votos dos membros permanentes, eu achava uma excrescência. Depois fui ver que, de certa forma, se não existisse aquilo, talvez não existisse nada. Hoje, quanto ao Brasil pertencer ao Conselho de Segurança da ONU como membro permanente, não sei; quanto à nova idéia, a nova proposta de o Brasil pertencer ao Conselho da ONU como membro permanente, mas sem direito a veto, também não sei. Sinceramente, não sei. Não vejo importância ter ou não direito a veto. Acho que para nós o ideal é entrarmos para o Conselho da ONU e ficarmos lá permanentemente. Seria ideal até que não tivéssemos direito a veto e, depois, fôssemos lutar internamente para que os outros também não tivessem direito a veto.

Sr. Presidente, considero da maior importância e do maior significado, ao término deste primeiro ano do Presidente Lula, os números concretos e reais apresentados pelo nobre Líder da Minoria, pelo nobre Líder da Oposição. A taxa de desemprego é menor que a do ano passado. A promessa é de 2,5 milhões

de empregos. O Governo apresenta outros números, que também são concretos.

Analisando a prestação de contas deste ano, a execução orçamentária deste ano e o orçamento que está sendo preparado para o ano que vem, em meio a toda a caminhada do Lula, a grande bandeira que Sua Excelência deve defender no ano que vem refere-se à redução em nível internacional dos juros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Pedro Simon, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão por vinte minutos. Cinco minutos serão concedidos a V. Ex^a para concluir e o restante, aos oradores já inscritos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a pela gentileza, mas usarei menos que cinco minutos. Muito obrigado.

O Presidente Lula tem autoridade e pode dizer ao Fundo Monetário e ao Banco Mundial que, durante os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso e o ano do seu Governo, nenhum país pagou juros tão altos e em quantidade tão extrema como o Brasil. Pode-se dizer que o Lula pagou ainda mais, que pagou além do que o Fundo Monetário pediu. O superávit primário foi superior, a cinta foi mais apertada do que o próprio Fundo Monetário Internacional pediu. Nessas condições, ele tem a autoridade de dizer que assim como está não pode continuar.

As organizações internacionais têm de baixar os juros internacionais, porque não é possível que o americano pague 1%, que o Japão pague 2% e que nós paguemos a estupidez que estamos pagando. Essa é a próxima grande bandeira do Presidente Lula, e penso que ele terá o Brasil inteiro a seu lado, e penso que terá autoridade. Se ele tivesse pedido moratória, se ele tivesse mudado a economia, se ele tivesse feito uma série de coisas que se imaginara que fizesse, talvez não a tivesse.

Hoje, como ele desagrade seu Partido, como aperta todos os pontos, como endurece e dificulta a vida dos brasileiros, como faz uma política drástica, como vai muito além do que se imaginava, em termos de endurecimento da economia, ele pode dizer, no dia 2, que, em contrapartida, não pode pagar 140 milhões de juros e que não tem dinheiro para o Fome Zero. Pode perguntar: se não há 10 milhões para o Fome Zero, como poderia pagar 140 milhões de juros? Ele vai ter de dizer que isso não pode ser, que isso não vai ocorrer, que o Brasil vai derrubá-lo, que há risco de uma insurreição social. Ele tem condições e autoridade de fazê-lo. Tenho a certeza de que o Governo, a Oposição e a sociedade inteira no Brasil lhe darão solidariedade.

Meus cumprimentos ao Presidente. Meus cumprimentos pelas declarações firmes que está fazendo no Oriente Médio, difíceis, porque ele está caminhando num fio de arame, mas não avança mais do que deve. Quando ele diz que se devem cumprir os tratados da ONU, ele está dizendo o óbvio, aquilo que realmente sempre deveria ter sido feito: cumprir os tratados da ONU, as decisões da ONU.

Ele fala com serenidade e tranqüilidade que no Brasil árabes e judeus se dão muito bem e que ele espera que isso ocorra no Oriente.

Meu abraço ao Presidente por essa viagem. Que ele realize com êxito o seu final e que possamos, efetivamente, chegar no início do próximo ano com uma nova caminhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estranho o comportamento do Partido dos Trabalhadores como instituição diante da crise de Roraima. O PT às vezes assumia até uma característica leviana, acusando sem provas, queimando supostos suspeitos vivos numa fogueira inquisitorial. Hoje, meu estimado ex-colega e sempre amigo José Genoio, Presidente do PT, desqualifica o documento do chamado grupo de radicais petistas – não sei se são radicais, são trinta Deputados; não são poucos, não são três ou quatro –, pedindo que o PT observe com mais cautela o quadro de corrupção em Roraima.

Segundo a **Folha de SPaulo**, “Genoio diz que Flamarion é ‘modelo’ de administrador”. Pode ser que o seja para o PT, não o é para o PSDB. Traz ainda a **Folha de SPaulo**: “Petistas pedem afastamento de Flamarion”, invocando as raízes históricas de um Partido que nasceu sob o signo do combate pela moralidade. O **Estado de SPaulo** publica: “Sob pressão, Flamarion admite deixar o PT”; “A saída de Flamarion do PT é uma medida sanitária, diz o Deputado Ivan Valente, do PT”; “Governador sabia de folha paralela, diz ex-secretária”. Todos os jornais a que me refiro são de hoje. O **Correio Braziliense** divulga: “Pressão petista contra Flamarion. Parlamentares pedem à cúpula do Partido a saída do Governador de Roraima”; “Fraude chega a R\$230 milhões”. Nessa reportagem, a Sr^a Diva faz declarações comprometendo o Governador.

Não faço juízo de valores, estou simplesmente dizendo que estranho a pressa com que o PT o chama de

modelo de administrador. Há ainda o editorial da **Folha de SPaulo** intitulado “O PT e os ‘gafanhotos”.

Eu estranho, a **Folha de SPaulo** estranha, e o Brasil inteiro está estranhando.

Ao mesmo tempo, vejo que o Presidente Genoio, de maneira muito pressurosa, já põe alguma desconfiança. **O Globo** traz: “Genoio muda o tom e Flamarion admite deixar PT”. Genoio já recuará, segundo **O Globo**, mas, de acordo com outros jornais, não recuou. Vemos, de certa forma, toda uma paciência com o Governador de Roraima, que está cercado, pelo menos, de uma série de indagações que merecem respostas além da que tem oferecido.

Vemos, ademais, a intolerância para com os chamados dissidentes do PT. Disse o Senador José Genoio: “A Senatriz é muito boa no papel de vítima”. Ele chama a Senadora Heloísa Helena de Senatriz. Gostaria de alertar o Presidente do PT para um fato: Senatriz, etimologicamente, é o feminino de Senador, não tem nada demais. A primeira vez que essa palavra veio à baila ocorreu quando o Senado da República teve uma mulher entre os seus membros, a minha conterrânea Eunice Michiles*, que assumiu a vaga decorrente do falecimento do saudoso Senador João Bosco – ela era a sua primeira suplente.

Na época, os bons dicionaristas indicavam que “Senadora” seria mais aconselhável como feminino de Senador. Etimologicamente, porém, não existia esse vocábulo, que acabou sendo aceito pelo bom-senso para evitar conotações em face de sua semelhança com outra palavra de som muito parecido. No mesmo ano em que Eunice Michiles chegava ao Senado, o Brasil recebia a primeira mulher como Embaixadora de um país amigo. Foi a Embaixadora da Guatemala. Ela, a Embaixadora, disse que se sentia feliz no Brasil porque o português contempla duas palavras bem diferentes para definir coisas diferentes. Embaixatriz seria a esposa do diplomata, do embaixador; embaixadora seria a mulher diplomata. O Presidente José Genoio, se tentou ofender a Senadora Heloísa Helena, chamando-a de Senatriz, não conseguiu.

Para mim, ela é uma ótima Senadora; para mim, ela é uma ótima Senatriz. Ela não é esposa de Senador, mas é Senadora ou Senatriz, com direito a voto, a voz, a rebeldia, a decência, tudo isso.

Mas estranho o PT. Há ainda a história de o Ministério Público acusar 25 funcionários da Prefeitura petista – aquele caso de Santo André, dos R\$54 milhões. Isso tem de ser investigado mais a fundo. Há silêncio sobre isso, há paciência extrema com o Governador de Roraima, tentativa de dizê-lo um modelo

de administração, e há, ao mesmo tempo, uma brutal intolerância para com os chamados dissidentes. Mais ainda, há a tentativa de desqualificar os que não o são, os 30 Deputados ditos radicais – não sei se são radicais ou se não o são; não sei o que é ser radical. Faço uma enorme diferença entre ser sectário e radical. Radical, para mim, é o que vai buscar a solução dos problemas na raiz, é o que vai à raiz das coisas. Mas são 30. Radicais ou não, são 30 Deputados pevistas. Faça qualquer cálculo percentual e veja que é um número expressivo. Ou seja, 30 Deputados significam muito numa bancada de 300, e o PT não tem uma bancada de 300. Tem uma bancada de 90, da qual 30 significa um terço. Ou seja, o Presidente Genoino desqualifica um terço de pessoas que dizem que há suspeição sobre o Governador de Roraima. Ao mesmo tempo, ele confunde as regras do bom português – vejo aqui a Senadora Heloísa Helena, que não estava presente há pouco, quando me referi a ela –, chamando-a de “Senatriz”. Quero dizer que Senadora ou Senatriz, V. Ex^a, para mim, é tão boa tanto como uma quanto como outra. Até porque as palavras são sinônimas. Boa Senadora...

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Ex^a um pequeno aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Tonto não me lembrar desse assunto, mas não tem jeito. Algumas pessoas até me perguntavam se eu achava que ele estava querendo rimar com atriz ou com meretriz. Primeiro, eu respeito muito as mulheres que, muitas vezes, vendem o corpo por um prato de comida. Eu tive muita sorte, porque, embora tenha nascido em uma família pobre, miserável, talvez até ao nascer tenham carimbado na minha testa que o meu destino era o quartinho de empregada ou a prostituição, como geralmente é o destino dos pobres. Em relação à questão de atriz, eu também respeito muito as pessoas que se dedicam ao mundo da arte. Eu tenho uma mania, Senador Arthur Virgílio. Lá no interior de Alagoas, dizem assim: “Eu não quero saber. Eu só quero a briga com o dono dos porcos.” Quando algum porquinho ou porquinha treinada para cantar, para representar, fala alguma coisa sobre mim, eu nem respondo. Mas se for o dono dos porco, aí, efetivamente... Tive, infelizmente, que responder. Eu sei que, talvez, as pessoas não consigam compreender a dor dos outros. Mas, quando não conseguimos compreendê-la, pelo menos a respeitamos. Algo que, infelizmente, ele não fez. Talvez – eu já disse várias vezes isso –, ninguém pense, ninguém imagine a tortura por que estou passando. Agora, sou mulher de não correr do pau. Podem torturar, usar o requinte de crueldade que quiserem, eu não vou abrir mão das minhas convicções, não vou fazer nada

contra companheiros. Isso, realmente, não vou fazer. Então, eu nem queria tocar nesse assunto, mas sei que V. Ex^a tocou, com respeito, com consideração, mas apenas para deixar absolutamente claro. No interior, diz-se que quando uma coisa é muito pequena, Senadores Augusto Botelho e José Jorge, é cabelinho de sapo, porque ninguém nem vê cabelinho de sapo, não é? Mas nem um cabelinho de sapo de medo eu tenho, porque estou naquela de que pode vir quente que eu estou fervendo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senadora, encerro, dizendo que, na verdade, eu fazia o cotejo entre a dureza em relação a posições divergentes e à questão ética, a questão moral lá em Roraima. O silêncio diante dessa coisa que se está avolumando em Santo André, parece que não existe, parece que é assim tipo um autismo, não existe, não é conosco, não tem nada a ver, não estamos aí, “tô nem aí, tô nem aí...”, aquela história da música, não é?

Recorri ao dicionário. Pedi, Senadora Heloísa Helena, uma pesquisa a minha Assessoria e fui ao dicionário. Embaixador é o diplomata e embaixatriz é sua esposa. Entendemos bem: a digna embaixatriz fulana de tal é a digna esposa do digno Embaixador fulano de tal. De outro lado, Senadora ou Senatriz são termos iguais. O significado é o mesmo, os bons dicionários consideram as duas hipóteses.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que não foi feliz, portanto, sequer no chiste, o Presidente do Partido dos Trabalhadores.

Contudo, não estou aqui para discutir regras de português com o Presidente José Genoino, que sei que domina muito bem a língua pátria. Estou aqui para indagar, mais uma vez, por que tanta contemplação? Por que não ter, pelo menos, um dos pés atrás? Por que mudou tanto o PT, que, às vezes, se apresava e era leviano ao acusar e em “queimar” pessoas, e, agora, se mune de uma tolerância que contraria os editoriais dos jornais, as evidências dos fatos, contraria tudo?

Em suma, quero apenas que o PT faça como os demais brasileiros tentam fazer: um peso e uma medida para tudo, e não dois pesos e duas medidas, de acordo com conveniências eleitoreiras ou com conveniências de uma falsa e suposta preocupação com governabilidade. Não se monta governabilidade em cima de suspeição sobre a coisa pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210, DO REGIMENTO
INTERNO**

SENATRIZ

Senatriz, etimologicamente é o feminino de Senador.

A primeira vez que esta palavra veio à baila foi quando o Senado da República teve uma mulher entre os seus membros. Era Eunice Michiles, que assumiu na vaga decorrente do falecimento do Senador João Bosco, do qual era suplente.

Na época, os bons dicionários indicavam que Senadora seria mais aconselhável feminino de Senador.

Etimologicamente, porém, não existia esse vocábulo, que acabou sendo aceito pelo bom senso, para evitar conotações em face de sua semelhança com outra palavra de som muito parecido.

No mesmo ano em que Eunice Michiles chegava ao Senado, o Brasil recebia a primeira mulher como Embaixadora. Da Guatemala.

Ela, a embaixadora, disse que se sentia feliz no Brasil porque o português contempla duas palavras bem diferentes para definir coisas diferentes.

Embaixadora – a diplomata

Embaixatriz – a esposa do diplomata (do embaixador)

Ao contrário, o espanhol tem apenas um vocábulo: Embajador, aplicado só ao diplomata. Não tem palavra para definir a esposa do embaixador.

O idioma evolui. E os dicionaristas acolhem sempre neologismos.

No caso de Senatriz, seu uso revela no mínimo que o bom senso passa bem longe.

Parlamentares pedem à cúpula do partido a saída do governador de Roraima. José Genoíno diz que ação não passa de um "factóide" para criar divergências internas

Pressão petista contra Flamarion

Um grupo de deputados pediu à Executiva do PT o afastamento do governador de Roraima, Flamarion Portela, dos quadros do partido. Os parlamentares são ligados à ala mais radical petista, conhecida como Grupo dos 30. "Trata-se de uma medida sanitária e preventiva", disse o deputado Ivan Valente (PT-SP), numa referência ao "esquema dos gafanhotos", que abrigava funcionários fantasmas na folha salarial do governo estadual com objetivo de desviar dinheiro público para políticos locais.

Na petição, os deputados do PT propõem o afastamento de Portela até que sejam esclarecidos os fatos e definidas as responsabilidades. "Não se trata de tirar o direito de defesa de nenhum filiado do partido, nem de fazer julgamentos e condenações. Mas as evidências e a gravi-

dade dos acontecimentos recomendam medidas cautelares imediatas para preservar nosso patrimônio e garantir o máximo de isenção nas investigações", ressaltam os parlamentares no texto enviado à cúpula do PT.

O presidente do PT, José Genoíno, afirmou ontem que o pedido de afastamento de Flamarion é um "factóide" para criar divergências internas na sigla. Ele disse que não cabe ao PT adotar uma postura de defesa ou de ataque ao governador. "A nossa posição é de apoiar as investigações e já orientamos o governador Flamarion para que ele apure tudo. Ele não precisa nem de defesa nem de acusação. A maior defesa é a verdade, doa em quem doer", afirmou.

"Eu gostaria que esses parlamentares fossem a Roraima e acompanhassem as investigações em vez de ficar criando factóide

no Salão Verde do Congresso. Ao comentar o manifesto dos deputados, Genoíno enviou um "recado" para Valente. Ele lembrou que o deputado pediu neste ano para a direção nacional do partido defender a vereadora Inês Paes, de Mogi das Cruzes (SP). Inês é de Mogi das Cruzes e vinculada à Força Socialista, a mesma tendência de Valente. Ela foi acusada de receber dinheiro de um funcionário de seu próprio gabinete, mas acabou sendo absolvida num processo interno do PT.

O ataque logo teve resposta. Valente disse que, ao contrário de Flamarion, que se filiou ao PT neste ano, a vereadora está no partido desde a sua fundação. "Comparar as duas coisas é um absurdo e eu sinto muito que o presidente do partido tenha descido a esse nível para minimizar a gravidade da situação", afirmou o deputado.

Desconforto

Flamarion, por sua vez, admitiu que está se sentindo desconfortável diante da pressão que vem recebendo de uma das alas mais à esquerda do PT. Durante entrevista coletiva, ontem, ele afirmou que espera a decisão da executiva nacional sobre sua situação. "Claro que isso me incomoda. Sou um ser humano que tem sensibilidade, que tem vontade de acertar", afirmou Portela.

Abatido, o governador afirmou que, caso seja necessário, ele deixará a legenda. "Se isso acontecer, saio com tranquilidade", disse ele. O governador continua negando sua participação no esquema, mesmo diante de alguns depoimentos na Polícia Federal, onde aparecem indícios de que ele sabia da "folha gafanhoto", que consumiu R\$ 320 milhões em pagamentos irregulares para funcionários fantasmas.

Fraude de R\$ 230 milhões

Uma força-tarefa liderada por sete delegados da Polícia Federal investiga o envolvimento de autoridades em crimes de formação de quadrilha, improbidade administrativa, sonegação e peculato. As ilegalidades teriam ocorrido no esquema "folha gafanhoto", no qual pessoas ("gafanhotos") ligadas a autoridades são acusadas de "comer" a folha de pagamento, ao receber, por meio de procurações, salários de funcionários fantasmas. A força-tarefa, composta também por dois procuradores da República e dois promoto-

res de Justiça, começou a investigação em novembro do ano passado. Entre 1998 a 2002, o esquema pode ter desviado até R\$ 230 milhões dos cofres públicos.

No ano passado, seriam R\$ 70 milhões (12% do orçamento local). Quando o caso foi revelado, a suspeita era de desvio de R\$ 7 milhões. Desde abril de 2002 no governo, quando assumiu no lugar de Neudo Campos (PP), que disputou o Senado, o governador Flamarion Portela, então no PSL, conviveu por pelo menos nove meses com o sistema de desvio de dinheiro público, segundo a força-tarefa.

Cotas

Flamarion, filiado ao PT desde março, é acusado pelo ex-governador de ter conhecimento do "escândalo dos gafanhotos". O governador afirma que conhecia "superficialmente" o esquema desde a época em que era vice-governador, mas quando assumiu o cargo tomou medidas para acabar com os desvios.

Segundo documentos apreendidos pela força-tarefa, Campos instituiu, em 1998, uma "tabela de assessores especiais" — cargos com salários que variam de R\$ 400 a R\$ 4.500 e que seriam loteados entre deputados e autoridades.

As cotas distribuídas ficavam entre R\$ 20 mil e R\$ 50 mil. Cada um que recebia ficaria encarregado de arrumar gente suficiente para colocar na folha de pagamento do estado. Depois de aliciadas, as pessoas assinavam procurações dando direito de recebimento dos salários a gente de confiança dos envolvidos.

O Ministério Público Federal em Roraima quer apresentar denúncia de improbidade administrativa contra Flamarion por supostas irregularidades na aplicação de recursos da União, da ordem de R\$ 1,8 milhão.

F ó r u m

Nos próximos dias 11 e 12 de dezembro a secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos estará promovendo VI Fórum do Plano de prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do DF, no hotel San Marco. Na oportunidade estarão sendo proferidas palestras sobre o tema Incêndios Florestais. O Objetivo do Fórum é avaliar o trabalho realizado neste ano, através do Grupo Executivo do Plano de Preservação e Combate aos Incêndios Florestais, divulgar as pesquisas científicas referentes ao tema e trocar experiências com outras Unidades da Federação, a exemplo do estado de Mato Grosso, que será representado no Fórum por Romildo Gonçalves da Silva, graduado em Biologia/Geologia. Além de Professor, é Especialista em Incêndios Florestais e Perito em Desastres Naturais e Queimada Controlada. Contaremos com a presença de ilustres Instituições parceiras, que foram colaboradoras na prevenção e combate aos incêndios. O Secretário, Jorge dos Reis Pinheiro, pretende enfatizar a Educação Ambiental destacando as ações que possam efetivar resultados positivos para melhoria da Qualidade de Vida. O alvo principal, por determinação da lei, é a Preservação da Integridade do Cerrado. Considerando que o fogo é uma ameaça constante às Áreas Naturais na estação seca, ele acredita que esse Fórum é uma importante ação para o desenvolvimento de idéias e busca de soluções. O número de vagas é limitado. Informações e inscrições pelo telefone: 321-8061 e são gratuitas.

Suspeita reforçada

Uma contradição no depoimento à polícia de Diva Silva Briglia, ex-chefe de Gabinete Civil do governo de Roraima, complicou ainda mais a situação do governador do estado, Flamarion Portela (PT). Ao depor, ela disse que Portela sabia da existência de uma folha de pagamentos paralela, na qual foram incluídas pessoas indicadas por um ex-deputado estadual. Depois, procurou isentar o governador de qualquer responsabilidade nas fraudes.

O depoimento de Diva foi um dos mais longos tomados pela PF durante as investigações da Operação Praga do Egito, que desvendou o esquema de folha de pagamento fantasma de Roraima, conhecida como *folha gajanhoto*. Nas dez horas de interrogatório, ela contou como o esquema era feito, afirmando que muitas vezes atendia pedi-

dos de deputados, encaminhados pelo ex-governador Neudo Campos, preso na Cadeia Pública de Boa Vista.

Diva procurou não envolver Portela no esquema, mas caiu em contradição quando se referiu ao ex-deputado estadual Bernardino Alves Ciqueira. No depoimento, o ex-parlamentar contou que fizera indicações para a folha de pagamento paralela, e que o esquema era usado principalmente na campanha eleitoral do ano passado, quando o atual governador foi reeleito.

Em seu depoimento, Diva afirmou que Ciqueira fez entre 20 e 30 indicações em maio de 2002, e que comunicou isso a Portela, que não se opôs às contratações fantasmas. Por ter tido o aval do governador, a lista enviada pelo ex-deputado foi direcionada à própria Diva, na época secretária de Administração.

O GLOBO

A senatriz é muito boa no papel de vítima'

José Genoino ataca duramente a senadora Heloísa Helena e pede que radicais deixem o PT por iniciativa própria

Gerson Camarotti

BRASÍLIA. O presidente do PT, José Genoino, criticou duramente ontem a senadora Heloísa Helena e afirmou que a cúpula do PT não deverá ser influenciada pelo manifesto de intelectuais e esquerda, assinado também pelo lingüista americano Noam Chomsky, que protestam contra a expulsão dos radicais do PT.

O presidente do PT repetiu a crítica da senadora Ideli Salati (PT-SC), que chamou Heloísa Helena de "senatriz".

— Por que Heloísa não pode sair do PT logo? Ela só faz o que é bom para ela! Nós temos his-

tória. As pessoas não querem mais conviver com ela. Tirando (o senador Eduardo) Suplicy, ninguém mais agüenta a Heloísa! Tudo na vida tem ônus e bônus. Mas ela só quer bônus. O pior tipo de arbitrariedade é a burguesa. A senatriz é muito boa no papel de vítima. Se o PT é bom para eleger, por que não merece um pouco de consideração dos eleitos? — disparou Genoino.

O presidente do PT sugeriu que a senadora e os deputados radicais Luciana Genro (RS), João Batista Babá (PA) e João Fontes (SE) tomem a iniciativa de deixar o PT.

— Esse manifesto não vai in-

terferir na decisão do PT e também não cria constrangimentos. Quem é vítima desse processo é o PT. Se é verdade o que eles (os radicais) dizem do PT, por que eles não saem do partido? — questionou Genoino.

Senadora: "Não vou pedir generosidade de Genoino"

A senadora Heloísa Helena contra-atacou. Ela citou o episódio da Guerrilha do Araguaia, em que documentos divulgados recentemente indicam que o ex-guerrilheiro Genoino teria entregue companheiros ao prestar depoimento sob tortura.

— Não vou comentar o tra-

tamento de "senatriz" até para não parecer preconceito com os que se dedicam ao mundo da arte. Também não vou pedir generosidade de Genoino para que ele entenda a dor profunda que estou sentindo e nem solicitarei o tipo de benevolência cúmplice que ele tem tido com o governador Flamarion Portela (PT-RR). Se ele acha que estou fingindo, vou me sentir autorizada a acreditar o que dizem contra ele em relação ao episódio da Guerrilha do Araguaia. Não aceito que falem da minha dor desse jeito — reagiu Heloísa Helena. ■



FOLHA DE S. PAULO

Data: 05/12/03 Pág _____

O PT E OS “GAFANHOTOS”

É INDISCUTÍVEL que todo cidadão suspeito de algum delito deve ser considerado inocente até prova em contrário. Essa regra vale certamente para o governador de Roraima, Flamarion Portela (PT), que tem sido alvo de especulações em relação ao chamado escândalo dos “gafanhotos”. Como se sabe, a Polícia Federal trouxe à luz fortes indícios de um esquema de saque ao dinheiro público naquele Estado. Milhares de pessoas teriam sido incluídas na folha de pagamentos do governo (os “gafanhotos”), tendo parte de seus salários desviada. O ex-governador Neudo Campos foi preso, com mais 40 suspeitos, acusado de participar da fraude.

O atual governador, Flamarion Portela, que foi vice de Neudo Campos, assumiu em abril do ano passado — pois o titular saía para concorrer ao Senado. Segundo se noticia, a PF teria informações de que a folha de pagamentos de Roraima dobrou durante a primeira gestão — e a campanha — de Portela. O governador,

que tentava evitar os holofotes, já admitiu ter tido conhecimento “superficial” do esquema. Isso poderia ser suficiente para que tivesse promovido investigações. Além do mais, folhas de pagamentos deveriam merecer a atenção de governadores, em geral às voltas com restrições financeiras em seus Estados.

Tudo isso são raciocínios lógicos, mas nem sempre a lógica preside as ações humanas. Há casos também em que uma lógica anteriormente adotada é abandonada em novas circunstâncias. O PT, por exemplo, em relação aos “gafanhotos”, vai assumindo um padrão diferente de comportamento — a exemplo do que faz em outras áreas. O partido, sempre o primeiro a exigir apurações, agora tenta “esfriar” o caso, preocupado com o governador, recentemente filiado à agremiação. Essa atitude tem uma face saudável se representar o zelo de não condenar às pressas. Será, no entanto, lamentável se a cúpula do partido contribuir para retardar o passo das investigações.

FOLHA DE S. PAULO

RORAIMA *Presidente do PT classifica documento de radicais petistas de 'factóide'*

Genoino diz que Flamarion é 'modelo' de administrador

DO PAULISTA/IMBRAZIL

O presidente do PT, José Genoino, voltou ontem a defender o governador Flamarion Portela (RR), descartou o seu afastamento do partido e o comparou ao petista Jorge Viana, governador do Acre considerado um "modelo de administrador" no partido.

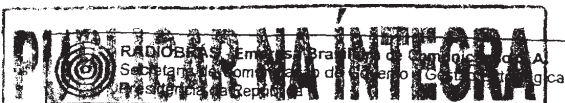
Segundo Genoino, Viana também foi criticado quando assumiu o governo do Acre, em 95, e prometeu acabar com a corrupção no Estado: "fomos que fazer em Roraima a cirurgia política que foi feita no Acre", afirmou.

Genoino deu as declarações ao comentar o manifesto de 15 deputados da esquerda do PT que pede o afastamento de Flamarion. O documento foi qualificado por ele como um "factóide".

"O que eu quero é que esses deputados colaborem com o esforço do PT para consertar o Estado de Roraima. A nossa posição é de apoiar as investigações do Ministério Público e já orientamos o Flamarion para que ele apure tudo. Ele não precisa nem de defesa, nem de acusação."

Anteontem à noite, Genoino se reuniu com os deputados do PT próximos ao governo. No encontro, ele também defendeu Flamarion e disse que não cabe ao partido, que aceitou sua filiação, tirar-lhe o apoio na "primeira dificuldade". Os deputados aceitaram seus argumentos, mas recomendaram que ele "não se queime" caso os indícios contra o governador se tornem mais fortes.

Na tarde de ontem, Genoino acusou os deputados que assinaram o manifesto de provocarem divergências internas no PT para tirar do foco o processo de expulsão de Heloísa Helena e de três deputados que votaram contra a reforma da Previdência. (10)



JORNAL	DIA	MES/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	05	DEZEMBRO/2003	NACIONAL	A	8

INVESTIGAÇÃO

Sob pressão, Flamarion admite deixar PT

Governador de Roraima diz não querer criar problemas para a direção do partido

EDSON LUIZ
e VERA ROSA

BRASÍLIA - Três horas depois de saber que deputados da chamada "esquerda" petista estão pedindo o seu afastamento do partido, o governador de Roraima, Flamarion Portela, admitiu que se sente desconfortável diante da pressão e, por isso, pode deixar o PT. "Não quero criar transtornos para o PT", afirmou. "Não quero que a direção nacional tenha problemas em sua base parlamentar. Se isso acontecer, saio com tranquilidade."

Flamarion disse que não pedirá para sair, mas entenderá se a cúpula tomar essa decisão. Abatido, o governador observou que o número de parlamentares que querem sua cabeça é "expressivo" e tem aumentado.

Na tarde de ontem, 13 deputados encaminharam petição à Executiva do PT solicitando que o partido afaste Flamarion, como "ação preventiva", até que sejam esclarecidos os fatos e definidas as responsabilidades. Outros ocuparam a tribuna para cobrar mais rigor da sigla.

"Claro que isso me incomoda. Sou um ser humano que tem sensibilidade, que tem vontade de acertar", argumentou. Acusado de envolvimento no "esquema de gafanhotos" - que abrigava funcionários fantasmas na folha salarial do governo de Roraima com o objetivo de desviar dinheiro público para políticos -, Flamarion continua negando sua participação na fraude.

Na Câmara, deputados de facções mais à esquerda no mosaico ideológico do PT duvidaram da versão apresentada pelo governador, que ontem conversou com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. "A saída de Flamarion do PT é uma medida sanitária", provo-

ca o deputado do Ivan Valente (SP), numa referência ao "esquema de gafanhotos". "Fico chocado com a punição de parlamentares do PT que vêm defendendo posições históricas enquanto um governador recém-chegado ao partido, com acusações gravíssimas, merece tolerância e amparo da cúpula", completou. Flamarion está filiado ao PT há apenas 8 meses.

Os radicais aproveitaram o episódio para lembrar que a reunião do Diretório Nacional do PT, marcada para os próximos dias 13 e 14, vai expulsar a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados Luciana Genro (RS), João Batista de Araújo (PA), o Babá, e João Fontes (SE), que votaram contra a reforma da Previdência.

"Esses deputados não estão preocupados em acabar com a corrupção em Roraima. Eles aproveitam a crise no Estado para fazer luta interna no partido, lamentavelmente", reagiu o presidente do PT, José Genoino, que se reuniu com Flamarion na noite de quarta-feira. Irritado, Genoino foi mais longe. "Eu gostaria que esses parlamentares fossem para Roraima e acompanhassem as investigações, em vez de ficar criando factóides no Salão Verde do Congresso."

A saída de Flamarion do PT é uma medida sanitária

Ivan Valente

As reações às estocadas de Genoino não tardaram. "Ele está nos desrespeitando em nome da defesa exacerbada de um recém-filiado", atacou o deputado Chico Alencar (PT-RJ), que, momentos antes, ocupara a tribuna da Câmara para dizer que a sociedade assiste "perplexa" ao desenrolar dos acontecimentos em Roraima.

"Isso não é julgamento nem linchamento público: é algo muito maior, que é a preservação da nossa legenda", discursou Alencar. Logo depois, lembrou que as ilações já começaram. "Há quem pergunte: será que essa estrelinha do PT está virando escudo?"

Comissão - Genoino destacou que a cúpula petista poderá criar uma comissão para investigar as denúncias que pesam contra o governador. "Nós não o defendemos nem o condenamos a priori", comentou.

Ameaçada de expulsão, Luciana Genro disse que a situação em que se encontra ilustra o "new PT", "moldado" pelo governo. "Nos 15 minutos que terei para fazer minha defesa, vou explorar o contraste entre a decisão de nos expulsar e, ao mesmo tempo, fechar os olhos de forma escandalosa para as evidências contra Flamarion", afirmou. "Esse governador é que devia estar na Comissão de Ética".

Mesmo diante de depoimentos na Polícia Federal nos quais aparecem indícios de que sabia da folha gafanhoto, responsável por R\$ 320 milhões em pagamentos para fantasmas, o governador insistiu no contrário. Num dos interrogatórios, o ex-chefe do Gabinete Civil Diva Silva Briglia admitiu que chegou a consultar Flamarion sobre uma lista de nomes enviados por um ex-deputado para ser incluída na folha. "Não conheço o depoimento dela", desconversou. E concluiu: "Todos pedem uma oportunidade de emprego."



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	05	DEZEMBRO/2003	NACIONAL	A	8A

Governador sabia de folha paralela, diz ex-secretária sobre magistrados, diz PF

BOA VISTA - Uma contradição no depoimento à polícia de Diva Silva Briglia, ex-chefe de Gabinete Civil do governo de Roraima, complicou ainda mais a situação do governador do Estado, Flamarion Portela (PT). Ela procurou isentá-lo de qualquer responsabilidade nas fraudes. Mas, em certo momento, disse que Flamarion sabia da existência de uma folha de pagamentos paralela, na qual foram incluídas pessoas indicadas por um ex-deputado.

O depoimento de Diva foi um dos mais longos dados à PF nas investigações da Operação Praga do Egito, que desvendou o esquema de folha de pagamento fantasma de Roraima, que ficou conhecida como folha gafanhoto.

Nas 10 horas de interrogatório, Diva contou como o esquema era feito, dizendo que muitas vezes atendia a pedidos de deputados, encaminhados pelo ex-governador Neudo Campos. Preso na Cadeia Pública de Boa Vista, Neudo se negou ontem a prestar seu primeiro depoimento. Ele afirmou que só falaria em juízo.

A ex-chefe do gabinete civil foi secretária de administração de Neudo e de Flamarion, quando este assumiu o poder com a

desincompatibilização do governador, de quem era vice. Aos delegados da PF ela contou que não achava estranho o volume de procurações apresentadas por deputados. Funcionária antiga do Estado, Diva disse que isso era normal entre servidores que moravam no interior, que passavam procurações para receberem seus salários.

Num depoimento que isentava Flamarion, Diva caiu em contradição quando se referiu ao ex-deputado estadual Bernardino Alves Cirqueira, adversário de Neudo, que se altou ao governador petista quando ele assumiu o governo. Ela disse que Cirqueira fez entre 20 e 30 indicações em maio de 2002, e que comunicou isso a Flamarion, que não

se opôs às contratações fantasmas. Por ter tido aval do governador, a lista enviada pelo ex-deputado foi direcionada à própria Diva, que na época era secretária da Administração.

Para a PF, o depoimento poderá esclarecer outros fatos e incluir novas pessoas entre os investigados, como o deputado federal Luciano Castro. Conforme Diva, em 2001, ele entregou a ela uma lista de 70 pessoas para serem contratadas com salários em torno de R\$ 500. (E.L.)

A Polícia Federal descobriu que a suposta organização criminosa promovia investigações secretas e formava dossiês sobre magistrados que não se alinhavam às suas pretensões ou que davam sentenças contrárias aos seus interesses. No escritório do lobista Wagner Rocha, o Peru - 32.º andar do Edifício Itália, Centro de São Paulo -, que está preso na Custódia da Polícia Federal, a Anaconda encontrou relatório minucioso sobre as atividades profissionais e o cotidiano do juiz federal Sidmar Dias Martins, que dirige a 8.ª Vara Previdenciária.

O magistrado foi até fotografado em várias ocasiões. Sua namorada, a desembargadora Suzana Camargo, do Tribunal Regional Federal (TRF), também foi seguida. Suzana é conhecida pelo rigor com que julga ações sobre crimes do colarinho branco e contra a ordem tributária. "Fico chateado em saber que tem gente bisbilhotando a minha vida", disse ontem Sidmar. "Eu imagino que poderiam tentar alguma chantagem

no futuro, mas não tenho pressões e estou tranquilo", avisou.

Sidmar está há 4 anos na Justiça Federal. Trabalhou na 5.ª Vara Criminal, antes de ir para o Fórum Previdenciário. Os arapongas da PF constatarem que o grupo quebrou o sigilo bancário e fiscal do juiz. Eles revelam que no dossiê há informações que só poderiam ser obtidas com ordem judicial. "Nesse documento há dados cobertos pelo sigilo fiscal, informações do Banco Central e dados cobertos pelo sigilo telefônico, demonstrando que houve um grande interesse em seguir os passos do magistrado", destaca relatório da Diretoria de Inteligência da PF enviado ao TRF.

Os federais observam que o dossiê é ilustrado com "fotografias (de Sidmar) em cenas do cotidiano, bem como fotos do carro e do imóvel onde reside". A PF não identificou o destinatário do dossiê. "O documento com informações do juiz seria destinado a pessoa identificada como sr. Guilherme", diz o relatório da PF. (F.M.)

N
DEPOIMENTO,
VERSÕES
CONFLITANTES

CASO SANTO ANDRÉ *Ministério Público acusou 25 funcionários de usar seus cargos para lesar o erário* **Promotoria pede devolução de R\$ 54 milhões**

Polícia deverá ouvir depoimento de empresário

PARTEIRAGMAGLOCAL

O delegado Luiz Fernando Teixeira, do DHPP (Departamento de Homocídios e Proteção à Pessoa), deverá convocar o empresário Sérgio Gomes da Silva para prestar depoimento no inquérito que investiga a possibilidade de ter havido um mandante para o sequestro e o assassinato de Celso Daniel, prefeito de Santo André morto em janeiro de 2002.

O depoimento, segundo a assessora do DHPP, só deve ser tomado no ano que vem.

Terceira presidente inquirido complementar aberto a pedido da família de Daniel. O delegado não questiona o inquérito feito anteriormente pela Polícia Civil de São Paulo, que levou à prisão seis acusados dos crimes.

O inquérito do crime é divida. A Polícia Civil apurou inicialmente que os acusados buscaram obter dinheiro com o sequestro do prefeito e que eles decidiram matá-lo. Se a versão de que existe um mandante se confirmar, a polícia terá de apurar os motivos. Investigam a hipótese o delegado Teixeira e os promotores do Ministério Público do Estado de São Paulo em Santo André.

O advogado de Gomes da Silva, Roberto Podval, disse não ver razão para seu cliente ser apontado como mandante e que os promotores foram "prematuramente" ao dizer que o denunciariam.

25 CASOS DE VÍCIOS DE SANTO ANDRÉ

1 Irregularidades em contratos com empresas para manutenção de sistema de iluminação pública. Dano ao erário: R\$ 1.167.856,20

2 Irregularidades em contratos com empresas para manutenção de sistema de iluminação pública. Dano ao erário: R\$ 22.058.144,30

3 Irregularidades em contratos com empresas para manutenção de sistema de iluminação pública. Dano ao erário: R\$ 9.630.312,90

4 Irregularidades em contratos com empresas para manutenção de sistema de iluminação pública. Dano ao erário: R\$ 13.867.022,13

5 Irregularidades em contratos com empresas para manutenção de sistema de iluminação pública. Dano ao erário: R\$ 362.250,00

6 Irregularidades em contratos com empresas para manutenção de sistema de iluminação pública. Dano ao erário: R\$ 4.158.458,00

7 Irregularidades em contratos com empresas para manutenção de sistema de iluminação pública. Dano ao erário: R\$ 3.605.031,46

8 Irregularidades em contratos com empresas para manutenção de sistema de iluminação pública. Dano ao erário: R\$ 13.867.022,13

LUAN CHRISTOFOLETTI

O Ministério Público de São Paulo pede na Justiça a devolução de pelo menos R\$ 54,89 milhões aos cofres públicos de Santo André e acusa 25 funcionários públicos de usar seus cargos para lesar o erário com contratos de prestação de serviço considerados ilegais.

Os contratos foram firmados durante a gestão do prefeito assinando do PT Celso Daniel (1997 a 2001 e 2002). —se foi firmado em janeiro do ano passado.

O valor total de restituição está distribuído em oito ações cíveis apresentadas pelo Ministério Público entre junho e novembro do ano passado. A acusação é de irregularidade administrativa (má gestão do dinheiro público).

Em dois processos, os promotores pedem que o erário devolva por Celso Daniel seja usado para ajudar a pagar o dano financeiro apurado.

Porém, qualquer pagamento ou restituição apenas ocorre após o das as etapas judiciais terem sido cumpridas. As oito ações ainda estão em trâmite na Justiça de primeira instância.

Limpeza
A Rodevali, empresa de limpeza pública que pertence a Roman Maria Pinto, é apontada nas ações oferecidas pelo Ministério Público como a mais beneficiada na gestão pevista.

O empresário, tido como o "principal favorecido" nos contratos, é citado em cinco processos que somam R\$ 42 milhões de danos ao erário, segundo os promotores.

As principais acusações são: despesas ilegais de licitação (procedimento obrigatório em órgãos públicos), adiantamentos do valor contratual sem justificativa consistente, inadmissível e restrição à

competitividade. Em um dos casos houve licitação, porém o vencedor Klunger Luiz de Oliveira Souza, na época secretário de Serviços Municipais, teria alterado as condições de edital para proposição favorecer o "amigo Roman" —segundo informaram os promotores na ação.

Longo período
Em agosto de 1998, a prefeitura abriu edital para contratar empresa de coleta de lixo no valor de R\$ 40 milhões para um prazo de 90 meses. Uma das condições impostas aos participantes era a comprovação de que tinham capacidade de assumir o serviço de alto valor e por um longo período.

Das 30 empresas que retiraram o edital, somente seis apresentaram proposta, sendo quatro inabilitadas —mas justamente pelo não cumprimento dessa cláusula do edital", disse a Promotora.

Quando a Rodevali ganhou, pediu a alteração dos termos contratuais, o que foi aceito pela Prefeitura de Santo André. O contrato de limpeza urbana foi assinado por R\$ 6,3 milhões para 12 meses de serviço.

Para os promotores, "isso demonstra claramente que o edital restringiu a concorrência e favoreceu (...) Roman Maria Pinto, amigo pessoal de Klunger Luiz de Oliveira Souza".

Criminal
De forma paralela aos processos cíveis, outras três ações tramitam na esfera criminal do Fórum de Santo André. Todas estão relacionadas à prefeitura pevista de Santo André.

Uma das ações criminais é sobre a suposta cobrança de propina de empresários do setor de transporte da cidade. Seis pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público. A denúncia (que mantém o início do processo na Justiça) ainda não foi aceita.

Para prefeitura, contratos eram "emergenciais"

PARTEIRAGMAGLOCAL

Os contratos questionados pelo Ministério Público, segundo a Prefeitura de Santo André, tinham caráter emergencial, pois estavam a prestação de serviços de limpeza urbana e segurança escolar.

A prefeitura informou, ainda que as contratações são regulares e não serviram para beneficiar qualquer empresário. Os documentos e os respectivos assinamentos, informou o órgão, foram colocados a disposição da Promotora.

Ex-secretário de Serviços Municipais, o vereador Klunger Luiz de Oliveira Souza (PT) afirmou que os contratos são regulares e negou qualquer tentativa de favorecimento ao empresário Roman Maria Pinto. Alegando que os processos, Souza pediu afastamento da secretaria após a divulgação das ações criminais e cíveis.

Roman Maria Pinto, em depoimento ao próprio Ministério Público, também negou ter sido beneficiado em qualquer contrato com a Prefeitura de Santo André.

Os pevistas de Santo André atribuem as investigações do Ministério Público a uma tentativa de prejudicar a imagem do partido. Os processos chegaram à Justiça em 2002, ano de campanha presidencial e após a morte de Celso Daniel.

(*) O Ministério Público não informou o valor a ser devolvido em cada um dos casos.

FULHA DE S. PAULO

Data: 05/12/03 Pág. A8

RORAIMA Deputados da esquerda petista defendem que governador se afaste do partido até término de apurações sobre desvio

Petistas pedem afastamento de Flamarion

OTAVIO CABRAL
RIO DE JANEIRO - ESTRELA

RANIER BRAGON
RIO DE JANEIRO - O GLOBO

Deputados da esquerda do PT civitaram ontem a Executiva Nacional petista um pedido de afastamento do governador Flamarion Portela (RR) do partido durante as investigações sobre seu suposto envolvimento com o esquema de desvio de recursos públicos do governo de Roraima.

Ratizados de "grupo dos 30" na votação das reformas na Câmara - quando se opuseram às alterações na Previdência -, esses petistas dizem que os filiados e simpatizantes estão "chocados" com

a possibilidade real de o nome do PT ser maculado naquilo que é questão de princípios: ética na política e combate à corrupção".

O manifesto foi articulado por duas correntes da esquerda petista: Força Socialista e Democracia Socialista, da qual faz parte a senadora Heloisa Helena (AL), que deve ser expulsa do PT no próximo dia 14. Assinam o manifesto 13 dos cerca de 30 deputados do grupo. A bancada do PT na Câmara tem 93 deputados.

A intenção do grupo é usar o caso Flamarion para dificultar a expulsão de Heloisa Helena e dos deputados Babá (PA), João Fontes (SE) e Luciana Genro (RS),

que votaram contra a reforma da Previdência. A esquerda imagina que a cúpula do PT possa retardar o julgamento dos radicais caso o pedido de afastamento de Flamarion seja retirado.

O conteúdo do manifesto foi decidido numa reunião ontem. O esboço foi feito pelo deputado Ivan Valente (SP), da Força Socialista, que coordenou o grupo.

"Destaque-se que o governador afirma que sabia superficialmente que havia algo errado com a folha de pagamento [de Roraima, fonte da suposta fraude]", diz a nota. "O governador, que disse ter vindo para 'honrar o PT', saberá entender a atitude diligente da dire-

ção partidária", finaliza o manifesto. Portela se filiou ao PT em março, vindo do nanico PSL.

No mandato passado, ele foi vice-governador de Neudo Campos, eleito pelo PPB (atual PP) e que está preso acusado de desviar recursos da folha de pagamento do Estado de Roraima.

Paralelamente ao manifesto, deputados da tendência Movimento PT, de centro, procuraram o presidente da sigla, José Genoíno, para reforçar o pedido de apuração irrestrita e defender o afastamento de Portela caso ele não apresente defesa consistente ou surjam fatos que o comprometam.

O presidente da Câmara, João

Paulo Cunha (PT-SP), e o líder da bancada, Nelson Pellegrino (BA), defenderam a posição adotada pela cúpula do partido, que é a de dar a Portela o voto de confiança e a oportunidade de se defender.

"Ainda não há nada comprovado. O partido está com a cautela necessária", afirmou João Paulo.

Radicais

Ontem, no Rio, os deputados petistas Babá e Luciana Genro também defenderam a expulsão de Flamarion Portela do partido.

A dez dias da reunião do diretório nacional do PT que deverá homologar a expulsão deles, do deputado João Fontes e da senadora

Heloisa Helena, os dois disseram que o episódio é o exemplo do que chamaram de "new PT" (no vo PT).

"Ao mesmo tempo que nos mantemos fiéis à história do partido, estamos sendo expulso do partido. Enquanto isso, seu Flamarion, não só não será expulso, como não será nem sequer ameaçado por uma comissão de ética. Essa é a foto do 'new PT', do PT que abraça figuras suspeitas de corrupção, figuras históricas das oligarquias tradicionais do país, como José Sarney, ACM e [Pres-tes] Quêrcia", disse Genro.

Colaboração: Sucursal do Rio

Governador pode deixar PT

PT - RORAIMA - 05 DEZ 2003

O governador Flamarion Portela admitiu ontem a possibilidade de deixar o PT. Pressionado pela ala radical petista, que pede sua expulsão, ele respondeu que a decisão sobre sua saída cabe ao partido, não a ele. "Se o partido, na sua grande maioria, não me quiser, não vou ter outra alternativa a não ser sair."

Mesmo assim, Portela afirmou que não se sente isolado na legenda hoje. "Não quero criar problemas para o PT", disse.

Ontem, o presidente do PT, José Genoíno, ouviu um relato de duas horas sobre as medidas que Flamarion disse ter tomado para acabar com o problema dos fantasmas na folha salarial. O relato será transmitido aos militantes.

Portela aproveitou o último dia da estada em Brasília para pedir verbas aos ministérios da Saúde e da Justiça. A Polícia Federal e o Ministério Público investigam desvios de recursos dessas duas pastas no Estado.

"Como governador, tenho obrigação de pedir. É meu dever lutar pelos recursos para o Estado", argumentou Flamarion ontem.

A PF investiga em Roraima o chamado "esquema dos gafanhotos", em que funcionários fantasmas foram cadastrados na folha salarial do Estado. O salário deles era sacado por procuradores e repassado a políticos e empresários locais.

A folha do Estado era administrada pela NSAP (Norte Serviços de Arrecadação e Pagamento).

A Controladoria Geral da União reuniu indícios de que parte do dinheiro da conta era proveniente de *convênios firmados pelo Estado com a União*. (IURI DANTAS)

Neudo não fala em depoimento

DA AGÊNCIA FOLHA, IMPRESSO

O ex-governador de Roraima Neudo Campos (PP), 55, negou-se ontem, em depoimento à força-tarefa que investiga o chamado "escândalo dos gafanhotos", a responder a cada uma das 50 perguntas feitas. Ele estava acompanhado de seus advogados.

Depois do depoimento, que durou cinco horas e foi dado a procuradoras da República e à Polícia Federal, Campos foi indiciado em 40 inquéritos sob suspeita de formação de quadrilha, peculato e outros crimes. Ele está preso desde o dia 26 na cadeia pública de Boa Vista. Campos é acusado de ser o mentor de fraudes na folha de pagamento do Estado que podem ter desviado mais de R\$ 230 milhões dos cofres públicos.

Campos governou Roraima de 1995 até abril de 2002, quando assumiu Flamarion Portela (então no PSL, hoje no PT), 38. Segundo os investigadores do caso, o ex-governador teria criado, em 1998, um esquema que teria incluído 5.500 pessoas que não trabalhavam na folha de pagamento. Os funcionários fantasmas ficaram conhecidos como "gafanhotos".

Deputados estaduais, conselheiros do Tribunal de Contas entre outros são acusados de ter cotas de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil a serem preenchidas. Campos, que nega as acusações, reclamou da forma com que foi preso e de uma suposta perseguição política.

(JAIRO MARQUES)

O GLOBO

Genoino muda tom e Flamarion admite deixar PT

Dizendo não estar convencido de nada, presidente do PT pede a governador que radicalize nas investigações

Gerson Camarotti, Jailton de Carvalho e Cristiana Lôbo*

• BRASÍLIA. Depois de passar a semana dizendo que não havia provas contra o governador de Roraima, Flamarion Portela (PT), e de ouvir dele mais de três horas de explicações sobre as denúncias de desvio de recursos da folha de pagamento do estado, o presidente do PT, José Genoino, disse ontem "não estar convencido de nada", mas afirmou que é preciso dar a chance de o governador apresentar a sua defesa.

— Não estou convencido de nada nem estou aqui para acusá-lo ou defendê-lo. Mas acho que ele deve detonar tudo e deixar a verdade aflorar, doa a quem doer — disse Genoino.

O presidente do PT foi objetivo com Flamarion e pediu a ele para "radicalizar nas investigações". Sugeriu que adotasse em Roraima o que o governador petista Jorge Viana fez no Acre, quando enfrentou o crime organizado e disse que dois assessores do governo do Acre devem ir a Roraima relatar a experiência.

— Flamarion, você só tem um caminho: radicalize na investigação e detone tudo. Não se defenda. Em vez disso, mos-

tre fatos, números, documentos. Funde uma república no estado de Roraima e reforce sua segurança pessoal — disse Genoino para o governador, segundo seu próprio relato. //

Flamarion reafirma inocência a Genoino

No início da reunião, Genoino perguntou a Flamarion se ele tinha algo com o esquema de corrupção. Ele negou e disse que a ação do Ministério Público e da Polícia Federal que resultou na Operação Praga no Egito só foi realizada a partir da documentação que enviou quando assumiu o governo em 2002, como vice de Neudo Campos.

Pressionado por petistas que pedem seu afastamento do partido, Flamarion admitiu ontem que poderá deixar o PT se a oposição a ele continuar crescendo. Ele sustenta que é inocente e não pode aceitar calado os ataques. E disse estar incomodado com as críticas de cunho ético do PT:

— Claro que isso me incomoda. Sou um ser humano, tenho sensibilidade, vontade de acertar e fazer as coisas com correção. Agora, se o partido decidir que eu não posso ficar, vou sair do PT.

O governador acrescentou, no entanto, que entrou no PT como militante e que, se depender apenas de sua vontade, fica no partido. As manobras pelo seu afastamento estão sendo articuladas pelo Movimento PT, tendência intermediária entre radicais e moderados. O Grupo dos 30, formado por uma corrente de esquerda, também defende o afastamento de Flamarion.

Embora reafirme que é inocente, o governador vê sua situação se complicar. Diva Briglia, ex-chefe da Casa Civil de Roraima, confirmou antontem à Polícia Federal que o ex-deputado estadual Bernardino Cirqueira foi incluído no esquema durante a gestão de Flamarion. Diva disse que Cirqueira não indicava gafanhotos — apelido dos servidores fantasmas — no mandato de Neudo Campos porque era da oposição. Em 2002, quando passou a apoiar Flamarion, o deputado ganhou o direito de indicar seus gafanhotos. ■

(*) Do GloboNews.com

► NO GLOBO ON LINE:

Ouçã as queixas de Flamarion
www.oglobo.com.br/pais

OPINIÃO

CONSELHO OFENSIVO

- DEPOIS DA reunião em Brasília com o governador Flamarion Portela, de Roraima, o presidente do PT, José Genoíno, revelou alguns conselhos dados ao visitante: apuração implacável de todos os aspectos do escândalo dos gafanhotos, doa a quem doer. Etc.

MAIS ÓBVIO, impossível. Não vale o preço da passagem de avião — nem o risco de que o governador se ofenda com o fato de que a direção do partido considerou necessário dar-lhe tais instruções.

Genoíno acusa esquerda petista de criar factóides

Grupo de 30 deputados irrita presidente do PT ao pedir o afastamento de Flamarion

• BRASÍLIA e RIO. Ao mesmo tempo em que adotou uma posição de cautela em relação à delicada situação do governador de Roraima, Flamarion Portela, o presidente do PT, José Genoíno, reagiu ontem à mobilização do Grupo dos 30, formado por deputados da esquerda petista. Em reunião realizada de manhã, o grupo liderado pelo deputado Ivan Valente (PT-SP) formalizou uma petição à Executiva Nacional do PT pedindo o afastamento do governador Flamarion Portela do partido até que os fatos sejam esclarecidos.

— Esse pessoal da esquerda está querendo fazer factóides no salão verde. É um esquerdismo sem rumo — reagiu.

Genoíno ainda citou o caso da vereadora Inês Paz, da Força Socialista, de Mogi da Cruzes e aliada de Valente. Ele lembrou que Paz foi acusada de receber dinheiro de funcionários de seu gabinete e que o PT deu apoio para que ela fi-

zesse a sua defesa. Valente reagiu a comparação.

— Essa mulher que ele cita tem tradição de 30 anos no socialismo e ela foi acusada pela direita da cidade comandada pelo deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), mas absolvida pela Justiça — disse Valente.

Luciana e Babá lamentam posição do PT

Os deputados federais Luciana Genro (RS) e Babá (PA), ameaçados de expulsão do PT, pediram ontem a abertura de comissão de ética para apurar o envolvimento de Flamarion Portela com denúncias de corrupção em Roraima.

— É uma contradição. Flamarion sabia de tudo e conhecia o processo dos gafanhotos. Mas o Lula prefere o Flamarion a seus antigos companheiros — disse Babá. ■

► NO GLOBO ON LINE:

Ouçã as críticas de Genoíno www.oglobo.com.br/pais

'FILIADES E SIMPATIZANTES DO PT ESTÃO CHOCADOS'

• A íntegra da nota divulgada ontem pelo Grupo dos 30 e endereçada à Executiva Nacional do PT:

"A sociedade brasileira assiste perplexa ao desenrolar dos acontecimentos em Roraima. As investigações do Ministério Público e da Polícia Federal escancararam um esquema de servidores públicos laranjas, os gafanhotos. O golpe envolve mais de 5.500 pessoas saqueando os cofres públicos em cerca de R\$ 500 milhões. Como já é público, estão presos o ex-governador do estado Neudo Campos e mais 44 envolvidos, entre os quais atuais e ex-parlamentares.

"Agora, várias testemunhas, algumas envolvidas diretamente no escandaloso caso de corrupção, acusam o governador Flamarion Portela (PT-RR) de não só manter mas, inclusive, ampliar a praga dos gafanhotos do governo Neudo Campos, quando, sendo vice, o substituiu, em abril de 2002, e depois, quando eleito governador pelo minúsculo PSL. Vale lembrar que Flamarion filiou-se ao PT apenas em março deste ano.

"Os filiados e simpatizan-

tes do PT estão chocados, não só com os fatos, mas com a possibilidade real de o nome do Partido dos Trabalhadores ser maculado naquilo que, para nós, é questão de princípio: ética na política e combate à corrupção. Destaque-se que o governador afirma que sabia superficialmente que havia algo errado com a folha de pagamento".

"Por tudo isso, propomos que a direção partidária afaste, como ação preventiva, o governador de Roraima dos quadros do Partido dos Trabalhadores, até que sejam esclarecidos os fatos e definidas as responsabilidades.

"Não se trata de tirar o direito de defesa de nenhum filiado do partido, nem de fazer julgamentos e condenações a priori. Mas as evidências e a gravidade dos acontecimentos recomendam medidas cautelares imediatas para preservar nosso patrimônio enquanto partido e garantir o máximo de isenção nas investigações.

"O governador, que disse ter vindo para honrar o PT, saberá entender a atitude diligente da direção partidária."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Eurípedes Camargo, V. Ex^a dispõe da palavra, por cinco minutos.

A Mesa faz um apelo a V. Ex^a, já que temos mais dois oradores que também pediram a palavra por, no mínimo, cinco minutos. A Mesa é complacente, mas faz o apelo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, desde o surgimento do Partido dos Trabalhadores, a interpretação sobre o partido e suas atitudes é uma constante na vida brasileira. Ainda bem que o PT enseja esse processo de discussão, por ser um partido vivo, um partido que tem por todos esse carinho, essa demonstração, essa preocupação. Essa inquietação do Partido, na verdade, tem contribuído para sinalizar as suas propostas para a construção da nossa sociedade. O PT tem riqueza de detalhes, ao longo de sua curta trajetória, embora muito profícua e consistente, incluindo a preocupação de todos os brasileiros que colocam essa discussão em pauta.

O Partido dos Trabalhadores se pauta, na verdade, pela política nacional. Não há um dia, no Parlamento brasileiro ou na imprensa, em que o Partido dos Trabalhadores não esteja estampado em suas páginas. Isso, portanto, reflete toda a pujança deste Partido. Com certeza, a composição de posições diferenciadas no Partido tem, dentro de sua metodologia e estrutura, todo um processo em que as questões são discutidas e do qual se tenta extrair um consenso.

A partir do consenso, o Partido passa, então, a entender a sua posição e a de todos os seus integrantes. Até lá, as discussões internas do Partido permeiam a questão democrática. A democracia é respeitada em seu dia-a-dia. Não sou um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, mas tenho nele toda uma trajetória, e já exerço o meu terceiro mandato, e o fiz de forma diferenciada: fui Líder da Oposição e da Situação da minha Bancada, aqui, no Distrito Federal; pertenci ao Governo tanto em nível federal quanto distrital. Agora, estamos vivendo um momento inverso. Mas entendo a posição do Partido nessa construção.

Com certeza, há agenda para essa discussão: será no próximo final de semana, em São Paulo. Historicamente, temos reuniões do Partido, durante o ano, para se dirimirem as dúvidas. Nessas ocasiões são discutidos temas como a constituição do Partido, suas linhas e trajetória.

Aproveito o momento para lembrar que o Presidente Lula, desde o início de seu Governo, tem visitado vários países. Por esse fato, tem recebido mais aplausos que críticas, sendo essas críticas pontuais, mais por comportamento do que por lisura e importância dessas visitas.

Ontem os jornais **O Globo**, **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo** trouxeram matérias sobre pretensas gafes cometidas. Hoje, **O Globo** se retrata com a matéria intitulada: “O brinde e a tradução”, de autoria de Ricardo Galhardo, com o subtítulo: “Lula não cometeu gafe ao saudar sírios”.

Na matéria, o jornalista se reporta ao **Dicionário Aurélio**, para definir a palavra brinde: “palavra de saudação a alguém no ato de beber”. E que “tanto faz se com bebida alcoólica ou não”, acrescentando palavras da cerimonialista Helena de Brito e Cunha, que completa: “Elegante mesmo é usar champanhe, mas brindar com água não é uma gafe. Nem aqui nem na Síria. Que fique registrado, portanto, o Presidente Lula não cometeu gafe ao propor um brinde aos presentes no jantar que lhe foi oferecido pelo Presidente da Síria”.

Na matéria, o jornalista cita outras situações, ocorridas com outros Presidentes, no mundo árabe e muçulmano, em que brindaram da mesma forma.

Era o registro que tinha a fazer a respeito da situação, cuja crítica, talvez, tenha sido precipitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Mão Santa, a Mesa faz um apelo para que V. Ex^a não ultrapasse os cinco minutos a que tem direito, para que possa conceder a palavra a mais um orador e depois encerrar os trabalhos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros presentes e que assistem à sessão pelo sistema de televisão, turismo é muito importante. Não vamos entendê-lo unicamente como oportunidade de dar emprego, trabalho, alegria e felicidade. Senadora Heloísa Helena, há muita gente fazendo turismo, mas me refiro ao turismo que foi esquecido neste primeiro ano de governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Mão Santa, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão por dez minutos, a fim de que tenha direito aos seus cinco minutos e a Presidência possa conceder a palavra a mais um orador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço, Sr. Presidente. Duzentos milhões de pessoas estão empregadas no setor de turismo. Diz a Senadora He-

loísa Helena que a possibilidade de empregos imediatos seria de 10%, mas o Governo perdeu a grande oportunidade. Um programa que deu certo, Senador Paulo Paim, foi o Prodetur, embora com a exclusão de Alagoas, que não satisfaz às condições de receita e endividamento. Mas foi um sucesso. No Piauí, quando governador, consegui investimento para estradas.

Estou na tribuna exatamente para pedir investimentos no Piauí.

Senador João Ribeiro, não se faz turismo onde há violência. É uma vergonha o Uruguai ter mais turismo que o Brasil. Mas o Piauí despertou para o turismo com perspectivas invejáveis.

O Prodetur I foi um marco, mas o Prodetur II ficou só em estudo. O ano passou, e não houve nenhum investimento no Nordeste. Havia, Senador João Ribeiro, 400 aeroportos funcionando com aviação comercial, e hoje há menos de 100. Quanto às estradas, não é preciso dizer nada, um quadro vale por dez mil palavras. No governo passado, 38% estavam em condições péssimas, hoje são 58%. A situação piorou. Sem transporte aéreo e com as estradas precárias é difícil fazer turismo. Perde-se oportunidade de emprego, que traz felicidade e alegria. Todos nós gostamos.

O Piauí sofre: em seu litoral, um desses aeroportos foi desativado. No Brasil, quase 300, o que é um quadro gritante. Não adianta nada aquele lero-lero do Duda. O povo diz que é mais fácil tapar o Sol com a peneira do que esconder a verdade. O fato é que quase 400 aeroportos que tinham linhas comerciais reduziram-se a menos de 100. As estradas pioraram muito: eram 38% emprestáveis, hoje são 58%. Essa é a realidade, Senador João Capiberibe.

Vim à tribuna alertar para a necessidade de melhoria das estradas e do transporte aéreo e dizer das perspectivas do Piauí. O nosso litoral é pequeno, de 66 quilômetros, mas tem uma das maravilhas que Deus fez: um delta. O que é um delta? O rio se lança de forma diferente da maioria dos rios: se abre, lembrando a letra grega delta. Senador Capiberibe, nós não sabemos grego. Mas o rio Parnaíba, que separa o Piauí do Maranhão, depois de percorrer 1.458 quilômetros, abre-se em cinco rios, lembrando uma mão, com certeza santa, porque cria 78 ilhas. Teresina, a primeira capital planejada, é mesopotâmica, está situada entre dois rios.

O Piauí tem três parques nacionais: Serra das Confusões, Sete Cidades e Serra da Capivara, este último abrangendo os Municípios de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias, onde foram encontrados

vestígios de uma civilização de 45 mil anos atrás. A pesquisadora Niède Guidon fez com que a escola francesa aceitasse sua tese, com base no estudo dos fósseis e desenhos rupestres achados naquele parque – a história de 45 mil anos foi aceita pela Sorbonne. Lá existe um museu do berço do homem americano, financiado pelo BID.

O que diz essa pesquisadora? “A atual situação dos sítios arqueológicos da Serra da Capivara é dramática. Em pleno estado de abandono, o projeto de visitação pública e de pesquisas e infra-estrutura de porte internacional tem sido negligenciado pelos governos.”

Senador Paulo Paim, nesse museu histórico do berço do homem americano, constata-se a coexistência do homem com a megafauna. Uma preguiça gigante, de sete metros, e um tigre dente-de-sabre são algumas espécies desenhadas sobre as paredes dos sítios no Piauí. No entanto, no parque, só há dois funcionários do IBAMA para cuidar de 130 mil hectares de área. Quadro semelhante ocorre no Parque Nacional das Sete Cidades e no Parque Nacional da Serra das Confusões. Guaribas, Município que fica nessa serra, tem sido motivo de **marketing** de desenvolvimento, mas praticamente não tem apoio do Governo Federal.

Essas são as minhas reivindicações. Meu agradecimento ao grande Presidente que me propiciou tempo para solicitar ao Governo Federal que recupere as estradas do Piauí e as linhas aéreas, que sempre existiram ao longo de todos os governos. Lembro-me, Senador Paulo Paim, de que saía da minha Parnaíba para o Rio de Janeiro. Havia uma empresa aérea no Pará, a Paraense Transporte Aéreo, PTA – ou, conforme diziam, “prepara a tua alma”. Somente neste Governo está acontecendo isso.

São essas as palavras e o convite do povo piauiense para que, neste fim de ano, encontrem a felicidade nos encantos turísticos do Piauí: o nosso litoral, a nossa capital e os nossos parques nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Conforme combinado, há três minutos para o Senador João Ribeiro e três minutos para o Senador João Capiberibe, e a sessão estará encerrada.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro a realização do 9º Congresso do Partido Socialista Brasileiro neste final de semana em Brasília. Aproveito para saudar todos os socialistas do Brasil, que,

neste final de semana, vão definir um sentido de modernidade para o nosso Partido e para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, neste ano, o PNUD publicou o **ranking** de desenvolvimento humano dos Estados brasileiros. Façamos uma comparação entre dois Estados gêmeos, que nasceram a partir dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição de 1988: o Estado de Roraima – cujo representante nesta Casa, Senador Augusto Botelho, está presente – e o Estado do Amapá. Os dois Estados foram criados ao mesmo tempo – foram instalados em 1991 – e os indicadores do PNUD mostram realidades diferentes.

O Índice de Desenvolvimento Humano é baseado na escolaridade, na longevidade, na mortalidade infantil e em vários aspectos sociais do desenvolvimento. O Estado de Roraima, que, em 1991, figurava na 8ª posição de melhor Índice de Desenvolvimento Humano, caiu para a 13ª posição. O Amapá, que estava na 13ª, subiu para a 12ª.

Ora, é necessário que se estudem os dois Estados, porque, neste momento, Roraima vive uma das piores crises da ética, em função da descoberta dos “gafanhotos”.

Eu queria mostrar que, no mesmo período, tive de enfrentar uma situação de extrema dificuldade, que está espelhada na execução orçamentária e financeira do meu Estado e de Roraima, agora descoberta e em fase de investigação. No Amapá, tive que enfrentar um cerco das instituições públicas, da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público. Tenho aqui os dados da evolução dos gastos dos Poderes.

De 1991, quando houve a instalação dos Poderes, até 1995, os gastos cresceram 512%. Fazendo a comparação entre os recursos do investimento e os gastos dos Poderes, em 1994 os investimentos foram da ordem de 98 milhões e os gastos com os Poderes, de 49 milhões. Em 1995, no meu primeiro ano de Governo, os investimentos caíram para 22 milhões e os gastos com os Poderes cresceram para R\$104 milhões. Daí a origem do confronto que tivemos. Era uma disputa para fazer prevalecer a vontade do povo do Amapá e garantir que os recursos fossem aplicados em função da vida coletiva.

Já que meu tempo é curto, vou abordar o assunto amanhã, fazendo uma análise comparativa dos dois casos.

Ontem, precisei encaminhar uma nota à redação da **Folha de S. Paulo** parabenizando o jornal pela cobertura que está fazendo do caso dos “gafa-

nhotos”, e, ao mesmo tempo, corrigindo a informação que dizia que eu tinha sido afastado do Governo do Amapá sob suspeita de desvio de dinheiro da educação. Na verdade, era uma manobra da Assembléia, apoiada pelas demais instituições do Estado, para garantir cada vez maiores transferências de recursos para essas instituições. Em nenhum momento fui afastado do Governo, até porque eu já tinha uma liminar do STF que garantia minha permanência.

A luta que desenvolvemos no Amapá está refletida nos dados do PNUD. Enquanto em Roraima os “gafanhotos” comiam a folha, lá eu resistia até as últimas conseqüências para garantir a estrutura do Estado. Amanhã, vou demonstrar que o dinheiro desviado da infra-estrutura do Estado e assistência social para essas instituições também teve efeito devastador na ética no Amapá.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, último orador inscrito, por três minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro quero agradecer a gentileza e a compreensão da Presidência, por ainda me conceder três minutos para fazer um registro importante.

No próximo sábado, pela manhã, a Arquidiocese de Brasília estará, por intermédio de Sua Eminência o Cardeal Dom José Freire Falcão, em oração consecratória, ordenando 11 novos padres, dentre os quais destaco, com alegria e satisfação, Rosivaldo Almeida de Sousa, filho de um líder importante do Tocantins, Osvaldo Rodrigues de Sousa, e da querida Vereadora, da cidade de Colinas do Tocantins, minha particular amiga, Raimundinha Almeida de Sousa, que, inclusive, se encontra na tribuna de honra.

Destaco, ainda, Sr. Presidente, a presença do Vereador Edmilson Gomes de Sousa (o popular Jacá), Presidente da Câmara Municipal daquela cidade, da Vereadora Maria Jucineuza Rodrigues de Miranda, de uma das famílias mais tradicionais de Tocantins e da nossa querida cidade de Colinas, além de mais de 80 fiéis que vieram do Estado do Tocantins para prestigiar essa solenidade tão importante.

O fato nos traz grande satisfação e alegria pela fé que depositamos nesses distintos representantes da Igreja, que levarão aos seus fiéis a palavra de Jesus Cristo.

Peço a Deus que ilumine e abençoe a todos, inclusive as famílias dos novos sacerdotes.

Sr. Presidente, nestes poucos segundos que me restam, quero registrar, com alegria, a presença da minha irmã Romilda Ribeiro, que veio de Palmas também para prestigiar esse evento, e da minha Secretária Josefa, filha da Vereadora Raimundinha.

A verdade é, Sr. Presidente, que o povo do Tocantins está orgulhoso, jubiloso por ter, além de outros filhos, esse filho de Deus, o nosso querido Padre Rosivaldo Almeida de Sousa, se ordenando amanhã na Arquidiocese de Brasília. Eu, infelizmente, não poderei estar na solenidade toda, porque vou ter que estar aqui no plenário, mas fica o convite para a Casa, para aqueles Senadores, Senadoras e funcionários que puderem estar na Catedral de Brasília participando desse ato de fé e de um momento cristão tão importante para a vida do povo brasileiro, que precisa tanto de oração, da palavra e de Deus no coração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência se soma ao Senador João Ribeiro nessa posição muito clara. Nossa total solidariedade neste momento tão importante para seu Estado e para o País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF. CCS Nº 114/2003.

Brasília, 2 de dezembro de 2003

Exmº Sr.

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Tendo recebido dessa Presidência, para fim de parecer, o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003 (nº 256, de 1991, na Casa de origem), de autoria da Deputada Jandira Feghali, que “regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências”, designamos a Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, constituída no âmbito deste Colegiado, para analisar e relatar a matéria.

Em reunião realizada ontem a Comissão, em face da relevância social da proposição, concluiu pela necessidade de realizar audiências públicas para instruir o estudo do projeto, reivindicando, para esse fim, ampliação do prazo para emissão de seu relatório.

Considerando estar o projeto já há longo tempo no Congresso, a circunstância de que agora se inicia o recesso (com interrupção de todos os trabalhos legislativos), e sobretudo a importância do tema para a cultura nacional, decidimos pela prorrogação pretendida. Após o que daremos, a V. Exa., imediata ciência da posição desse Conselho de Comunicação Social.

Vênia apenas para indicar, a V. Exa., que deliberaremos a respeito já em nossa primeira reunião, logo após o recesso parlamentar. Bem sabemos dos prazos que, regimentalmente, devemos cumprir. Mas confiamos na compreensão de V. Exa. Homem de cultura, compreenderá ser essa, no caso, a melhor alternativa para produzir uma legislação que corresponda às exigências do país.

Atenciosamente, – **José Paulo Cavalcanti Filho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que, com a extinção da urgência concedida ao **Projeto de Resolução nº 68, de 2003**, o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa continua a correr até o dia 10 do corrente, quarta-feira. Uma vez findo o referido prazo, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 1.582, de 2003, aprovado na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência ainda, antes de concluir os trabalhos, a Presidência gostaria de demonstrar a satisfação de toda a Mesa Diretora, porque hoje, numa sexta-feira, colaborando com o debate das reformas, estiveram aqui 45 Senadores, a maioria absoluta do **quorum** desta Casa.

Esta Presidência ainda agradece aos Líderes de todos os Partidos, da Situação e da Oposição, aos 81 Senadores, mesmo àqueles que discordam desse ou daquele ponto da reforma. Somente mediante esse grande entendimento, poderá ser realizada amanhã, às 10 horas, sessão para permitir que a PEC nº 77, que traz avanços – podemos discordar do mérito em relação à PEC nº 67 –, possa ser votada ainda antes do Natal.

Assim, devido a esse amplo acordo feito na Casa, haverá sessão amanhã – repito – às 10 horas e também no domingo às 10 horas. Isso é muito positivo. Quem ganha com isso é o Congresso Nacional e o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Reginaldo Duarte e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna desta Casa para abordar um tema que muito me inquieta. Em quase todos os países europeus e de colonização européia, continuam sendo pronunciados discursos enaltecendo a superioridade da raça branca sobre as demais.

Por conta disso, temos presenciado, em inúmeras sociedades, o avanço irracional de uma onda de perseguições, de discursos de extrema direita, de assassinatos e de outros atos extremamente racistas contra as minorias, notadamente as de origem árabe, negra, asiática e latino-americanas.

Devemos dizer que o recrudescimento desse ódio nos deixa extremamente preocupados, porque reflete um grave sintoma da fragilidade de nossas sociedades e dos Direitos Humanos.

Entendo que o mundo atual não pode mais se espelhar nos episódios sinistros que aconteceram na Alemanha nazista dos anos 1930 e 1940. Toda a carnificina acontecida naquele país e nos países conquistados pelas tropas nazistas, naquele terrível período do século XX, vitimou mais de seis milhões de judeus e milhares de pessoas pertencentes a outros grupos étnicos, que foram rebaixados, por um simples decreto dos dirigentes do chamado Terceiro Reich, à categoria de *sub-homens*.

Infelizmente, depois de sessenta anos desse genocídio, por incrível que possa parecer, essa rejeição racial violenta continua viva na memória, no comportamento e nas atitudes de alguns e pode, a qualquer momento, reeditar uma nova catástrofe humana.

Após o holocausto e o tribunal de Nuremberg, quando tudo fazia crer que estava finalmente decidido que as sociedades romperiam de vez com as premissas vergonhosas da segregação e do racismo, acabamos por concluir que as sombras do ódio entre os homens apenas adormeceram por alguns anos.

Nem mesmo as imagens chocantes dos campos de extermínio de Bergen-Belsen, Auschwitz, Sobibor, Treblinka, do Gueto de Varsóvia e de tantos outros lugares pavorosos que foram mostrados ao mundo com a derrocada do nazismo transformaram em definitivo as realidades sociais, os comportamentos e as mentalidades de muitas pessoas em numerosos países.

Nos Estados Unidos, por exemplo, no decorrer da década de 1960, as lutas pelo reconhecimento dos direitos civis foram ferozes e deixaram centenas de vítimas estendidas nas ruas de várias cidades americanas. Notadamente, negros, latino-americanos e asiáticos foram massacrados pelos policiais porque reivindicavam apenas os seus direitos fundamentais de cidadania.

Na África do Sul, também não foi diferente. Em seus tempos mais duros, a violência do *apartheid* inundou o país com o terror racial, deixando em seu rastro milhares de mortos. No auge dos choques segregacionistas, o exército sul-africano chegou a realizar pesquisas com o objetivo de desenvolver uma bactéria que fosse mortal apenas para os negros.

Na Europa, sobretudo no lado Ocidental, é notória a onda de racismo violento contra imigrantes árabes, africanos, turcos e orientais. O mesmo tipo de racismo prevalece também nas colônias africanas e asiáticas que foram dominadas sobretudo pela Inglaterra, França e Bélgica.

Veja por outra, nas principais cidades da Europa Ocidental, grupos saudosistas dos princípios do nacional socialismo, que levou Hitler ao poder na Alemanha, desfilam acintosamente, empunhando estandartes com dizeres racistas, pronunciando palavras de ordem racistas e fazendo a velha saudação nazista.

Na França, líderes dos Partidos de extrema direita, Frente Nacional (FN) e Movimento Nacional pela República (MNR), que pregam abertamente o racismo contra imigrantes e a pureza da raça branca, já têm acento no Parlamento Europeu, ocupando algumas cadeiras. O mesmo acontece em inúmeras cidades da França, onde conseguem, a cada eleição, eleger centenas de conselheiros regionais e inúmeros Prefeitos.

Mais grave, ainda, é o crescimento do racismo entre a população francesa, que já declarou, em pesquisa realizada em meados do ano passado, ser majoritariamente racista. Aliás, é importante ressaltar que a França, apesar de ser de origem latina e de ter tido boa parte do seu território ocupado durante séculos pelos mouros, é considerada como o segundo país mais racista da União Européia. Essa posição é superada apenas pela Bélgica, que espalhou o terror no Congo nos tempos da colonização.

Na Inglaterra do Primeiro Ministro socialista Tony Blair, a onda racista e o crescimento de grupos neonazistas já fazem parte do cotidiano dos recatados ingleses. As vítimas dessa ira étnica são sobretudo os indianos, os negros, os asiáticos e outros grupos de origem do Terceiro Mundo. Em diversas oca-

siões, são agredidos, maltratados, presos pelos motivos mais fúteis, expulsos e mesmo assassinados nas vias públicas.

Na Alemanha, onde surgiu o movimento xenóforo mais cruel da história recente da humanidade, a intolerância racista continua presente, e os movimentos de jovens nostálgicos do nacional socialismo não param de crescer.

O mesmo acontece na Áustria, onde o líder nazista Jörg Haider lidera o chamado Partido da Liberdade. Os maiores lemas do Partido são a restrição à imigração e a ameaça de expulsão de todos os estrangeiros. Convém destacar que, recentemente, uma aliança entre o Partido do Povo, de centro-direita, e o Partido da Liberdade, de extrema direita, permitiu a chegada deste último ao poder. Essa ascensão provocou uma verdadeira onda de apreensão entre as diversas lideranças européias democráticas.

No extremo norte europeu, onde pesquisa recente revelou que a Escandinávia é a região mais feliz do mundo para se viver, os movimentos nazistas não param de crescer, e o ódio contra estrangeiros também. Frequentemente, a região é abalada pela eliminação física das suas lideranças políticas mais proeminentes.

Não faz tanto tempo assim, foi em 1986, o Primeiro Ministro Olof Palme da Suécia, um dos ícones da Internacional Socialista, foi assassinado em plena via pública quando saía de um teatro.

No último mês de setembro, em uma fila do caixa de um supermercado sueco, na cidade de Estocolmo, foi a vez da Ministra do Exterior Anna Lindh, favorita para ser a Primeira-Ministra do País. Ela defendia a adoção do Euro pela Suécia, a ser decidida em plebiscito que seria realizado poucos dias após aquele em que foi assassinada. Sua eliminação causou um verdadeira comoção nacional.

Até na chamada "Europa morena", ensolarada, banhada pelo Mediterrâneo e outrora ocupada pelos mouros durante vários séculos, os ventos do racismo sopram fortes. Portugueses, espanhóis e italianos não gostam de negros e árabes. Nesses países, de maneira muito freqüente, essas comunidades são duramente perseguidas pela polícia e centenas são expulsos a cada mês dos seus territórios.

No Brasil, onde metade da população é constituída de negros e mulatos, os defensores da causa negra asseguram que existe uma igualdade formal que convive com um acentuado racismo, que subsiste de maneira escondida, sutil, sarcástica, paternalista e pejorativa contra os afro-descendentes.

Asseguram, igualmente, que o racismo brasileiro é dos mais ferozes, porque a elite dominante, a população branca, ao longo dos séculos, ignorou os negros e os mulatos, que sempre foram considerados por eles como a parte imprestável da sociedade.

Não é por acaso que as estatísticas estão aí para atestar o tamanho de nossa exclusão e para mostrar que, se fosse combatida a miséria dos negros e dos mulatos, os dados da indignação brasileira já poderiam ser comparados aos existentes na Espanha e em Portugal. Dessa maneira, levando em consideração o seu parque industrial já sofisticado e a sua agropecuária, que é uma das mais modernas do mundo, o Brasil seria, hoje, mais desenvolvido do que a Espanha.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a discriminação contra os afro-descendentes começa na rua e espalha-se de maneira profunda, contaminando todo o tecido social e todas as instâncias da sociedade.

Em uma batida policial, por exemplo, os primeiros a serem abordados são os negros e os mulatos. Em todos os lugares públicos, negros e pardos são olhados com curiosidade e vistos com desconfiança.

Nos edifícios onde moram os brancos ricos e a classe média bem posicionada, negros e pardos devem servir-se preferencialmente do chamado "elevador de serviço".

Um negro dirigindo um automóvel caro corre o sério risco de ser abordado pelo guarda de trânsito e de responder a um infindável número de perguntas indiscretas envolvendo o veículo e sua própria pessoa.

Em milhares de salas de aula, principalmente nas universidades, sejam elas públicas ou privadas, não é fácil encontrar estudantes negros e mulatos. O mesmo acontece nos teatros, nos concertos, nos restaurantes, em palestras, em aviões, em exposições de arte e nos painéis de propaganda colocados nas ruas e nas estradas.

Nas novelas da televisão, os personagens brancos são sempre os mais bonitos, os empresários, os políticos, os intelectuais, os conquistadores e os mais influentes. Aos negros e mulatos, quase sempre são destinados os papéis de motoristas, ascensoristas, seguranças, mordomos e empregadas domésticas.

Em termos profissionais, em princípio, essas ocupações não deveriam ser vistas como desmerecedoras, mas, em nossa sociedade, são as menos valorizadas. Outros papéis destinados quase sempre aos negros e mulatos são os de trabalhadores da construção civil, bandidos, dançarinos de Escola de

Samba, habitantes de favelas, pais-de-santo, lutadores de boxe, pagodeiros e cartomantes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é chegada a hora da inclusão econômica, política e social absoluta da metade marginalizada de nossa população que é formada pelos negros, pelos mulatos e pelos índios. Não podemos mais suportar que 74 milhões de afro-brasileiros continuem permanecendo na escuridão do semi-analfabetismo. Não é justo que apenas 14% dos negros tenham acesso aos estudos no nível médio, contra 25% dos brancos e 41% dos amarelos. É igualmente injusto saber que 71% dos negros têm no máximo o primeiro grau, e que apenas 4% concluem um curso superior, contra 13% dos brancos.

Precisamos, portanto, igualar imediatamente o Brasil, abrir oportunidades iguais para todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de cor, de raça, de credo e de sexo. Só assim seremos capazes de eliminar o racismo e conquistar o nosso grande sonho, que é a construção da maior sociedade multirracial do mundo, plenamente desenvolvida, democrática e solidária.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado!

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

A ESTRATÉGIA PETISTA PARA 2004

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, neste momento, para comentar artigo publicado na edição de 17 de novembro do jornal **Folha de SPaulo**.

O artigo, intitulado “Lula e o PT em 2004”, é de extrema atualidade, pelo que entendo que a sua inserção nos anais do Senado é oportuna e serve, inclusive, de alerta para a estratégia que o Governo do PT pretende adotar para as eleições de 2004, “soltando as amarras” a fim de eleger o maior número de prefeitos possível.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Lula e o PT em 2004

BRASÍLIA - É desaconselhável fazer previsões em política. Ocorre que há indicações claras de que 2004 será um ano para lá de positivo para o PT e para o presidente Lula no tocante às eleições municipais.

Há as ressalvas de sempre. Uma grave crise econômica internacional ou algum escândalo de ordem ética e moral na banda fisiológica do governo são fatores intangíveis que podem atrapalhar os petistas.

Haveria também o risco de problemas crônicos falarão mais alto nas eleições. Por exemplo, a falta de segurança nos grandes centros.

Para sorte dos políticos — e azar da sociedade —, esse tipo de flagelo endêmico só se manifesta de maneira mais negativa sobre os governantes se as classes média e alta são afetadas por um fato de primeira grandeza, como o do casal de adolescentes assassinado em São Paulo.

Em condições normais de temperatura e pressão, sem fatores extracampo, o que conta na hora do voto é o dinheiro que cada um tem no bolso.

Mesmo de forma inconsciente, cada eleitor se autoquestiona antes de apertar o botão na urna eletrônica: “Estou pior, igual ou melhor do que há quatro anos?”. Se a resposta for igual ou melhor, a tendência é sempre votar no governo ou em candidatos do poder hegemônico.

Já é um fato consumado que a economia brasileira crescerá em 2004. Impossível dizer se o avanço será de 3% ou 4%, mas ficará nessa redondeza. É pouco para um país miserável como Brasil? Sim, é pouquíssimo. Só que na comparação com o pífio desempenho deste ano, muita gente terá a sensação de estar chegando ao paraíso ou perto dele.

O PT sabe disso. Fez o trabalho “sujo” de ortodoxia econômica neste primeiro ano de governo Lula. Soltará as amarras em 2004 e elegerá algumas centenas de prefeitos.

★

Marta Suplicy já torrou mais do que Celso Pitta em propaganda. O PT não está no poder a passeio.

FOLHA DE SÃO PAULO
12.11.03



Reginaldo Duarte
Senador - PSDB/CE

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) –

GERAÇÃO DE EMPREGOS

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para comentar a nota de autoria do jornalista Elio Gaspari publicada no jornal **O GLOBO** de 30 de novembro do corrente, na seção “Eremildo, o idiota”.

O texto, que solicito seja inserido nos anais do Senado, trata de declaração do Ministro do Trabalho,

Jaques Wagner, de que durante o governo petista foram criados um milhão de postos de trabalho, mas que esse número foi “atropelado” com a chegada de 1,5 milhão de pessoas ao mercado de mão-de-obra.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

ELIO GASPARI

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

Eremildo, o idiota

Eremildo é um idiota e acredita em tudo o que o governo diz. Graças ao ministro do Trabalho, Jaques Wagner, se deu conta da extensão do êxito de Lula na criação de empregos. O idiota viu quando o doutor Wagner informou que, durante o governo petista, criaram-se um milhão de postos de trabalho.

Doutor Wagner ensinou que esse número virtuoso foi atropelado porque “chegou 1,5 milhão de pessoas” ao mercado de mão-de-



obra.

O idiota entendeu que o problema foi criado por 500 mil pessoas que, podendo nascer em Marte, resolveram nascer no Brasil.

Eremildo vai procurar o doutor Wagner, levando-lhe uma proposta do rei Herodes. Matando-se os recém-nascidos de 2003 (como ele fez na Judéia) evita-se que a meninada pressione o mercado de trabalho em 2023.

O idiota avisa: não adianta matar aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 41 minutos.)

AVISO

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador João Alberto Souza, comunica que a 12ª Reunião do Conselho está convocada para o dia 9 de dezembro, terça-feira, às 17 horas, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a oitiva do Senhor Anthony Garotinho na Representação nº 3, de 2003.

PARECER nº 141, de 2003 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 39, de 2003–CN, que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 38.213.024,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado WASNY DE ROURE

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 123, de 2003–CN (nº 530/2003, na origem), o Projeto de Lei nº 39, de 2003–CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), no valor de R\$ 38.213.024,00 (trinta e oito milhões, duzentos e treze mil e vinte e quatro reais).

Nos termos da Exposição de Motivos nº 311/2003/MP, de 13 de outubro de 2003, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, que acompanha a proposição, a abertura de crédito suplementar tem por finalidade efetivar as seguintes alterações no orçamento vigente do MAPA e do MDA:

Órgão/Unidade Orçamentária	R\$ 1,00	
	Suplementações	Cancelamentos
22.000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	28.950.092	28.950.092
22.101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14.900.000	17.700.000
22.202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	10.247.092	10.247.092
22.211 - Companhia Nacional de Abastecimento	3.300.000	500.000
22.906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	503.000	503.000
49.000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	9.262.932	9.262.932
49.101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	38.000	38.000
49.201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	9.224.932	9.224.932
TOTAL	38.213.024	38.213.024

Em relação às suplementações, a referida EM. traz os seguintes esclarecimentos:

A parcela dirigida à Administração direta do MAPA (R\$ 14.900.000,00) destina-se a cobrir despesas com a manutenção da sede do Órgão, das Delegacias Federais de Agricultura nos Estados, do Instituto Nacional de Meteorologia e da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira, bem como para custear gastos com o pagamento do auxílio-transporte decorrentes de aumento de preços nas passagens; para permitir a continuidade do atendimento da assistência médica e odontológica aos servidores em função de reajuste no contato de prestação desse serviço.

A dotação adicional proposta para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, no valor de R\$ 10.247.092,00, objetiva viabilizar não só o pagamento de auxílios e de assistências aos empregados e seus dependentes, mas também a geração de tecnologias nas culturas de cereais e de frutas, na preservação de alimentos de origem agrícola e na automação agropecuária.

Quanto à suplementação da CONAB, o valor de R\$ 3.300.000,00 destina-se à manutenção da Unidade, tendo em vista a elevação nos seus custos com reativação de 34 armazéns para guarda de alimentos.

No tocante ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, a suplementação de R\$ 503.000,00 visa complementar dotação necessária ao pagamento da Contribuição à Organização Internacional do Café.

A parcela de R\$ 38.000,00 em favor da Administração direta do MDA suplementa dotações destinadas ao custeio de benefícios aos servidores e dependentes em decorrência tanto da elevação de custos em razão do ingresso de 31 novos beneficiários na assistência médica e odontológica e de 19 no auxílio-alimentação. No INCRA, a parcela no valor de R\$ 9.224.932,00, destina-se a fazer face ao aumento no custo da assistência médica e odontológica e do auxílio-transporte, bem como para ampliar o atendimento a assentados em projetos de reforma agrária mediante a alfabetização de mais 11.200 jovens e adultos.

Os recursos necessários à abertura desse crédito serão provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias, sendo R\$ 28.950.092,00 da programação do MAPA e R\$ 9.262.932,00 da programação do MDA.

Informa-se, ainda, que o referido cancelamento, efetuado em despesas primárias, em nada prejudicará o desenvolvimento da programação prevista, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício. Além disso, a referida EM. destaca que o cancelamento no valor de R\$ 14.700.000,00 proposto na ação “Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural”, não afetará o atendimento aos beneficiários, uma vez que a projeção dos preços referenciais do subsídio apresentada pelo MAPA indica que não será devida subvenção em relação à borracha produzida neste exercício.

O projeto recebeu quatorze emendas das quais seis propõem suplementar diversos subtítulos da programação daquela Pasta para este exercício e oito propõem

recompor total ou parcialmente os valores de ações oferecidos como cancelamento no projeto de lei em análise, conforme pode se verificar nas tabelas a seguir:

AUTOR	Nº DA EMENDA	AÇÃO SUPLEMENTADA	VALOR (R\$ 1,00)
Dep. PEDRO CHAVES	00001	20.752.0806.1494.2184	2.000.000
Dep. PEDRO CHAVES	00002	20.606.0806.1494.1610	500.000
Dep. ZÉ GERARDO	00007	20.752.0806.1494.2378	500.000
Dep. ZÉ GERARDO	00008	20.752.0806.1494.2378(*)	500.000
Sen. FERNANDO BEZERRA	00012	20.605.0806.1494.2190	200.000
Sen. FERNANDO BEZERRA	00013	21.631.0136.3667.0124	300.000

(*) Observe-se que esta funcional-programática não corresponde ao subtítulo apresentado na Emenda 00008.

AUTOR	Nº DA EMENDA	CANCELAMENTO RECOMPOSTO	VALOR (R\$ 1,00)
Dep. NELSON MEURER	00003	20.605.0806.1494.1856	700.000
Dep. NELSON MEURER	00004	20.606.0806.1494.1854	684.743
Dep. RICARDO BARROS	00005	20.606.0806.1494.1854	684.743
		20.605.0806.1494.1856	700.000
Dep. PASTOR FRANKEMBERGEN	00006	20.605.0806.1494.1858	700.000
Dep. PAUDERNEY AVELINO	00009	20.601.0353.0079.0001	9.400.000
Dep. EDUARDO SCIARRA	00010	20.605.0806.1494.1856	700.000
Dep. JOSÉ BORBA	00011	20.606.0806.1494.1854	684.743
		20.605.0806.1494.1856	700.000
Dep. ALCESTE ALMEIDA	00014	20.605.0806.1494.1858	700.000

Ressalte-se ainda que se encontra na referida Exposição de Motivos o esclarecimento do MPOG de que a abertura do presente crédito não afetará a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício.

II – VOTO

De fato, a análise da execução orçamentária das ações onde se propõem as suplementações, deixa transparecer, pelos razoáveis níveis de execução, medidos pela relação entre o valor empenhado até o dia 10/10/2003 e o da respectiva autorização

legislativa (ver tabela abaixo), a existência de possíveis dificuldades para o cumprimento da programação estabelecida para a quase totalidade dos subtítulos.

SUBTÍTULOS SUPLEMENTADOS	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Valor Empenhado/Autorizado (%)
Administração da Unidade – Nacional	22101	94,5
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – Nacional	22101	63,6
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional	22101	83,9
Pesquisa e Desenvolvimento em Fruticultura – Nacional	22202	83,1
Pesquisa e Desenvolvimento em Beneficiamento, Processamento e Preservação de Produtos Agrícolas	22202	59,3
Pesquisa e Desenvolvimento em Cereais – Nacional	22202	88,3
Desenvolvimento Tecnológico para Automação de Processos na Produção Agropecuária – Nacional	22202	10,8
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados e seus Dependentes – Nacional	22202	89,0
Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados – Nacional	22202	85,3
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados – Nacional	22202	89,9
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados – Nacional	22202	99,5
Administração da Unidade – Nacional	22211	89,4
Contribuição à Organização Internacional do Café – OIC	22906	80,4
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – Nacional	49101	100,0
Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados – Nacional	49101	85,0
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados – Nacional	49101	100,0
Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária – Nacional	49201	80,7
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – Nacional	49201	100,0
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados – Nacional	49201	100,0

Fonte: SIAFI/STN/MF. Elaboração COFF/CD. Dados atualizados até 10 de outubro de 2003.

Notamos, entretanto, que o nível de execução orçamentária da ação “Desenvolvimento Tecnológico para Automação de Processos na Produção Agropecuária – Nacional”, calculado em 10,8%, indica que o problema a ser resolvido estaria mais ligado aos aspectos financeiros do que de suplementação orçamentária – objeto único da

presente proposta de crédito. Ou seja, de uma dotação de R\$ 2,6 milhões, apenas R\$ 279 mil haviam sido empenhados até o dia 10 de outubro do corrente.

A propósito dessa observação, é mister esclarecer que recebemos, em tempo, justificção do Departamento de Administração Financeira da EMBRAPA, expondo, em detalhes, as razões dos baixos percentuais de execução da citada ação e, ainda, assegurando a realização da programação nela prevista a partir de novembro do corrente, contornadas que foram, as restrições anteriormente existentes.

Em resumo, as análises que empreendemos nos indicaram haver coerência com dispositivos da legislação orçamentária em vigor e adequação e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2003 (Lei nº 10.524/2003), com a Lei de Orçamento Anual - LOA 2003 (Lei nº 10.640, de 14/01/2003) e com o PPA 2000-03 (Lei nº 9.989/2000 e alterações). Verificamos, também, em conformidade com o art. 13, da Resolução nº 1/2001-CN, que nenhum dos itens suplementados contém, de acordo com informações do Tribunal de Contas da União, indícios de irregularidades graves.

Quanto às emendas apresentadas ao projeto, apesar de merecerem nossa atenção especial, tivemos de rejeitá-las. E a razão dessa decisão está devidamente explicada em nosso Relatório, quando avaliamos a importância desse crédito para atender os compromissos da Administração.

Assim, diante do exposto, **votamos pela rejeição das emendas apresentadas e pela aprovação do Projeto de Lei nº 39, de 2003-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de de 2003

Deputado  **WASNY DE ROURRE**

Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária, realizada em 03 de dezembro de 2003, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado WASNY DE ROURE nos termos do **Projeto de Lei nº 39/2003-CN. APROVOU** também, por unanimidade, por intermédio de Destaque, **as Suplementações/Cancelamento das seguintes programações: Anexo I (Suplementação), Unidade Orçamentária nº 22.101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Funcional Programática nº 20.606.0806.1494.1854 – Apoio ao Sistema Estadual de Pesquisa Agrícola e Assistência Técnica Rural do Estado do Paraná, no valor de R\$ 684.743,00 e Funcional Programática nº 20.605.0806.1494.1856 – Apoio ao Desenvolvimento Rural nos Municípios do Estado do Paraná no valor de R\$ 700.000,00; Anexo II (Cancelamento) – Unidade Orçamentária nº 22.101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Funcional Programática nº 20.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade - Nacional, no valor de R\$ 1.384.743,00.** Ao Projeto foram apresentadas 14 (catorze) emendas, das quais foi APROVADA a de nº 05, de autoria do Deputado Ricardo Barros, e REJEITADAS as demais.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, João Ribeiro, Segundo Vice-Presidente, Almeida Lima, Amir Lando, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Eurípedes Camargo, Fátima Cleide, Geraldo Mesquita Júnior, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Serys Silhessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Moura, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlos Nader, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Almeida, João Batista, João Correia, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Machado, Manato, Manoel Salviano, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Maurício Rands, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Osvaldo Coêlho, Paulo Afonso, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 03 de dezembro de 2003.


Senador **GILBERTO MESTRINHO**
Presidente


Deputado **WASNY DE ROURE**
Relator

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 39/2003-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$38.213.024,00 (trinta e oito milhões, duzentos e treze mil, vinte e quatro reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente".

Sala de Reuniões, de dezembro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente, Deputado **Wasny de Roure**, Relator.

PROJETO DE LEI Nº 39, DE 2003 – CN

MENSAGEM Nº 123, DE 2003-CN

(Nº 530/2003, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária

e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$36.828.281,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$36.828.281,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e oitenta e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750	Apoio Administrativo							8.015.257
	ATIVIDADES							
20 122	0750 2000 Administração da Unidade							8.015.257
20 122	0750 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional							8.015.257
		F	3	2	90	0	100	8.015.257
0791	Valorização do Servidor Público							5.500.000
	ATIVIDADES							
20 301	0791 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							4.500.000
20 301	0791 2004 0001 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							4.500.000
		S	3	2	90	0	100	4.500.000
20 331	0791 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados							1.000.000
20 331	0791 2011 0001 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional							1.000.000
		F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL	- FISCAL							9.015.257
TOTAL	- SEGURIDADE							4.500.000
TOTAL	- GERAL							13.515.257

ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 UNIDADE: 22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	F	G	N	D	R	M	O	I	U	F	T	E	VALOR
0354	Desenvolvimento da Fruticultura - PROFRUTA															120.000
ATIVIDADES																
20 572	0354 4243	Pesquisa e Desenvolvimento em Fruticultura														120.000
20 572	0354 4243 0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Fruticultura - Nacional														120.000
		F	3	2	90	0	100									120.000
0356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas															143.100
ATIVIDADES																
20 572	0356 2164	Pesquisa e Desenvolvimento em Beneficiamento, Processamento e Preservação de Produtos Agrícolas														143.100
20 572	0356 2164 0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Beneficiamento, Processamento e Preservação de Produtos Agrícolas - Nacional														143.100
		F	3	2	90	0	100									143.100
0361	Produtividade de Cereais															407.700
ATIVIDADES																
20 572	0361 2155	Pesquisa e Desenvolvimento em Cereais														407.700
20 572	0361 2155 0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Cereais - Nacional														407.700
		F	3	2	90	0	100									407.700
0364	Agricultura de Precisão															49.200
ATIVIDADES																
20 572	0364 4241	Desenvolvimento Tecnológico para Automação de Processos na Produção Agropecuária														49.200
20 572	0364 4241 0001	Desenvolvimento Tecnológico para Automação de Processos na Produção Agropecuária - Nacional														49.200
		F	3	2	90	0	100									49.200
0791	Valorização do Servidor Público															9.527.092
ATIVIDADES																
20 301	0791 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes														3.684.024
20 301	0791 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional														3.684.024
								S	3	2	90	0	100			3.684.024
20 365	0791 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados														114.120
20 365	0791 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional														114.120
		F	3	2	90	0	100									114.120
20 331	0791 2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados														113.510
20 331	0791 2011 0001	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional														113.510
		F	3	1	90	0	100									113.510
20 306	0791 2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados														5.615.438
20 306	0791 2012 0001	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional														5.615.438
		F	3	1	90	0	100									5.615.438
TOTAL - FISCAL															6.563.068	
TOTAL - SEGURIDADE															3.684.024	
TOTAL - GERAL															10.247.092	

ÓRGÃO: 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário
 UNIDADE: 49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0047	Educação de Jovens e Adultos							3.500.000
	PROJETOS							
21 361	0047 7857 Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária							3.500.000
21 361	0047 7857 0001 Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária - Nacional							3.500.000
		F	3	2	90	0	176	3.500.000
0791	valorização do Servidor Público							5.724.932
	ATIVIDADES							
21 301	0791 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							4.473.216
21 301	0791 2004 0001 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							4.473.216
		S	3	2	90	0	176	4.473.216
21 331	0791 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados							1.251.716
21 331	0791 2011 0001 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional							1.251.716
		F	3	1	90	0	176	1.251.716
TOTAL - FISCAL								4.751.716
TOTAL - SEGURIDADE								4.473.216
TOTAL - GERAL								9.224.932

ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 UNIDADE: 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

REGIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0353	Produção de Borracha Natural							14.700.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 601	0353 0079 Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural (Lei nº 9.479, de 1997)							14.700.000
20 601	0353 0079 0001 Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural (Lei nº 9.479, de 1997) - Nacional	F	3	1	90	0	100	14.700.000
0354	Desenvolvimento da Fruticultura - PROFRUTA							700.000
	PROJETOS							
20 601	0354 7062 Estímulo ao Desenvolvimento da Fruticultura							700.000
20 601	0354 7062 0010 Estímulo ao Desenvolvimento da Fruticultura - Estímulo ao Desenvolvimento da Fruticultura no Estado do Rio Grande do Sul - RS	F	4	2	40	0	100	700.000
0681	Gestão da Participação em Organismos Internacionais							15.257
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 212	0681 0075 Contribuição à Organização Internacional do Cacau - OICC							15.257
20 212	0681 0075 0001 Contribuição à Organização Internacional do Cacau - OICC - Nacional	F	3	2	80	0	100	15.257
0791	Valorização do Servidor Público							200.000
	ATIVIDADES							
20 365	0791 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							200.000
20 365	0791 2010 0001 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	2	90	0	100	200.000
0806	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário							700.000
	PROJETOS							
20 605	0806 1494 Estímulo à Produção Agropecuária							700.000
20 605	0806 1494 1858 Estímulo à Produção Agropecuária - Expansão, Fortalecimento e Diversificação da economia Agropecuária no Estado de Roraima - RR	F	3	2	40	0	100	700.000
TOTAL	- FISCAL							16.315.257
TOTAL	- GERAL							16.315.257

ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 UNIDADE: 22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0466	Biotecnologia e Recursos Genéticos - GENOMA								10.247.092
ATIVIDADES									
20 572	0466 2006								10.247.092
20 572	0466 2006 0001								10.247.092
		F	4	2	90	0	100		3.217.063
		F	3	2	90	0	100		7.030.029
TOTAL - FISCAL									10.247.092
TOTAL - GERAL									10.247.092

ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 UNIDADE: 22211 Companhia Nacional de Abastecimento

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0352	Produção e Abastecimento Alimentar								500.000
ATIVIDADES									
20 605	0352 2137								500.000
20 605	0352 2137 0001								500.000
		F	3	2	90	0	100		500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 UNIDADE: 22906 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0350	Desenvolvimento da Economia Cafeeira								503.000
PROJETOS									
20 601	0350 1021								503.000
20 601	0350 1021 0001								503.000
		F	3	2	90	0	180		503.000
TOTAL - FISCAL									503.000
TOTAL - GERAL									503.000

ÓRGÃO: 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário
 UNIDADE: 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0139	Gestão da Política Fundiária							38.000
	PROJETOS							
21 126 0139 7020	Implantação de Sistema Integrado de Gerenciamento da Execução da Reforma Agrária e Agricultura Familiar							38.000
21 126 0139 7020 0001	Implantação de Sistema Integrado de Gerenciamento da Execução da Reforma Agrária e Agricultura Familiar - Nacional	F	3	2	90	0	100	38.000
TOTAL - FISCAL								38.000
TOTAL - GERAL								38.000

ÓRGÃO: 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário
 UNIDADE: 49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0135	Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais							4.480.000
	ATIVIDADES							
21 631 0135 2111	Titulação de Terras							3.000.000
21 631 0135 2111 0001	Titulação de Terras - Nacional	F	3	2	90	0	176	3.000.000
	PROJETOS							
21 631 0135 5527	Topografia em Áreas de Assentamento Rural							1.480.000
21 631 0135 5527 0001	Topografia em Áreas de Assentamento Rural - Nacional	F	3	2	90	0	176	1.480.000
0137	Emancipação de Assentamentos Rurais							1.480.000
	PROJETOS							
21 631 0137 5530	Topografia em Áreas de Assentamentos Rurais Criados até 1998							1.480.000
21 631 0137 5530 0001	Topografia em Áreas de Assentamentos Rurais Criados até 1998 - Nacional	F	3	2	90	0	176	1.480.000
0138	Gerenciamento da Estrutura Fundiária							2.264.932
	ATIVIDADES							
21 631 0138 2110	Demarcação Topográfica em Ações de Regularização Fundiária							2.094.932
21 631 0138 2110 0001	Demarcação Topográfica em Ações de Regularização Fundiária - Nacional	F	3	2	90	0	176	2.094.932
	PROJETOS							
21 631 0138 1066	Georeferenciamento e Levantamento do Uso da Terra							170.000
21 631 0138 1066 0001	Georeferenciamento e Levantamento do Uso da Terra - Nacional	F	3	2	90	0	176	170.000
0791	Valorização do Servidor Público							1.000.000
	ATIVIDADES							
21 128 0791 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							1.000.000
21 128 0791 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	F	3	2	90	0	176	1.000.000
TOTAL - FISCAL								9.224.932
TOTAL - GERAL								9.224.932

PARECER Nº 142, DE 2003 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 41, de 2003 – CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor dos Ministérios da Cultura e da Educação, crédito especial no valor global de R\$50.000,00 para os fins que especifica.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Renato Casagrande**

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, **b**, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República en-

caminhou ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 125, de 2003-CN (nº 532/2003, na origem), o Projeto de Lei nº 41, de 2003 – CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor dos Ministérios Cultura e da Educação, crédito especial no valor global de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para atender às prorrogações constantes do Anexo I desta lei.”

A Exposição de Motivos – EM. nº 313/2003/MP, de 13 de outubro de 2003. do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a abertura do crédito especial, para inclusão de programação, visa a adequar o orçamento vigente dos órgãos citados as suas reais necessidades de execução, por intermédio de remanejamento de dotações, conforme o quadro abaixo:

Órgão/Unidade/Programa/Ação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Cultura	30.000	30.000
Fundo Nacional de Cultura	30.000	30.000
Produção e Difusão Cultural	30.000	30.000
Ministério da Educação	20.000	20.000
Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis	20.000	20.000
Valorização do Servidor Público	20.000	-
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	20.000	-
Desenvolvimento da Educação Profissional	-	20.000
Assistência ao Educando da Educação Profissional	-	20.000
TOTAL	50.000	50.000

O pleito do Ministério da Cultura destina-se a atender projetos artísticos e culturais.

No âmbito do Ministério da Educação – MEC, o pleito do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis visa possibilitar o pagamento de assistência médica e odontológica aos servidores de nível intermediário e seus dependentes, beneficiando 528 pessoas.

Informa, ainda a EM, que, segundo informações dos órgãos envolvidos, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, assim como não afeta a obtenção da meta do resultado primário estabelecida para o corrente exercício e também se amoldam nas condições e limites previstos no art. 80 do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003.

Lida na Sessão do Congresso Nacional de 1610-2003, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização, onde foi aberto prazo para emendas, de acordo com o art. 166, § 2º da Constituição – 22-10-2003, a 29-10-2003 – e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

II – Emendas

Ao PL nº 41/2003 – CN foram apresentadas 2 (duas) emendas.

III – Voto do Relator

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – 2003), a percepção deste Relator é de que a inclusão de programação pretendida por este crédito adicional não contraria as vedações expressas em tal lei.

Constatou-se igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos pela aprovação PL nº 41–2003—CN. na forma apresentada pelo Poder Executivo e pela rejeição, no mérito, da Emenda de nº 0001.

Nos termos do art. 90, alínea q, do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, estamos indicando ao Presidente da Comissão, para inadmissibilidade, a Emenda de nº 0002 por contrariar o disposto no art. 47, inciso II, alínea b, do Regulamento Interno da Comissão, onde estabelece que não poderão ser admitidas emendas a projeto de lei de crédito especial quando criarem subprojeto ou subatividade novos em unidade orçamentária não contemplada no projeto de lei.

Sala da Comissão, de novembro de 2003. –
Deputado **Renato Casagrande**, Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária, realizada em 03 de dezembro de 2003, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado RENATO CASAGRANDE nos termos do Projeto de Lei nº 41/2003-CN. Ao Projeto foram apresentadas 02 (duas) emendas, das quais foi REJEITADA a de nº 01 e declarada INADMITIDA a de nº 02.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, João Ribeiro, Segundo Vice-Presidente, Almeida Lima, Amir Lando, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Eurípedes Camargo, Fátima Cleide, Geraldo Mesquita Júnior, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozanildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Serys Sihelessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Moura, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlos Nader, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Eimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Almeida, João Batista, João Correia, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Machado, Manato, Manoel Salviano, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Maurício Rands, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Osvaldo Coêlho, Paulo Afonso, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 03 de dezembro de 2003.

Senador **GILBERTO MESTRINHO**

Presidente

Deputado **RENATO CASAGRANDE**

Relator

PARECER Nº 144, de 2003 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 38, de 2003 – CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$1.158.981.531,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$1.327.250.629,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Pauderney Avelino

I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 122, de 2003-CN (nº 528/2003, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o pro-

jeto de lei que abre ao Orçamento de Investimento crédito suplementar no valor total de R\$1.158.981.531,00 (um bilhão, cento e cinquenta e oito milhões, novecentos e oitenta e um mil e quinhentos e trinta e um reais), em favor de diversas empresas estatais, e, ao mesmo tempo, reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$1.327.250.629,00 (um bilhão, trezentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta mil e seiscentos e vinte e nove reais) para os fins que especifica.

De conformidade com a Exposição de Motivos nº 310-2003/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, os créditos e os cancelamentos solicitados têm por finalidade adequar os cronogramas físico-financeiros dos investimentos das respectivas empresas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício.

O Quadro I a seguir apresenta a destinação dos referidos créditos por empresa, bem como as respectivas fontes de financiamento:

QUADRO I

Empresa / Programa / Ação	Valor (R\$)	Fonte dos Recursos
- Banco da Amazônia S.A - BASA	6.930.002	Cancelamento de dotações da própria empresa
. Manutenção da infra-estrutura de atendimento	2.663.783	
. Instalação de agências nos estados do Acre, de Roraima, do Pará e do Maranhão	438.203	
. Modernização de agências nos estados de Rondônia, do Acre, do Amazonas, de Roraima, do Pará, de Tocantins, do Maranhão e do Mato Grosso	2.241.572	
. Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	1.586.444	
- Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB	1.000.000	Cancelamento de dotações da própria empresa
. Modernização de agências nos estados do Maranhão, do Piauí, de Sergipe e de Minas Gerais	1.000.000	
- Banco do Brasil S.A - BB	314.528	Cancelamento de dotações da própria empresa
. Instalação de agências nos estados do Piauí e da Paraíba	214.043	
. Modernização de agências no estado do Paraná	100.485	
Grupo ELETROBRÁS	77.606.043	
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS	20.000.000	Cancelamento de dotações da própria empresa
. Interligação dos sistemas elétricos brasileiro e uruguaio através da Conversora de Rivera	20.000.000	
- Furnas Centrais Elétricas S.A - FURNAS	57.606.043	Cancelamento de dotação da própria empresa
. Obras complementares na área do reservatório do aproveitamento múltiplo Manso (MT)	6.042.542	
. Reforço no sistema de transmissão na área dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo	3.931.405	
. Adequação do sistema de transmissão de energia elétrica	11.776.540	
. Implantação do sistema de transmissão Bateias (PR) – Ibiúna (SP)	6.142.456	
. Ampliação da capacidade da SE Tijuco Preto (SP)	2.498.496	
. Implantação de sistema de transmissão de Cachoeira Paulista (SP) a Adrianópolis (RJ)	20.135.518	
. Ampliação da capacidade da SE Bandeirante (GO)	1.775.448	
. Estudo de viabilidade energética e de preservação ambiental na região Sudeste	5.303.638	
Grupo PETROBRÁS		
- Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS	1.036.660.958	Cancelamento de dotação da própria empresa
. Manutenção e recuperação dos sistemas de produção de óleo e gás natural na região Sul	774.321	
. Manutenção e recuperação dos sistemas de produção de óleo e gás natural na região Nordeste	94.868.090	
. Exploração de petróleo e gás natural	821.215.006	
. Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Roncador (RJ)	40.470.536	

Empresa / Programa / Ação	Valor (R\$)	Fonte dos Recursos
. Desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Marlim (RJ)	5.444.811	Cancelamento de dotação da própria empresa
. Modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria de Capuava (SP)	344.000	
. Implantação de oleoduto Refinaria Duque de Caxias – Ilha d'Água (RJ)	40.836.000	
. Implantação de unidade recuperadora de líquidos em Cabiúnas (RJ)	27.060.490	
. Ampliação da capacidade da malha de gasodutos da região Sudeste	1.550.000	
. Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	4.097.704	
- Petrobrás Distribuidora S.A	20.770.000	Cancelamento de dotação da própria empresa
. Manutenção da infra-estrutura varejista de distribuição de derivados de petróleo e gás natural	20.000.000	
. Ampliação da infra-estrutura operacional de distribuição de derivados de petróleo e gás natural na região Centro-Oeste	170.000	
. Manutenção de bens imóveis	600.000	
- Petrobrás Transporte S.A - TRANSPETRO	15.500.000	Cancelamento de dotação da própria empresa
. Modernização e adequação de navios no estado do Rio de Janeiro	4.000.000	
. Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	6.095.250	
. Implantação de sistema integrado de informações para gestão empresarial e controle operacional	5.404.750	
- Companhia Docas do Pará - CDP	200.000	Cancelamento de dotação da própria empresa
. Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	50.000	
. Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	150.000	

Foram apresentadas 18 emendas ao projeto de lei em exame, no prazo regimental, pelos seguintes parlamentares: Anivaldo Vale (emendas 1 a 3); Júlio César (emendas 4 a 6); Sérgio Guerra (emenda 7); Pastor Frankembergen (emendas 8 e 9); Carlos Eduardo Cadoca; (emenda 10) Pauderney Avelino (emendas 11, 12 e 16); Severino Cavalcanti (emenda 13); Eduardo Sciarra (emenda 14); José Borba (emenda 15); João Caldas (emenda 17) e Machado (emenda 18).

É o relatório

II – Voto do Relator

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz

respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2000 – 2003 (Lei nº 9.989, de 21-7-2000) ou com sua revisão (Lei nº 10.297, de 26-10-2001) e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003 – LDO/2003 (Lei nº 10.524, de 25.7.2002).

Quanto às emendas, não obstante o mérito e a relevância das proposições, optamos pelo seu não acolhimento, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 38, de 2003 – CN, na forma proposta pelo Executivo e pela rejeição das emendas apresentadas.

Sala da Comissão, de de 2003. – Deputado **Pauderney Avelino**, Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária, realizada em 03 de dezembro de 2003, **APROVOU**, contra os votos dos Deputados Anivaldo Vale e Alberto Goldman, o Relatório do Deputado PAUDERNEY AVELINO, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 38/2003-CN**. Ao Projeto foram apresentadas 18 (dezoito) emendas, as quais foram REJEITADAS.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, João Ribeiro, Segundo Vice-Presidente, Almeida Lima, Amir Lando, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Eurípedes Camargo, Fátima Cleide, Geraldo Mesquita Júnior, , Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Serys Shessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Moura, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlos Nader, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Almeida, João Batista, João Correia, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Machado, Manato, Manoel Salviano, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Maurício Rands, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Osvaldo Coêlho, Paulo Afonso, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 03 de dezembro de 2003.



Senador **GILBERTO MESTRINHO**
Presidente



Deputado **PAUDERNEY AVELINO**
Relator

PARECER Nº 145, DE 2003-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 53, de 2003 – CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Esporte e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 168.203.557,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.”

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Machado

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, *b*, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 137, de 2003-CN (nº 544/2003, na origem), o Projeto de Lei nº 53, de 2003 – CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Esporte e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 168.203.557,00 (cento e sessenta e oito milhões, duzentos e três mil, quinhentos e cinquenta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei”.

A Exposição de Motivos – E.M., nº 326/2003/MP, de 14 de outubro 2003, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a abertura do crédito suplementar visa adequar as dotações orçamentárias as suas reais necessidades de execução, dos seguintes Ministérios:

1. no Ministério da Ciência e Tecnologia as suplementações visam atender diversas programações nas unidades orçamentárias: 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia (Administração Direta) no valor de R\$ 23.500.000; 24201 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no valor de R\$ 32.848; 24204 – Comissão Nacional de Energia Nuclear no valor de R\$ 4.799.437; 24205 – Agência Espacial Brasileira no valor de R\$ 270.000; 24206 – Indústrias Nucleares do Brasil S/A no valor de R\$ 40.510.000; 24207 – Nuclebras Equipamentos Pesados S/A no valor de R\$ 950.000 e 24901 – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT no valor de R\$ 51.500.000. Tais suplementações totalizam a importância de R\$ 111.562.285 (cento e vinte e um milhões, quinhentos e

sessenta e dois mil, e duzentos e oitenta e cinco reais). Como cancelamento para atendimento às referidas suplementações estão sendo oferecidos diversos remanejamentos dentro das próprias unidades orçamentárias no valor de R\$ 31.802.848, excesso de arrecadação no valor de R\$ 87.159.437 e recursos destinados ao Gabinete da Presidência da República no valor de R\$ 2.600.000;

2. no Ministério da Cultura suplementações para atender diversas programações nas unidades orçamentárias: 42101 – Ministério da Cultura (Administração Direta) no valor de R\$ 242.002; 42201 – Fundação Casa de Rui Barbosa no valor de R\$ 13.922; 42202 – Fundação Biblioteca Nacional no valor de R\$ 48.000; 42203 – Fundação Cultural Palmares no valor de R\$ 13.664; 42204 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no valor de R\$ 2.613.048; 42205 – Fundação Nacional de Artes no valor de R\$ 901.220; e 42902 – Fundo Nacional de Cultura no valor de R\$ 3.715.416. Estas suplementações totalizam o valor de R\$ 7.547.272 (sete milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e dois reais). Como cancelamento para atendimento às referidas suplementações estão sendo oferecidos remanejamentos de recursos dentro das próprias unidades orçamentárias no mesmo valor;

3. no Ministério do Esporte suplementações na unidade orçamentária 51161 – Ministério do Esporte para atender programações de Implantação de Infra-Estrutura Esportiva para Uso de Comunidades Carentes – Nacional no valor de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais) e Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados – No Distrito Federal no valor de R\$ 90.000 (noventa mil reais), totalizando o valor de R\$ 15.090.000 (quinze milhões e noventa mil reais). Como fonte de cancelamento estão sendo oferecidos recursos de programações diversas dentro da própria unidade orçamentária no mesmo valor; e

4. no Ministério do Turismo suplementações para atender diversas programações nas unidades orçamentárias: 54101 – Ministério do Turismo (Adm. Direta) no valor de R\$ 12.560.000; e 54201 – Embatur – Instituto Brasileiro de Turismo no valor de R\$ 11.444.000. Tais suplementações totalizam o valor de R\$ 24.004.000 (vinte e quatro milhões e quatro mil reais), cujos cancelamentos propostos são de remanejamentos internos de dotações no mesmo valor;

Informa, ainda a EM, que o Crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais os remanejamentos de recursos propostos não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas

possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Lida na Sessão do Congresso Nacional de 16-10-2003, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização, onde foi aberto prazo para emendas, de acordo com o art. 166, § 2º da Constituição – de 22-10-2003 a 29-10-2003 – e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

II – Emendas

Ao PL nº 53/2003-CN foram apresentadas 31 (trinta e uma) emendas de autoria de diversos parlamentares visando suplementar lotações em subtítulos constantes da lei orçamentária em vigor, incluir novos subtítulos e suprimir cancelamentos.

III – Voto do Relator

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2003) a percepção deste Relator é de que a inclusão de programação pretendida por este crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal Lei.

Constatou-se igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado e com base no art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, opinamos pelo desmembramento da proposição para constituição de projetos autônomos (PL nº 53-A/2003-CN) que contemplará a programação a ser suplementada e cancelada nos orçamentos do Ministério do Esporte no valor de R\$ 15.090.000,00 (quinze milhões e noventa mil reais) e Ministério do Turismo no valor de R\$ 24.004.000,00 (vinte e quatro milhões e quatro mil reais), ficando o projeto original CPL nº 53/2003-CN com os demais Ministérios (Ciência e Tecnologia e Cultura). As emendas apresentadas de nºs 00001 a 00015, 00017, 00019 a 00031 referem-se à programação constante do PL nº 53-1 2003-CN, já as emendas de nºs 00016 e 00018 referem-se à programação do Ministério da Ciência e Tecnologia PL nº 53/2003-CN.

Diante do exposto, somos pelo desmembramento da proposição original encaminhada pelo Poder Executivo, constituindo dois projetos autônomos:

PL nº 53/2003-CN (Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Cultura) no valor de R\$ 129.109.557,00 (cento e vinte e nove milhões, cento e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete reais) e PL nº 53-A 2003-CN (Ministério do Esporte e Ministério do Turismo) no valor de R\$ 39.094.000,00 (trinta e nove milhões e noventa e quatro mil reais) e, ainda, pela aprovação do PL no 53/2003 – CN, na forma do desmembramento proposto, ficando o PL nº 53-A/2003-CN e as emendas apresentadas de nºs 00001 a 00015, 00017, 00019 a 00031 para deliberação posterior da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 9º, alínea q, do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, estamos indicando ao Presidente da Comissão, para inadmissibilidade, as emendas de nºs 00016 e 00018, apresentadas ao PL 53/2003-CN, por contrariarem o disposto no art. 47, inciso I, alínea a, do Regulamento Interno da Comissão, onde estabelece que não poderão ser admitidas emendas a projeto de lei de crédito suplementar quando criarem subprojeto ou subatividade novos em relação ao programa de trabalho constante da Lei Orçamentária Anual vigente no exercício.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2003. – Deputado **Machado**, Relator.

PROJETO DE LEI Nº 53, DE 2003-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 129.109.557,00, para atender as programações constantes dos orçamentos vigentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 129.109.557,00 (cento e vinte e nove milhões, cento e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete reais) para atender as programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários a execução do disposto no ata. decorrerão de:

I – excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, da Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia; e de Opera-

ções de Crédito Externas, no valor de R\$ 87.159.437,00 (oitenta e sete milhões, cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais); e

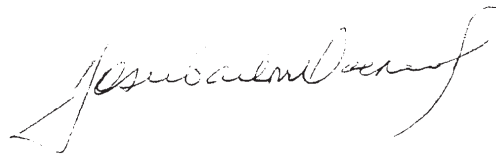
II – anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 41.950.120,00 (quarenta e um milhões, novecentos e cinquenta mil e cento e vinte reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Ficam canceladas as programações constantes do Anexo III desta Lei, em atendimento ao

disposto no art. 61, § 11, da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2003.



ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência e Tecnologia

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CÉDULO					CRÉDITO SUPLEMENTAR	
							RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U T	F T E	VALOR
0465	Sociedade da Informação - Internet II							23.500.000
PROJETOS								
0465	1297	Desenvolvimento de Novos Produtos e Serviços para a Área Social						23.500.000
0465	1297	0011 Desenvolvimento de Novos Produtos e Serviços para a Área Social - Internet						23.500.000
		F	3	2	90	0	100	900.000
		F	4	2	90	0	100	14.100.000
		F	3	2	90	0	300	3.500.000
TOTAL - FISCAL								23.500.000
TOTAL - GERAL								23.500.000

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
UNIDADE: 24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CÉDULO					CRÉDITO SUPLEMENTAR	
							RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U T	F T E	VALOR
0791	Valorização do Servidor Público							32.848
ATIVIDADES								
0791	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						32.848
0791	2011	0011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional						32.848
		F	3	1	90	0	100	32.848
TOTAL - FISCAL								32.848
TOTAL - GERAL								32.848

ORGÃO: 0400 Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 0404 Comissão Nacional de Energia Nuclear

		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M C D	I C D	F U T E	VALOR
0467	Desenvolvimento Tecnológico na Área Nuclear							871.000
ATIVIDADES								
0572	0467 2961 Desenvolvimento e Fornecimento de Produtos e Serviços na Área Nuclear e Correlatas							871.000
0470	0467 2961 0001 Desenvolvimento e Fornecimento de Produtos e Serviços na Área Nuclear e Correlatas - Nacional	F	3	2	90	0	260	871.000
0469	Aplicações Nucleares na Área Médica							2.415.500
ATIVIDADES								
0303	0469 2478 Produção de Substâncias Radioativas para a Área Médica							2.415.500
0303	0469 2478 0001 Produção de Substâncias Radioativas para a Área Médica - Nacional	F	3	2	90	0	260	2.415.500
0504	Segurança Nuclear							1.412.937
ATIVIDADES								
0542	0504 2466 Licenciamento e Fiscalização de Instalações e Atividades com Materiais Nucleares e Radioativos							1.412.937
0542	0504 2466 0001 Licenciamento e Fiscalização de Instalações e Atividades com Materiais Nucleares e Radioativos - Nacional	F	3	2	90	0	174	1.412.937
0791	Valorização do Servidor Público							100.000
ATIVIDADES								
0301	0791 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados							100.000
0301	0791 2011 0001 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL								4.799.437
TOTAL - GERAL								4.799.437

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR						VALOR
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0464	Nacional de Atividades Espaciais - PNAE							255.000
PROJETOS								
19.572	0464 1398 Desenvolvimento de Satélites de Coleta de Dados e Sensoriamento Remoto							255.000
19.572	0464 13.9.8.001 Desenvolvimento de Satélites de Coleta de Dados e Sensoriamento Remoto - Nacional							255.000
							F 3 2 90 0 100	255.000
0791	Valorização do Servidor Público							15.000
ATIVIDADES								
19.331	0791 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados							15.000
19.331	0791 2011.001 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional							15.000
							F 3 1 90 0 100	15.000
TOTAL - FISCAL								270.000
TOTAL - GERAL								270.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR						VALOR
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0270	Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta T							40.510.000
ATIVIDADES								
25.662	0270 2492 Fabricação de Combustível Nuclear							40.510.000
25.662	0270 2492.001 Fabricação de Combustível Nuclear - Nacional							40.510.000
							F 3 2 90 0 250	40.510.000
TOTAL - FISCAL								40.510.000
TOTAL - GERAL								40.510.000

ORGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24207 Nuclebras Equipamentos Pesados S.A.

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0791		Valorização do Servidor Público							950.000
ATIVIDADES									
22 301	0791 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							180.000
22 301	0791 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional	S	3	2	90	0	250	130.000
22 331	0791 2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados							705.000
22 331	0791 2011 0001	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	250	705.000
22 306	0791 2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados							65.000
22 306	0791 2012 0001	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	250	65.000
TOTAL - FISCAL									770.000
TOTAL - SEGURIDADE									180.000
TOTAL - GERAL									950.000

ORGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0462		Climatologia, Meteorologia e Hidrologia							41.000.000
PROJETOS									
19 572	0462 3486	Plano de Modernização dos Sistemas de Meteorologia e Hidrologia							41.000.000
19 572	0462 3486 0001	Plano de Modernização dos Sistemas de Meteorologia e Hidrologia - Nacional	F	4	2	90	0	149	41.000.000
0463		Iniciativas para Competitividade							10.500.000
ATIVIDADES									
19 572	0463 2113	Instituto de Pesquisa e a Inovação Tecnológica - CT-VERDE AMARELO							10.500.000
19 572	0463 2113 0001	Instituto de Pesquisa e a Inovação Tecnológica - CT-VERDE AMARELO - Nacional	F	3	2	50	0	172	10.500.000
TOTAL - FISCAL									51.500.000
TOTAL - GERAL									51.500.000

ORGÃO: 42000 Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42101 Ministério da Cultura

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CRÉDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750	Apoio Administrativo							160.000
ATIVIDADES								
10122	0750 2000 Administração da Unidade							160.000
10102	0750 2000 0701 Administração da Unidade - Nacional							160.000
						F	3 2 90 0 100	160.000
0791	Valorização do Servidor Público							82.002
ATIVIDADES								
10301	0791 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							51.002
10301	0791 2004 0001 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							51.002
						S	3 2 90 10 100	51.002
10301	0791 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados							31.000
10301	0791 2011 0001 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional							31.000
						F	3 1 90 0 100	31.000
TOTAL - FISCAL								191.000
TOTAL - SEGURIDADE								51.002
TOTAL - GERAL								242.002

ORGÃO: 42000 Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42201 Fundação Casa de Rui Barbosa

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CRÉDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0791	Valorização do Servidor Público							13.922
ATIVIDADES								
10301	0791 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							13.922
10301	0791 2004 0001 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							13.922
						S	3 2 90 0 100	13.922
TOTAL - SEGURIDADE								13.922
TOTAL - GERAL								13.922

ORGÃO: 42000 Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42002 Fundação Biblioteca Nacional

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		CREDITO SUPLEMENTAR						VALOR
				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
				E	G	R	M	I	F	
				S	N	P	O	U	T	
				F	D		D		E	
0791			Valorização do Servidor Público							48.000
ATIVIDADES										
13 301	0791	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							48.000
13 301	0791	2004	0393 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Manutenção do Piso de Salários - PJ							48.000
				S	3	2	90	0	100	48.000
TOTAL - SEGURIDADE										48.000
TOTAL - GERAL										48.000

ORGÃO: 42000 Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42203 Fundação Cultural Palmares

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		CREDITO SUPLEMENTAR						VALOR
				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
				E	G	R	M	I	F	
				S	N	P	O	U	T	
				F	D		D		E	
0791			Valorização do Servidor Público							13.664
ATIVIDADES										
13 301	0791	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							13.664
13 301	0791	2004	0393 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Manutenção							13.664
				S	3	2	90	0	100	13.664
TOTAL - SEGURIDADE										13.664
TOTAL - GERAL										13.664

ORGÃO: 20000 Presidência da República
 UNIDADE: 20101 Gabinete da Presidência da República

		CREDITO SUPLEMENTAR								
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00								
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I O U	F T E	VALOR		
0752	Gestão da Política de Comunicação de Governo							2.600.000		
ATIVIDADES										
0752	0752 2017							2.600.000		
	0752 2017 0001							2.600.000		
				F	3	2	90	0	100	2.600.000
TOTAL - FISCAL								2.600.000		
TOTAL - GERAL								2.600.000		

ORGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência e Tecnologia

		CREDITO SUPLEMENTAR								
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00								
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I O U	F T E	VALOR		
0461	Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico							2.000.000		
PROJETOS										
0461	0461 3473							2.000.000		
	0461 3473 0001							2.000.000		
				F	4	2	90	0	100	2.000.000
0464	Nacional de Atividades Espaciais - PNAE							18.900.000		
PROJETOS										
0464	0464 1275							3.400.000		
	0464 1275 0143							3.400.000		
				F	4	2	90	0	100	3.000.000
				F	3	2	90	0	100	400.000
0464	0464 3408							15.500.000		
	0464 3408 0011							15.500.000		
				F	3	2	90	0	100	8.500.000
				F	3	2	90	0	100	7.000.000
TOTAL - FISCAL								20.900.000		
TOTAL - GERAL								20.900.000		

ORGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

		CREDITO SUPLEMENTAR								
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00								
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I O U	F T E	VALOR		
0791	Valorização do Servidor Público							32.848		
ATIVIDADES										
0791	0791 2010							32.848		
	0791 2010 0001							32.848		
				F	3	2	90	0	100	32.848
TOTAL - FISCAL								32.848		
TOTAL - GERAL								32.848		

ORGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear

FUNÇÃO		CREDITO SUPLEMENTAR								
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00								
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U D	F T E	VALOR		
0791	Valorização do Servidor Público							100.000		
ATIVIDADES										
19.365	0791.2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							100.000		
19.365	0791.2010.0001 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional							100.000		
				F	3	2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL								100.000		
TOTAL - GERAL								100.000		

ORGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24205 Agência Espacial Brasileira

FUNÇÃO		CREDITO SUPLEMENTAR								
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00								
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U D	F T E	VALOR		
0464	Nacional de Atividades Espaciais - PNAE							260.000		
PROJETOS										
19.128	0464.3957 Formação de Astronautas							260.000		
19.128	0464.3957.0001 Formação de Astronautas - Nacional							260.000		
				F	3	2	90	0	100	260.000
0791	Valorização do Servidor Público							10.000		
ATIVIDADES										
19.301	0791.2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes							10.000		
19.301	0791.2004.0001 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional							10.000		
				S	3	2	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL								260.000		
TOTAL - SEGURIDADE								10.000		
TOTAL - GERAL								270.000		

ORGÃO: 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia
 UNIDADE: 24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FUNÇÃO		CREDITO SUPLEMENTAR								
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00								
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U D	F T E	VALOR		
0463	Inovação para Competitividade							10.500.000		
OPERAÇÕES ESPECIAIS										
19.846	0463.0743 Assistência Econômica a Empresas que Executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Antecipatório (PDTA) - CT -VERDE AMARELO (Lei nº 10.332/01)							10.500.000		
19.846	0463.0743.0001 Assistência Econômica a Empresas que Executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Antecipatório (PDTA) - CT -VERDE AMARELO (Lei nº 10.332/01) - Nacional							10.500.000		
				F	3	2	90	0	172	10.500.000
TOTAL - FISCAL								10.500.000		
TOTAL - GERAL								10.500.000		

ORGÃO: 42000 Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42101 Ministério da Cultura

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I O D	U	F T E	VALOR
CRÉDITO SUPLEMENTAR										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
0170		Produção e Difusão Cultural								572.586
ATIVIDADES										
10102	0170 6517	Realização e Intercâmbio de Eventos Culturais no País e no Exterior								339.519
10102	0170 6517 0001	Realização e Intercâmbio de Eventos Culturais no País e no Exterior - Nacional	F	3	2	90	0	100		339.519
OPERAÇÕES ESPECIAIS										
10102	0170 0499	Fomento a Projetos de Difusão Cultural								233.067
10102	0170 0499 0001	Fomento a Projetos de Difusão Cultural - Nacional	F	3	2	90	0	100		233.067
0681		Gestão da Participação em Organismos Internacionais								133.900
OPERAÇÕES ESPECIAIS										
10102	0681 0153	Distribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO								133.900
10102	0681 0153 0001	Distribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO - Nacional	F	3	2	80	0	100		133.900
TOTAL - FISCAL										706.486
TOTAL - GERAL										706.486

ORGÃO: 42000 Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42202 Fundação Biblioteca Nacional

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I O D	U	F T E	VALOR
CRÉDITO SUPLEMENTAR										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
0791		Valorização do Servidor Público								16.000
ATIVIDADES										
10105	0791 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados								16.000
10105	0791 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	2	90	0	100		16.000
TOTAL - FISCAL										16.000
TOTAL - GERAL										16.000

ORGÃO: 42000 Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42204 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 100

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0167	Brasil Patrimônio Cultural							70.000
PROJETOS								
0167	0167 1610 Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural							70.000
0167	0167 1610 0001 Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural - Nacional	F	3	2	90	0	100	70.000
0791	Valorização do Servidor Público							90.000
ATIVIDADES								
0791	0791 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							90.000
0791	0791 2010 0001 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	2	90	0	100	90.000
TOTAL - FISCAL								160.000
TOTAL - GERAL								160.000

ORGÃO: 42000 Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42202 Fundo Nacional de Cultura

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 100

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0166	Música e Artes Cênicas							3.715.416
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0166	0166 0433 Fomento a Projetos Culturais nas Áreas de Música e de Artes Cênicas							3.715.416
0166	0166 0433 0001 Fomento a Projetos Culturais nas Áreas de Música e de Artes Cênicas - Nacional	F	3	2	90	0	118	3.715.416
0167	Brasil Patrimônio Cultural							2.949.370
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0167	0167 0491 Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural Material							2.949.370
0167	0167 0491 0001 Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural Material - Nacional	F	3	2	90	0	100	31.000
		F	3	2	99	0	100	2.918.370
TOTAL - FISCAL								6.664.786
TOTAL - GERAL								6.664.786

		TECNOLOGICA PARA SETOR DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL								
			F	3	2	50	1	1	400	3.000.000
5006 FOMENTO A PESQUISA EM SAUDE										3.000.000
		ATIVIDADES								
19 572	5006 4007	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA O SETOR DE SAUDE - CT-SAUDE								3.000.000
19 572	5006 4007 0001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA O SETOR DE SAUDE - CT-SAUDE - NACIONAL	F	3	2	90	0	172		3.000.000
		TOTAL - FISCAL								33.500.000
		TOTAL - SEGURIDADE								0
		TOTAL - GERAL								33.500.000

PROJETO DE LEI Nº 53-A, DE 2003-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Esporte e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 39.094.000,00, para atender às programações constantes dos orçamentos vigentes.

O Congresso Nacional decreta:

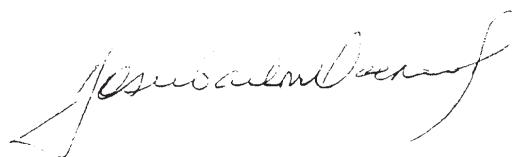
Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor dos Ministérios do Esporte e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 39.094.000,00 (trinta e nove milhões e noventa e quatro mil reais) para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 39.094.000,00 (trinta e nove milhões e noventa e quatro mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2003.



CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária, em 03 de dezembro de 2003, **APROVOU**, contra o voto do Deputado Anivaldo Vale, o Relatório do Deputado MACHADO, que propõe o desmembramento do **Projeto de Lei nº 53/2003-CN** em dois projetos autônomos: **Projeto de Lei nº 53/2003-CN**, que contempla programações de unidades orçamentárias do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Cultura com crédito suplementar no valor de **R\$ 129.109.557,00** (cento e vinte e nove milhões, cento e nove mil, quinhentos e cinqüenta e sete reais); e **Projeto de Lei nº 53-A/2003-CN**, que contempla programações de unidades orçamentárias do Ministério do Esporte e Ministério do Turismo com crédito suplementar no valor de **R\$ 39.094.000,00** (trinta e nove milhões e noventa e quatro mil reais). **APROVOU** ainda, contra o voto do Deputado Anivaldo Vale, o **Projeto de Lei nº 53/2003-CN** na forma do desmembramento proposto. Ao Projeto de Lei original foram apresentadas 31 (trinta e uma) emendas, as de nºs 16 e 18 ficaram pertencendo ao **Projeto de Lei nº 53/2003-CN**, as quais foram declaradas INADMITIDAS, e as de nºs 01 a 15, 17, 19 a 31, assim como o **Projeto de Lei nº 53-A/2003**, ficaram para posterior deliberação.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, João Ribeiro, Segundo Vice-Presidente, Almeida Lima, Amir Lando, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Eurípedes Camargo, Fátima Cleide, Geraldo Mesquita Júnior, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Serys Shhessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Moura, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlos Nader, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Almeida, João Batista, João Correia, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Machado, Manato, Manoel Salviano, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Mauricio Rands, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Osvaldo Coêlho, Paulo Afonso, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 03 de dezembro de 2003.


Senador GILBERTO MESTRINHO

Presidente


Deputado MACHADO

Relator

PARECER Nº 146, de 2003 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 60, de 2003-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R\$ 18.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

I – Relatório**1.1 – A Mensagem do Poder Executivo**

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, mediante a Mensagem nº 144, de 2003-CN (nº 551/2032, na origem, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 60, de 2003-CN.

O referido Projeto de Lei objetiva abrir crédito suplementar no valor de R\$ 18.000.000,00 ao orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.640, de 14.janeiro.2003). em favor do Ministério de Minas e Energia – MME.

Os recursos suplementares serão destinados a reforçar dotação da funcional-programática 25.273 0271 0789 0001 – Concessão do Auxílio-Gás – Nacional, visando assegurar o atendimento das famílias beneficiárias do Programa Auxílio-Gás, até o encerramento do presente exercício (anexo I).

Consoante o disposto no art. 167, inciso V. da Constituição Federal, e observado o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, os recursos para financiar a despesa prevista no Projeto em comento, solicitados pelo Ministério de Minas e Energia, são oriundos da anulação parcial da dotação da funcional-programática 99.999 0999.0998.0101 – Reserva de Contingência Proveniente de Receita Própria e Vinculada do Ministério dos Transportes (anexo II).

Esse primeiro movimento, ao financiar despesa primária com receita financeira, impactaria negativamente a formação do resultado primário do Governo Central. Para compensar isto, o Poder Executivo, no mesmo Projeto de Lei, propõe o cancelamento de despesas primárias (anexo III), em consonância com o disposto no art. 61, § 11, da Lei nº 10.524/2002 (LDO 2003). As despesas primárias canceladas são as seguintes:

Funcional Programática	Ação	Valor em R\$
24.722 0250 2424 001	Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações – Nacional	1.410.760
24.722 0750 2000 0001	Administração da Unidade – Nacional	12.591.580
Sub-total (órgão 41000; unid. 41231–Minc/Anatel)		14.002.340
18.544 8018 2905 0001	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas – Nacional	3.997.660
Sub-total (órgão 44000: unid. 44205 – M.Amb/ANA)		3.997.660
Total		18.000.000

1.2 – Análise

A Lei nº 10.453, de 13.05.2002, em atenção ao disposto no art. 177, §40, II. a, da Constituição Federal, regulamentou a aplicação de parcela da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, e autorizou, em seu art. 5º, a concessão de subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo para as famílias de baixa-renda, por meio de programa denominado Auxílio-Gás.

Segundo informações obtidas junto à gestão do programa, na Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério das Minas e Energia. o orçamento aprovado previa o atendimento de 7.900.000 famílias. Porém, já em janeiro do corrente ano estavam sendo atendidas cerca de 9.100.000 famílias, requerendo uma suplementação de R\$ 151,2 milhões para que o pro-

grama pudesse atender todas essas famílias durante o exercício de 2003.

Por outro lado, com a unificação dos programas sociais de transferência de renda, a expectativa governamental “é que o novo programa atenda em 2003 cerca de 3 milhões de famílias, as quais deixarão de receber, explicitamente, o benefício do Auxílio-Gás, que estará incorporado ao novo programa “. Com isto, a necessidade de recursos suplementares ficou reduzida para R\$ 90,0 milhões, dos quais R\$ 72,0 milhões serão suplementados por ato do Poder Executivo e R\$ 18,0 milhões pelo presente PL.

Quanto à execução orçamentária recente, registre-se que para o orçamento de 2002 não havia ação específica para esse tipo de gasto, sendo os recursos alocados na funcional-programática 28.846 0909 0459 0002 –Subsídios a Preços ou Pagamentos de Transporte de Álcool Combustível, Gás Natural e seus Derivados e Derivados de Petróleo – Nacional, Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, e identificados no Elemento de Despesa 48 – Outros Auxílios Financeiros à Pessoas Físicas. Nesse exercício foram alocados R\$ 632.348.554 e pagos R\$ 616.860.069, correspondendo a um percentual de execução de 97,5%.

No orçamento para 2003, dentro da ação específica criada, e objeto do comentado Projeto de Lei, foram alocados R\$ 71 1.705.000 e executados, até 28 de outubro. R\$ 597.478.714, correspondendo a um percentual de execução de 83,9%. Relativamente a 2002, tomando-se a Lei Orçamentária como fator de comparação. as dotações aumentaram em 12%. Considerando-se o presente crédito suplementar esse aumento subiria para 15,4%.

Relativamente ao cumprimento da meta de superávit primário, cabe registrar que o procedimento do Poder Executivo em oferecer cancelamento de despesas primárias para compensar o financiamento de gasto dessa natureza com receita financeira deverá possibilitar o atingimento da meta fixada.

Por último. registre-se a apresentação de uma única emenda ao PL em questão, de nº 00001, de autoria do nobre Deputado José Carlos Machado, de Sergipe, visando suprimir a suplementação pretendida no anexo I o PL, bem como suprimir o cancelamento previsto no anexo II da mesma proposição,

sob argumento de que a Lei nº 10.336/2001, que criou a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – C1DE. não previu o pagamento de auxílio-gás dentre as hipóteses de vinculação da arrecadação dela derivada.

Observando essa Lei, bem como o mencionado art. 177, § 4º, II, a, da Constituição Federal, vemos que, além do financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás e de programas de infra-estrutura de transportes, os recursos podem também ser destinados ao “pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás *natural e seus derivados e de derivados de petróleo*”.

Por outro lado, conceder um subsídio diretamente ao preço do gás iria, indistintamente, beneficiar todos os consumidores, independentemente do nível de renda de cada um. Como, devido aos recursos escassos, a boa política social recomenda focalizar a atenção aos consumidores mais necessitados, então a forma operacionalmente mais adequada é a concessão de auxílio aos beneficiários selecionados.

Isto posto, embora essa roupagem operacional não esteja explícita nas hipóteses de destinação dos recursos na Lei nº 10.336/2001, o seu resultado econômico é o mesmo pretendido pelo espírito dessa lei, qual seja o de reduzir o preço do gás para os consumidores de baixa renda. Adicionalmente, a medida acha-se em plena consonância com o disposto no retro-mencionado art. 5º da Lei nº 10.453/2002.

Em razão disso, resolvi não acolher a emenda do nobre Parlamentar.

E o relatório.

II – Voto

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 60, de 2003-CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo.

Sala das Reuniões, de 2003. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, Relator – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária, realizada em 03 de dezembro de 2003, **APROVOU**, contra os votos dos Deputados Alberto Goldman, Cláudio Cajado, José Rocha e Pauderney Avelino, o Relatório do Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR nos termos do **Projeto de Lei nº 60/2003-CN**. Ao Projeto foi apresentada 01 (uma) emenda, a qual foi REJEITADA.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, João Ribeiro, Segundo Vice-Presidente, Almeida Lima, Amir Lando, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Duciomar Costa, Eurípedes Camargo, Fátima Cleide, Geraldo Mesquita Júnior, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Serys Shhessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Agnaldo Muniz, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Moura, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlos Nader, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Almeida, João Batista, João Correia, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Machado, Manato, Manoel Salviano, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Maurício Rands, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Osvaldo Coêlho, Paulo Afonso, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Ronaldo Dimas, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Vignatti, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 03 de dezembro de 2003.



Senador **GILBERTO MESTRINHO**
Presidente



Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**
Relator

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 5291 , DE 2003

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e em cumprimento ao disposto no artigo 30 da Resolução nº 42, de 1993, **RESOLVE**:

Art. 1º Aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, que cumpriram o interstício e demais requisitos do Plano de Carreira dos servidores do Senado Federal (Resolução nº 42/93) e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05, de 1995, é concedida promoção de um padrão no mesmo nível, por mérito, na forma do anexo a este Ato.

Art. 2º As promoções a que se refere o artigo anterior terão seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2003.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 05 de dezembro de 2003.

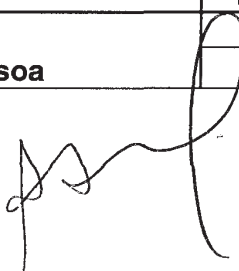

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CATEGORIA FUNCIONAL:
TÉCNICO DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA
CONCEITO: SUFICIENTE

ANEXO AO ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 5291 , de 2003

Servidores promovidos por **MÉRITO**, a partir de 1º de janeiro de 2003, em razão de terem obtido conceito “suficiente” na Avaliação Anual de Desempenho do ano de 2002, referente ao interstício com início em 01/01/2002 até 31/12/2002:

MAT.	NOME	PROMOÇÃO	
		DE	PARA
351	Heber Oliveira Lima	27	28
364	Francisco José T. Cruz de C. P. Pessoa	27	28



ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5292 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ALEXANDRE PAIVA DAMASCENO, matrícula nº 0508 e, SILVIO FERNANDO VIEIRA CORREIA, matrícula nº 1474, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 020637/03-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 05 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 5293 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO ARAÚJO SILVA, matrícula nº 4115 e, PAULO ELÍSEO BRITO, matrícula nº 2423, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 020691/03-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 5294 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ADERSON PIMENTEL DE ALENCAR FILHO**, matrícula nº 4613 e, **CARLOS ROBERTO STUCKERT**, matrícula nº 3362, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 020638/03-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	João Tenório
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Shessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
João Batista Motta**	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)

Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Shhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Ams	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou -se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou- se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. (vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tiã Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta*	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 08.10.03.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscmccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Ams	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgíl io
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br .

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PERMANENTE

9 (nove) titulares

9 (nove) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. (vago) 5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe

Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Silhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br .

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: (JOÃO ALBERTO SOUZA)¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Eurípedes Camargo ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁹					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ^{7 e 14}	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 03.12.2003)

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Eleito na Sessão realizada no dia 03.12.2003 para a vaga de Titular, em substituição ao Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) que se desligou do Conselho em 8.5.2003.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleita na Sessão do SF de 18.9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** que renunciou ao cargo em 25.09.2003

¹⁴ Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicação lida na Sessão do dia 01.10.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo¹	Bloco de Apoio ao Governo
Senador Demóstenes Torres¹	PFL
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 14.10.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

- ⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.
⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).
⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).
⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.
⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.
⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.
⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.
⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
 Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154
cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS